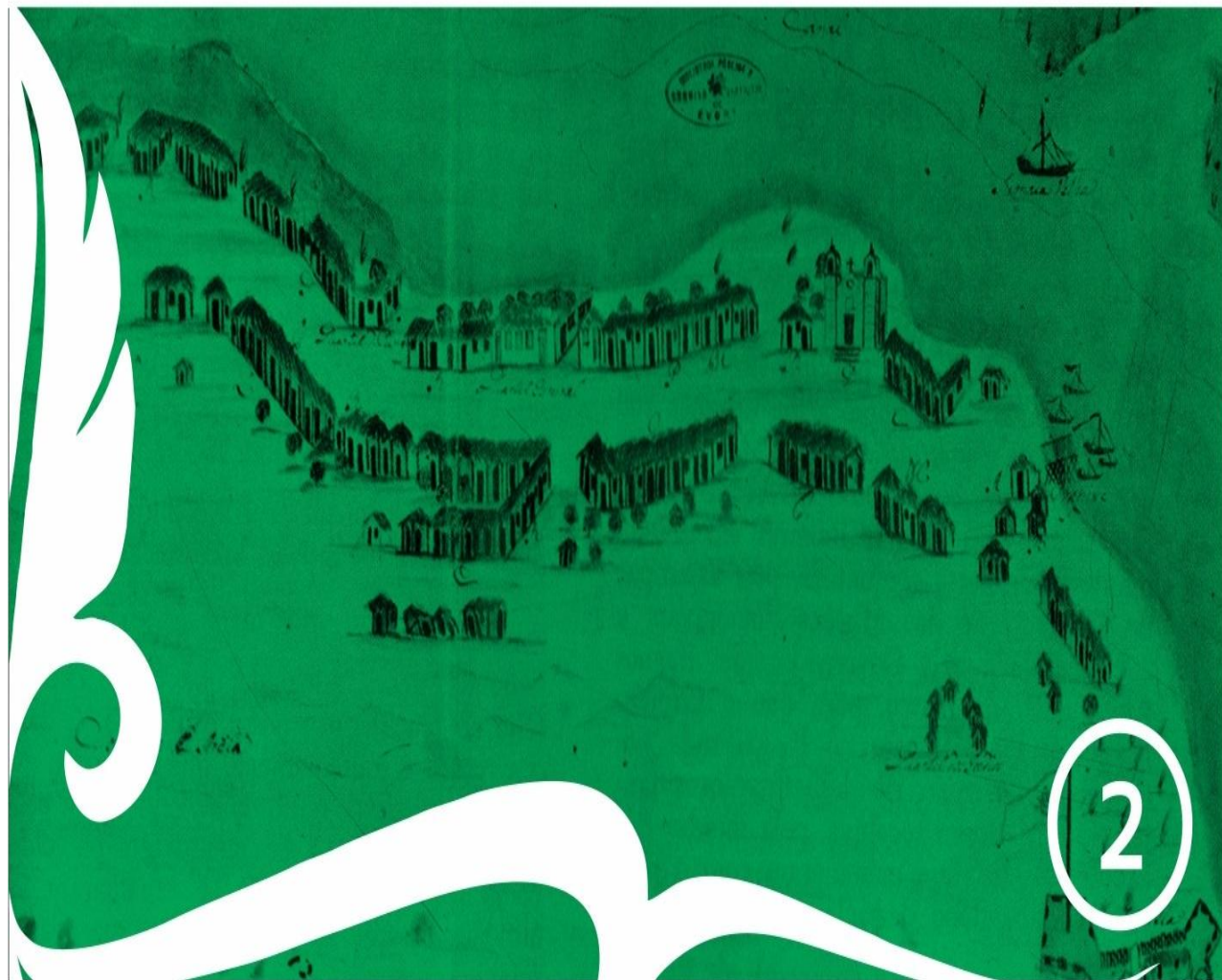


TEXTOS DO SÉCULO XVIII PARA O ESTUDO DA OCUPAÇÃO LUSITANA NO BRASIL MERIDIONAL

Francisco das Neves Alves
Luiz Henrique Torres




Coleção
Documentos


BIBLIOTECA
RIO-GRADENSE
Fundada em 1846



CLEPUL | Centro de Literaturas
e Culturas Lusófonas
e Europeias
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

**TEXTOS DO SÉCULO XVIII PARA O
ESTUDO DA OCUPAÇÃO LUSITANA NO
BRASIL MERIDIONAL**

FICHA TÉCNICA

Título: *Textos do século XVIII para o estudo da ocupação lusitana no Brasil Meridional*

Autores: Francisco das Neves Alves e Luiz Henrique Torres

Coleção: Documentos, 2

Composição & Paginação: Luís da Cunha Pinheiro

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes

Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande, Agosto de 2016

ISBN – 978-989-8814-35-7

Esta publicação foi financiada por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projecto «UID/ELT/00077/2013»

Os autores:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da FURG, Doutor em História pela PUCRS e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); Universidade de Lisboa (2013) e Universidade Nova de Lisboa (2015). Elaborou os capítulos A Revolta dos Dragões, O contato com o estrangeiro: os naufragos do Wager, A invasão espanhola e O Porto de São Pedro do Rio Grande do Sul: as potencialidades econômicas da colônia.

Luiz Henrique Torres é Doutor em História do Brasil (PUCRS). Professor Titular no Instituto de Ciências Humanas e da Informação/Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Como docente, atua há décadas pesquisando a formação histórica rio-grandina e ministrando a disciplina História do Município do Rio Grande. Elaborou os capítulos A fundação do Rio Grande de São Pedro e Reconquista portuguesa da Barra do Rio Grande.

Francisco das Neves Alves
Luiz Henrique Torres

Textos do século XVIII para o estudo da ocupação lusitana no Brasil Meridional



- 2 -

CLEPUL / Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande

2016

Índice

A fundação do Rio Grande de São Pedro	7
A revolta dos dragões	35
O contacto com o estrangeiro: os náufragos do <i>Wager</i>	47
A invasão espanhola	67
Reconquista portuguesa da barra do Rio Grande	81
O porto de São Pedro do Rio Grande do Sul: as potenciali- dades económicas da colônia	119

A FUNDAÇÃO DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO

O município do Rio Grande está localizado na Planície Costeira do Rio Grande do Sul e teve o seu desenvolvimento histórico relacionado à posição estratégica ocupada no Estuário da Lagoa dos Patos junto a Barra do Rio Grande. Enquanto sede do único porto marítimo do Estado mais meridional do Brasil, Rio Grande cadenciou o seu perfil histórico ao ritmo das atividades comerciais e industriais advindas de sua condição portuária. Geograficamente Rio Grande se situa entre a latitude 32° 2' 6" Sul e longitude 52° 5' 56" Oeste de Greenwich.

A Barra do Rio Grande foi descoberta em 1532 por Pero Lopes de Souza que navegou próximo a costa na busca de vestígios de uma embarcação que se perdeu da frota de Martin Afonso de Souza que rumara ao Prata. O desconhecido e caudaloso volume de água que desembocava no Oceano foi chamado de Rio de São Pedro, devido ao calendário eclesiástico dedicar a São Pedro o dia desta primeira observação. Na cartografia foi citado no mapa de Gaspar Viegas, cartógrafo da expedição, já no ano de 1534. Posteriormente, passou a ser chamado de Rio Grande de São Pedro.

O “Rio Grande de São Pedro” que aparece assinalado na cartografia desde 1534 nada mais é que o afunilamento da Lagoa dos Patos quando do seu escoamento no Oceano Atlântico. Esta denominação dada a um “suposto rio” acabou por ser o nome geográfico que caracteriza todo

o Rio Grande do Sul e não apenas ao atual Município do Rio Grande. Fundamentalmente, as fontes historiográficas evidenciam que somente nas primeiras décadas do século XVIII é que se busca investigar o interior do Continente cujo acesso se dá pela Lagoa dos Patos. Olhares ambiciosos estavam voltados à ocupação da Barra em 1732: os comerciantes judeus Antônio da Costa (que aqui esteve em 1726) e João da Costa tentam vender o projeto de ocupação para os russos e também para os ingleses. Porém, nada da certo nestas tratativas! Os espanhóis também almejavam a ocupação, mas os portugueses é que efetivam o povoamento. Com a chegada do Brigadeiro Silva Paes e o povoamento sistemático luso-brasileiro é que começam a ser criadas as condições para a integração geopolítica do Rio Grande do Sul a Portugal: através da ocupação militar e do povoamento civil.

A atual cidade do Rio Grande foi o primeiro referencial urbanístico luso-brasileiro nas terras meridionais do Brasil. A fundação de um povoado português no espaço platino fez parte de um planejamento do Conselho Ultramarino Português. Segundo Carta Régia datada de 24 de março de 1736, uma frota comandada por José da Silva Paes deveria partir do Rio de Janeiro para o Rio da Prata, buscando três objetivos: desalojar os espanhóis de Montevideú; levantar o bloqueio espanhol à Colônia do Sacramento e fundar uma colônia na margem sul do Rio Grande de São Pedro. Somente este último objetivo foi realizado com sucesso, pois no dia 19 de fevereiro de 1737, ao desembarcarem num inóspito sítio formado por areia, pântano e dunas, teve início um processo militar e colonizatório que se consolidou, entre avanços e recuos, ao longo do século XVIII.

Devido à formação geológica arenosa, o controle deste espaço da Restinga foi um desafio constante aos militares e civis desde o século XVIII. A areia hostil foi presença persistente ao longo do tempo! Os desafios para o estabelecimento de uma civilização na Barra do Rio Grande foi sintetizada pelo historiador lusitano Simão Pereira de Sá: “na costa arenosa e hostil, a tenacidade dos homens venceu a incons-

tância e a agressividade dos elementos” (meados do século XVIII)¹. Por quase um século, entre 1680 e 1777, Portugal e Espanha mantiveram uma tensa relação na tentativa de garantir para os seus domínios uma grande fortificação militar e colonizatória situada na margem esquerda do Rio da Prata: a Colônia do Sacramento. Esta experiência histórica constitui um capítulo fundamental do surgimento do Rio Grande do Sul português e de uma série de episódios deflagrados a partir do confronto entre portugueses, espanhóis, índios missioneiros e charruas, no espaço ocupado pela Colônia.

Fundada em janeiro de 1680 pelo mestre de campo Manuel Lobo, o estratégico local situado na atual cidade uruguaia de Colônia, está localizado junto ao Rio da Prata e distante 48 quilômetros de Buenos Aires. O controle do Rio da Prata significava a intervenção na produção escoada pelos rios Uruguai, Paraguai e Paraná e a chegada e saída de navios e produtos que navegavam pelo Oceano Atlântico. A indignação dos moradores de Buenos Aires (fundada em 1534) ficou expressa no conflito ocorrido em agosto de 1680, quando os espanhóis e índios missioneiros comandados por Antônio de Vera Muxica atacaram a fortificação superando a resistência portuguesa. A ferocidade do conflito ficou expressa nas perdas dos portugueses que tiveram 125 mortos e 150 prisioneiros (a maioria feridos). Estava desencadeado o confronto luso-espanhol, que persistiria por 97 anos. A Colônia foi invadida ou sitiada quatro vezes pelos espanhóis: em 1680, 1705, 1735-1737 e 1761-1762. Por meios diplomáticos Portugal conseguiu reaver várias vezes a Colônia, porém, com o Tratado de Santo Ildefonso em 1777, ela passou para o controle espanhol. Pelo menos até D. João, a pedido de Carlota Joaquina, invadir o Uruguai na primeira década do século XIX.

O povoamento em Rio Grande² emergiu deste contexto platino de belicosidade na campanha de 1735-37 que definiu as motivações para o estabelecimento de padrões de sobrevivência e civilidade. Foi

¹ SÁ, Simão Pereira de. *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*. Porto Alegre: Arcano 17, 1993.

² Algumas obras fundamentais para interpretar este as primeiras quatro décadas do povoamento na Barra do Rio Grande são: QUEIRÓZ, Maria Luiza Bertulini. *A Vi-*

durante a terceira campanha de cerco a Colônia do Sacramento que o Conselho Ultramarino Português autorizou o Brigadeiro José da Silva Paes a construir fortificações, na já identificada Barra do Rio Grande, com o objetivo de garantir um espaço para apoio militar a Sacramento e também para o deslocamento de colonos que desejassem fugir ao cerco espanhol.

Entre Rio Grande e Sacramento são aproximadamente 700 quilômetros, e com as grandes dificuldades em manter a posição, Rio Grande assumiu paulatinamente o papel de estabelecer o controle português no extremo sul do Brasil. Por esta importância estratégica, foi um alvo preferencial da Espanha.

O surgimento de Sacramento é o fator que levou ao deslocamento de tropeiros em busca do gado da Vacaria del Mar para o seu envio aos centros de consumo na região mineradora de Minas Gerais. Isto fez parte de um plano lusitano de estender sua presença política e econômica até o Prata o que havia acontecido durante a União Ibérica (1580-1640, quando Portugal e Espanha tinham o mesmo rei e as fronteiras se diluíram). Começava a se desenvolver os argumentos econômicos de integração do Prata ao mercantilismo português através do apressamento do gado. Em 1676 foi criado o Bispado do Rio de Janeiro com jurisdição da Capitania do Espírito Santo até o Rio da Prata. No mesmo ano o rei de Portugal D. Pedro II outorgou ao Visconde de Asseca e a João Correia de Sá a Capitania que ia da Laguna até o Rio da Prata a qual não foi ocupada e voltou a Coroa em março de 1727.

Em 1680 foi fundada a Colônia do Sacramento e em 1684 a povoação de Laguna (Santa Catarina). Com base em Laguna formou-se um eixo de comércio de gêneros com o interior platino e a comercialização

la do Rio Grande de São Pedro. Rio Grande: EdFURG, 1987; BARRETO, Abeilard. A ocupação espanhola do Rio Grande de São Pedro. *Simpósio Comemorativo do bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976).* Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v.2, p. 643-57; MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. A Dominação Espanhola no Rio Grande do Sul. *Simpósio Comemorativo do bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976).* Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v.4.

de cavalos, mulas e gado chimarrão das planícies. O comerciante Cristóvão Pereira de Abreu, que chegou a ser contratador de couros na Colônia do Sacramento, foi um dos nomes mais destacados na busca de interligação entre a retirada do gado do atual Uruguai e o deslocamento pelo caminho da praia. Ele contribuiu na construção de uma rota alternativa cruzando o gado entre Santa Catarina, o planalto curitibano e São Paulo.

Os lagunenses tinham interesse em fundar povoação no Continente do Rio Grande para as atividades de apressamento do gado. A frota de João de Magalhães em 1725 (em São José do Norte) foi a primeira experiência para esta fixação e controle do fluxo do gado, seguida da distribuição de sesmarias a partir de 1732 nos Campos de Viamão. Porém, com o abandono dos lagunenses da margem norte em 1733, o povoamento da Barra do Rio Grande somente foi efetivado com a expedição de Silva Paes. Em 1736 já fora autorizada pelo Bispo do Rio de Janeiro a criação de uma Freguesia no Rio Grande. A primeira missa em Rio Grande foi rezada em 25 de março de 1737 por um religioso que veio na expedição de Silva Paes. Naqueles tempos de padroado, o temporal e o espiritual caminhavam muito próximos no contexto da cristandade.

Os agentes históricos portugueses, espanhóis, negros, indígenas e miscigenados, envolveram-se numa trama de fronteiras e conflitos militares que se prolongou até o século XIX. Uma dinâmica cultural estabelecida em 1680 com a fundação da Colônia do Sacramento pelos lusitanos e que teve continuidade com o surgimento de Montevideu, Rio Grande, San Carlos (Uruguai) e tantas outras localidades que ao longo dos séculos XVIII e XIX definiram a fisionomia da região, consolidando as motivações históricas para o surgimento e colonização dinamizados pelos confrontos das duas potências ibéricas.

A ausência de infraestrutura, a rusticidade da sociedade em formação, as intempéries da natureza e a possibilidade de atividades bélicas com os vizinhos do Prata não era, na primeira metade do século XVIII, motivação para um povoamento espontâneo para Rio Grande, muito

pelo contrário! A intervenção do poder público português, através de políticas de atração de colonos, como os açorianos, foi fundamental para a consolidação de um núcleo urbano em crescimento.

Dois personagens se destacam no período de fundação e consolidação inicial do núcleo militar e urbano. Nestes escritos estão registrados os desafios e perspectivas de crescimento e inserção ao espaço colonial português do que hoje se constitui o estado do Rio Grande do Sul. São eles dois comandantes militares portugueses: José da Silva Paes e André Ribeiro Coutinho.

Na Carta Régia de D. João V para Gomes Freire de Andrade (24 de março de 1736), o Rei delega poderes a estes dois personagens exponenciais que marcaram os primeiros anos de ocupação da Barra do Rio Grande:

Para as disposições de terra, de que nela se trata, é preciso destinar-se um comandante de notória capacidade, ciência e experiências e, como todas estas circunstâncias concorrem no Brigadeiro José da Silva Pais, com excesso a qualquer outro de que deveria lembrar-se, Vos ordeno que, no caso de achar-se o dito brigadeiro desembaraçado do governo por haverdes voltado ao Rio de Janeiro, na forma que mandei advertir-vos na carta que levou o iate, lhe declareis que sou servido nomeá-lo comandante das ditas expedições de terra e tropas de desembarque, por confiar dele que me servirá no dito emprego com o mesmo acerto com que o tem feito com outros. Para subalterno do dito brigadeiro, nomeei a André Ribeiro Coutinho, fazendo-lhe mercê da patente e soldo de mestre-de-campo, por ser um oficial de boa capacidade e muitas experiências, adquiridas assim nas campanhas deste Reino como no Estado da Índia, onde me serviu muitos anos como sargento-mor. E, porque também é instruído nas matérias pertencentes à profissão de engenheiro, lhe encarregareis especialmente o que respeita as fortificações que for preciso fazer-se no Rio da Prata, debaixo da direção do dito brigadeiro. E, quando este se ache impedido com o Governo do Rio de Janeiro, por não achardes conveniente encarregar dele

a outrem na vossa ausência, neste caso será o dito André Ribeiro Coutinho o comandante das referidas expedições de terra e tropa de desembarque.³

Silva Paes elaborou e defendeu um projeto de povoamento lusitano na Barra do Rio Grande. Em documento ao Rei ele argumentou sobre a importância da militarização/colonização civil em Rio Grande para apoio estratégico à Colônia do Sacramento e para resguardar as posses portuguesas entre Santa Catarina e o Rio de Janeiro: “Pelo projeto junto vera S. Mag. o que me propõem sobre o descobrimento das terras do Rio Grande; quando Sua Mag. queira eu entre a fazer algumas diligências neste particular, em que me parece se aumentarão os seus domínios e os seus interesses, seguirei em tudo as determinações do mesmo sr. como devo”⁴.

Mesmo se desligando, no final de 1737, do cargo de comandante militar do Rio Grande, Silva Paes acompanha as ações do novo comandante André Ribeiro Coutinho. Na Carta do Brigadeiro José da Silva Paes a Antônio Guedes Pereira, em 24 de janeiro de 1739, relativo ao estado em que se achava o Rio Grande de S. Pedro, Silva Paes ressalta:

Pela cópia da última carta que recebi do Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho, que se acha Governando no Rio Grande de S. Pedro, verá V. Exa. o estado em que se acha aquele novo estabelecimento e pela planta que remeto, como fica guarnecida a Fortificação do Estreito. Estou persuadido que não tem os Espanhóis na América, forças que possam vencer aquele passo, e nos mais, verá V. Exa. o que diz o dito Mestre de Campo. Das antecedentes me tinha avisado continuam os particulares

³ Coleção de Documentos sobre o Brigadeiro José da Silva Paes. Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1949, vol. 109-112, p. 4-5.

⁴ José da Silva Paes, 2 de junho de 1735 (Arquivo Histórico Colonial. Lisboa). In: Coleção de Documentos sobre o Brigadeiro José da Silva Paes. Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1949, vol. 109-112.

em passar gados para a parte do Norte, e que a estância de S. Mag. todos os dias se aumenta naquela povoação e se faz mais frequente o negócio; eu me não descuido em ir fornecendo e o mesmo a Colônia e só de dinheiro é que não tenho podido mandar avantajadas remessas, porém desde que aqui cheguei, tenho remetido para o Rio Grande, o que se vê da relação; e para a Colônia menos pelas letras que se tem sacada sobre esta Provedoria.⁵

A trajetória destes dois comandantes militares é elucidativa para a compreensão das motivações da colonização e as dificuldades iniciais para efetivar um núcleo militar e urbano nos confins do Brasil Meridional.

José da Silva Paes

Nascido em 25 de outubro de 1679 na freguesia de Nossa Senhora das Mercês, Lisboa, – filho de Roque Gomes Pais e de sua mulher D. Clara Maria da Silva –,⁶ José da Silva Paes é um dos principais personagens envolvidos na fundação do Rio Grande do Sul lusitano. Casou-se com Máxima Teresa da Silva em 1704, com quem teve seis filhos. Seguindo a carreira militar, orientou-se para a engenharia participando de importantes planos de edificação de cidadelas militares no Rio de Janeiro, Santos, Santa Catarina e Rio Grande, além de obras voltadas a construção civil de interesse público. Tornou-se Brigadeiro de Infantaria em janeiro de 1735, vindo para o Brasil onde passou a exercer intensas atividades nas conjunturas de conflito relativas à Colônia do Sacramento. Foi um dos grandes estrategistas que não apenas

⁵ Coleção de Documentos sobre o Brigadeiro José da Silva Paes. Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1949, vol. 109-112, p. 96.

⁶ ALVES, Arthur da Motta. Contribuições para a biografia de José da Silva Paes, o fundador do Rio Grande. *Boletim do Centro Rio-Grandense de Estudos Históricos*. Rio Grande, Biblioteca Rio-grandense, 3: 9-15, 1941.

idealizou, mas participou diretamente da administração pública que estruturou a concepção de Brasil Meridional lusitano.

Argumentações favoráveis a ocupação do canal do Rio Grande de São Pedro foram formuladas pelo Brigadeiro José da Silva Paes ao Conselho Ultramarino Português em 1735 frente à tensa situação de cerco da Colônia do Sacramento do Rio da Prata.

Em parecer de 2 de janeiro de 1736, o Conselho segue as orientações de Silva Paes e projeta a edificação da fortificação e povoação da parte sul do canal através de investimentos da Fazenda Real.

Quanto ao projeto que o mesmo Gov. remete para o estabelecimento de uma Colônia no Gov. de S. P. do Sul parece ao Cons. Conveniente q. V. Mag. sirva mandar passar as ordens necessárias para que este estabelecimento se faça, pois parece própria a este fim a conjuntura preze. Para que tenha eff. o que nesta matéria tem o Cons. Representado a V. Mag. ou a despesa seja feita pela Fazenda Real, o que faria mais pronta a execução deste projeto e por tanto seria mais conveniente ou por uma companhia como se propõem no papel de que o d. Brigadeiro remete a cópia. Os Povoadores desta Colônia devem sempre ser assistidos da força necessária para sua defesa no caso de serem invadidos porque suposto os Castelhanos disputarão a esta Coroa o estabelecimento da Colônia no arbítrio de Comissários nomeados por El Rei da Espanha ficava pertencendo este sítio ao contingente da Real Coroa de V. Mag. com tudo sempre é justo precaver contra qualquer ideia que possa formar aquela nação contra este estabelecimento e que ele se acompanhe de força necessária para sustentar-se no sítio que o eleger. A este fim se faz tão bem necessário passam ao Rio de Janeiro dois engenheiros que José da Silva Paes tem pedido para assistirem a fortificação daquela cidade e poderá um deles ir situar esta Colônia, e fazer-lhe a defesa necessária que nos era de grande despesa porque à distância em que os Espanhóis ficam não permite que possam trazer grandes forças quando intentem desalojar-nos. E para nos precavermos de qualquer

intento que a mesma nação possa ter para o futuro parece ao Conselho que V. Mag. se sirva ordenar se faça uma consignação a que se empregue em transportar cada ano certo número de casais das Ilhas com que se vá aumentando esta povoação, e estabelecendo outras por aquela costa, pois a continuação destas povoações será o que melhor decide a questão de limites entre as duas nações. Lisboa. Ocidental, 2 de janeiro de 1736.⁷

Com a conjuntura internacional favorável ao empreendimento, a Coroa Espanhola buscava defender as posições junto a Buenos Aires, Montevidéu e Sacramento frente a um avanço lusitano no Prata. A Espanha não tinha condições de promover um rápido contra-ataque frente à ocupação militar do canal, o que garantia aos portugueses a fortificação do Rio Grande e sua extensão até o Chuí.

A ocupação e fortificação da Barra do Rio Grande foi fator de grande satisfação para Silva Paes que despendeu todos os esforços no êxito desta empresa, através do presídio do Rio Grande, ficava garantida a posse de todo o território, que se estendia até a Laguna, barrados os espanhóis em suas pretensões de cruzar o canal, ficando sob controle o acesso à imensa rede hidrográfica que penetrava para o interior a partir da Lagoa dos Patos. Para o sul, alcançava-se com socorros a Colônia do Sacramento em tempo de guerra e, em tempo de paz, incrementava-se aquela povoação e os negócios desenvolvidos nela.

O novo estabelecimento permitia, dessa forma, disputar a posse dos imensos rebanhos platinos e, ainda, a participação direta no comércio de cavalos e mulas, garantindo o abastecimento dos centros consumidores do país. Sobre o valor desta fundação, Silva Paes escreveu: “estou tão firme em que o Rio Grande é tanto melhor para se conservar que Montevidéu e ainda a Colônia que se pusesse em

⁷ Parecer do Conselho Ultramarino, em 2 de janeiro de 1736, sobre a carta do Brigadeiro José da Silva Paes. Coleção de Documentos sobre o Brigadeiro José da Silva Paes. Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1949, vol. 109-112, p. 75.

questão e fosse preciso largar este ou aquele presidio, votara se devia largar aquele para conservar e adiantar este”⁸.

Silva Paes orientou um esquema defensivo da região ocupada, estendendo-se para o sul onde construiu o Forte de São Miguel, além de guardas (Chuí, Taim, Albardão e Passo da Mangueira), do Forte Jesus-Maria-José (cuja imagem sempre carregou consigo até sua morte) e do Forte do Estreito. A efetiva resposta a esta ocupação, ficou entalada na garganta dos espanhóis até 1763, quando a conjuntura foi propícia a uma investida de Cevallos e a fuga lusitana das posições ocupadas ao longo de treze anos.

Após a fundação do presidio Jesus, Maria, José e estando à frente da Comandância Militar do Rio Grande, Silva Paes preocupou-se com o exercício administrativo e com a melhoria das defesas do importante ponto estratégico. O secretário de Estado Antônio Guedes Pereira escreveu uma carta que ressalta o trabalho desenvolvido por Paes: “S. M. está bem persuadido do zelo, trabalho e atividade com que V.M. procurou servi-lo, não só na dita expedição, mas em tudo o mais, que com grande acerto obrou no referido Rio de São Pedro, para aumentar e fazer firme e defensável aquele novo estabelecimento”⁹. Permaneceu no cargo até 11 de dezembro de 1737 quando passou a Comandância ao Mestre-de-Campo André Ribeiro Coutinho que permaneceu no cargo até 22 de dezembro de 1740, assumindo então, o Coronel Diogo Osório Cardoso.

A rivalidade com o Governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, foi imediata à chegada de Silva Paes ao Brasil, afinal, este veio a mando do rei de Portugal. Andrade procurou deixar claro nas correspondências que nenhuma decisão poderia ser tomada sem o seu

⁸ Citado por FONTOURA, Edgar. O Rio Grande de São Pedro na visão de José da Silva Paes. In: *Anais do Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense*. Porto Alegre: Globo, 1937, vol. 2, p. 87.

⁹ Carta de Antônio Guedes Pereira a Silva Paes de 14 de outubro de 1738 (Arquivo Histórico Ultramarino, Núcleo do Rio de Janeiro) citado por PIAZZA, Walter F. *O Brigadeiro José da Silva Paes: estruturador do Brasil Meridional*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Rio Grande: Ed. da FURG, 1988, p. 117.

cumpra-se, buscando desta forma, manter Silva Paes sob seu controle e evitando um indesejado ofuscamento de seu poder. A discussão estendeu-se em correspondências mútuas e também endereçadas ao monarca português buscando a delimitação das esferas de poder. Em agosto 1738, Silva Paes assume como governador da Ilha de Santa Catarina, foi à forma do Conselho Ultramarino dispersar o conflito entre dois grande nomes ligados a edificação lusitana no Brasil Meridional.

Como destacou Abeillard Barreto, além das tarefas normais de seus cargos, no comando e no governo do presídio, Silva Pais ainda se afirmava com um grande epistológrafo, de que dá testemunho a sua abundante correspondência ativa. Através dela pode-se ter uma idéia clara e completa das medidas que ia tomando para a conservação e o progresso da conquista, bem como das obras que com tal escopo já fizera executar¹⁰.

O testamento de Silva Paes foi escrito reafirmando a crença na Santíssima Trindade. Propriedades e outros bens foram divididos entre os filhos. O testamento também trazia uma relação de livros e seu valor em prata. Somam estes livros 437, sendo devotos 68, Filosofias 14, Geometria e Trigonometria 89, de História e Vida de Príncipes 252, Medicina e Cirurgia 14; além de vários anos de Gazetas soltas, papéis soltos, dois tomos de várias resoluções do Rei, companhias que estabeleceram e promoções dos postos militares até o ano de 1757. A Biblioteca Rio-Grandense possui a Sala Silva Paes, onde existem um conjunto de obras raras que são citados no testamento.

Em seu testamento expressou que desejava que “meu corpo será amortalhado no hábito do Carmo de que sou 3^o e por cima o manto de Cavaleiro de Cristo de que sou professo, e serei sepultado no jazigo dos Irmãos Terceiros de N. Sra. do Carmo”. José da Silva Paes faleceu em Lisboa em 14 de novembro de 1760, sendo sepultado no Convento de N. Sra. do Carmo. Jaime Cortesão enfatizou que “de todos estes

¹⁰ BARRETO, Abeillard. A Expedição de Silva Pais e o Rio Grande de São Pedro. In: *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Segundo volume, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979, p. 41.

homens, o que mais se aproxima do ideal do Engenheiro Setecentista, em que se fundem o técnico, o político e o organizador, é José da Silva Paes, que funda províncias, constrói fortalezas e desenha mapas.”¹¹

Extrato das Notícias, que em uma carta escreveu ao Prior de Chaves, Duarte Pereira Chaves, o Coronel José da Silva Paes, da Ilha de Santa Catarina, que está fortificando na América, as quais pertencem ao sítio, e território do Rio Grande, e a sua grande fertilidade.¹²

Depois de dizer que tinha chegado daquele sítio onde fora sossegar um Levantamento que ali tinham feito os soldados, continua: dei todas as mais providências que me pareceram precisas para a subsistência daquele presídio que ia acabar podendo segurar o melhor clima que tem a América, pois ainda ali se não experimentou, nem houve sezões, nem febres malignas e mulheres que eu tinha mandado do Rio, as mais corridas e galicadas, sem cura melhoraram, e pariram quase todas.

Dos poucos casais que ali há (sem embargo de lhe dizerem todos os dias que aquilo se largavam) da sementeira que fizeram colheram 1.500 alqueires, que fazem 3.000 dos do Reino de trigo, e se lhe não dá a ferrugem haveria farinhas para irem para o Rio de Janeiro e um grão filhou 68 espigas.

A hortalixa é a melhor de todo o Brasil e os repolhos depois de cortados, ficando a raiz na terra, filhando dá mais 4 ou 5; as cebolas da mesma sorte; nabos melhores que os do Reino, mandioca (de que não fazem caso) melhor que nesta Ilha, milho e feijão em muita abundância e lentilhas, melão e melancia são imensas e não necessitam de cultura e de admirável gosto. Veja V. Mercê se terra que tem estas circunstâncias é para desprezar.

¹¹ CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos Velhos Mapas*. Rio de Janeiro, 1965.

¹² In: CESAR, Guilhermino. *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul (1605-1801)*. 2 ed., Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1981. Biblioteca e Arquivo Distrital de Évora.

Há quem dê a S. Majestade 210\$ Cruzados por 3 anos dando-se-lhe o privilégio de ser ele só o que possa mandar do Rio Grande cavalos e mulas, para as Minas pagando-os aos criadores pelo preço ordinário. E tem já rendido a Sua Majestade aquele estabelecimento só dos direitos que ali pagam de 1.000 rs. por cabeça, e dos couros perto de 200\$ cruzados além de mais de 400, que terão rendido nas entradas das Alfândegas e de São Paulo e Minas. É terra onde não achei um pobre, e aqueles casais quase todos pela manhã tomam leite e café custando este aí 800 rs. e às vezes mais a libra; os queijos podem competir com os do Alentejo, e em tanta abundância, que os dão os lavradores aos negros em lugar de pão, e estes tem tanta abundância em leite, que o feijão e abóbora, não cozem senão em leite.

A manteiga é tão boa como a da Holanda, e melhor por ser mais fresca, o requeijão é todo o ano e delicioso; há já perto de 3.000 ovelhas, porém não lhe aproveitam o leite, pelo terem em mais abundância de vacas; já se mandaram vir garanhões e já há crias de mulas e deixei em uma estância d'El Rei (que tem mais de 20 léguas de comprimento, e em partes légua e meia de largo, fechada na entrada e saída, e os lados de uma parte é a costa do Mar e da outra o Rio Grande) 5.100 reses; perto de 600 éguas, quase 3.000 potros e outros tantos cavalos mansos e tudo em pastos separados, e para que comprei dos particulares 1.500 reses sem despesa da Fazenda Real, por se obrigar um particular a pagá-las logo que se recebessem na Estância de El-Rei, a 1.600 por cada uma dando-se-lhe os couros das mesmas à razão de 1.520, e se for de touro a razão de 2.400, até se embolsarem da despesa que fizer.

Deixei mais 1.000 (que também comprei do que produziram vários gêneros que havia nos Armazéns, a que se queria por o fogo para se dar auto de consumição ao tesoureiro e se venderam por 3.500 cruzados) para da sua criação se sustentarem as Guardas e Guarnição de São Miguel e Chuí.

Estabeleci açougue para se dar carne por peso, a libra e meia cada praça, e o dobro aos oficiais; e se viu que nos primeiros meses que ali estive se amoniciou tudo com 60 reses gastando-se antes com

incrível desordem 280 e 300 reses cada mês; de sorte que já não havia guarnição, de Montevidéu e os que fazem o bloqueio à Colônia lhe é mui raro.

Fiz para o Povo outro armazém e um obrigado por 3 anos a dar carne a 10 rs. à libra e havendo quem queira vender por menos preferir, e outras providências que me pareceram precisas e úteis ao povo e aos interesses de S. Majestade, deixei assentadas, persuado-me que o Coronel Diogo Osório Cardoso as observará para adiante pois lhe convém e senão dará a razão que teve para obrar o contrário.

André Ribeiro Coutinho

Nascido em Lisboa em ano desconhecido e falecido no Rio de Janeiro em 1751, André Ribeiro Coutinho¹³ foi o segundo comandante militar do Rio Grande de São Pedro que tinha jurisdição sobre todo o Rio Grande do Sul português daquela época. O primeiro comandante militar e governador foi José da Silva Paes que desembarcou em Rio Grande em 19 de fevereiro de 1737. Em dezembro de 1737, por indicação do governador do Rio de Janeiro Gomes Freire de Andrade, assume André Ribeiro Coutinho perdurando no cargo até dezembro de 1740. Em Portugal no ano de 1751, Coutinho publicou os dois volumes do livro *O Capitão de Infantaria Portuguesa* (Lisboa, 1751, 2 volumes), demonstrando a sua capacidade intelectual e o estilo barroco na narrativa. Um de seus escritos referente à sua administração em Rio Grande é a *Memória dos serviços prestados pelo Mestre-de-campo André Ribeiro Coutinho, no Governo do Rio Grande de São Pedro, dirigida a Gomes Freire de Andrade* (1740). Este escrito traz informações sobre os primei-

¹³ A vida pessoal e familiar do Mestre de Campo é praticamente desconhecida, porém no 1º Livro de Batizados do Rio Grande ficou um registro: “Eufrásia, nascida e batizada no Rio Grande, a 29 de março de 1740. Filha natural do Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho e de Ana Maria da Conceição, mineira, casada com Manuel de Almeida.” A relação com o pai e o destino da filha de Coutinho, nascida no Rio Grande, são desconhecidos.

ros e difíceis anos da ocupação luso-brasileira na Barra do Rio Grande. Faz referência à chegada de famílias para o povoamento civil e também a criação dos Dragões do Rio Grande. A preocupação da defesa era fundamental sendo relatada a fortificação do Estreito (atual proximidade da Hidráulica) e a fortificação do Porto (Forte Jesus-Maria-José). O comandante também faz uma defesa ética de seu governo (probidade administrativa) afirmando que enfrentou as noites tempestuosas e as horas incertas, esperando o dia nascer na muralha do forte.

A geração de Coutinho anuncia o iluminismo pombalino e é ele que com seu estilo característico de barroco retardatário quem batizou o Rio Grande com o epíteto *terra dos muitos*. Ele antevê a “larga estrada que se abria aos novos habitantes de uma terra cheia de possibilidades materiais. E isto ocorria no alvorecer do século XVIII – o orgulho século português de D. João V e de Pombal –, na fase em que se consolidava a expansão territorial do Brasil”¹⁴.

A terra dos muitos aparece numa carta enviada a um amigo e datada de setembro de 1737. Coutinho relatou o cenário da ocupação lusitana na atual cidade do Rio Grande. Foram os primórdios do povoamento cercado por imensas dificuldades que foram minimizadas por Coutinho. Rio Grande e cercanias são o cenário para o relato que exalta a produtividade agrícola da terra, a presença de animais e peixes para o consumo. Ele enfatizou a fertilidade e a garantia de abundância para aqueles que ocupassem a terra¹⁵. Também foi ressaltada a presença de insetos no verão, de umidade e vento no inverno e da falta de tudo para a vida cotidiana e para o *luxo*:

Agora, pelo que toca a primeira parte da pergunta – do que é esta terra, não tenho dúvida a responder, porque é *cousa* que manipulo há seis meses. A este país meu senhor, tenho cha-

¹⁴ CESAR, *Primeiros Cronistas...*, p. 110.

¹⁵ FLECK, Eliane Cristina Deckmann. De Terra de Ninguém à Terra de Muitos: olhares viajantes e imagens fundadoras (do século XVII ao XIX). BOEIRA, Nelson et all. *História Geral do Rio Grande do Sul – Colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006, vol. 1, p. 283.

mado a terra dos muitos e – ouça Vossa Mercê a razão – com toda verdade, porque aqui há muita carne, muito peixe, muito pato, muita marreca, muito maçarico real, muita perdiz, muito jacu, muito laticínio, muito ananás, muita courama, muita madeira, muito barro, muito bálsamo, muita serra, muito lago e muito pântano; no verão muita calma, muita mosca, muita motuca, muito mosquito, muita polilha, muita pulga; no inverno muita chuva, muito vento, muito frio, muito trovão, e, com todo o tempo, muito trabalho, muita faxina, muito excelente ar, muito boa água, muita esperança, muita saúde para servir a Vossa Mercê; pode produzir, como já experimentamos, muita melancia, muita abóbora, muito legume, muita hortaliça e, porque com uma palavra diga o que mais importa a Vossa Mercê, também há muita falta de tudo o mais para a vida e para o luxo; e como o que veio de baetas, tabaco, facas e chapéus e outras drogas, por conta de El-Rei, se tem feito um grosso avanço, seis frascos de aguardente se vendem por onze mil réis, bebe o comprador dois e vende os outros por onze mil réis. Vem mais guarnição, chegaram 200 e tantos índios e índias, chegaram ca-sais, e na terra não há mais que o que fica dito; e para que vossa Mercê veja a sua fertilidade, sendo tudo areia, medi uma cana de milho e achei 22 palmos; pesou-se um linguado, tinha 19 libras; não vi princípios tão avultados em terra alguma, nem a há mais salútfiera, fecunda e forte.¹⁶

João Borges Fortes enfatizou que Coutinho foi um grande administrador que proveu atentamente a construção das fortificações, instalou os povoadores, organizou a vida civil de seus jurisdicionados. Adaptou o terreno a defesa militar, no Porto e no Estreito, “aos que dispunham a montar fazendas de criação de gados dava largas áreas de campos” fomentando amplamente o aproveitamento das terras pelo estabelecimento de novas estâncias¹⁷.

¹⁶ In: FORTES, João Borges. O Brigadeiro José da Silva Paes e a Fundação do Rio Grande. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IHGRS, ano XIII, III trimestre, p. 48-49.

¹⁷ FORTES, João Borges. *Rio Grande de São Pedro: povoamento e conquista*. 2. ed.,

No documento reproduzido a seguir, o Mestre-de-Campo relata algumas de suas ações durante a sua atuação como comandante militar e governador.

Memória dos serviços prestados pelo Mestre-de-campo André Ribeiro Coutinho, no Governo do Rio Grande de São Pedro, dirigida a Gomes Freire de Andrade (1740).¹⁸

O que posso dizer é que vindo a Nau N. Sa. da Vitória, capitania da Esquadra que estava no Rio da Prata, aonde eu andava embarcado, desde 25 de março de 1736, em que saí da Corte de Lisboa, à Ilha de S. Catarina, em 5 de março de 1737, para atacar 2 fragatas de guerra Castelhanas; e não se achando já naquele porto, desembarquei a 16 do dito mês, para me incorporar com o Brigadeiro José da Silva Paes, no Domínio do Rio Grande de São Pedro aonde tinha chegado a 10 de fevereiro do mesmo ano, o que com efeito consegui, por uma marcha de 128 léguas, por terras desertas, atravessando, com grande perigo (por que em um couro) muitos e caudalosos rios; e chegando ao dito Domínio a 16 de abril, me encarregou o dito Brigadeiro do governo de toda a Infantaria e Dragões, que havia, com a qual obrigação cumpri.

Até 11 de dezembro, dia em que se retirou o Brigadeiro daquele Domínio, para vir tomar o Governo do Rio de Janeiro e tendo eu uma ordem de S. M., por carta do Secretário de Estado Antônio Guedes Pereira, escrita em 30 de maio do sobredito ano, para vir governar, instruir e doutrinar o novo Terço de Artilharia desta dita Praça, foi Vossa Excelência servido de me encarregar, contra a dita ordem real, do Governo daquele Domínio – não sei por quê.

No ano de 1738, mandou Vossa Excelência para o Rio Grande muitos casais, que tinham evacuado a Praça da Colônia: alguns desta cidade e outros da Vila da Laguna; além de muita outra gente de ambos os sexos, para com todos se criar uma povoação; para o qual fim

Porto Alegre: Martins Livreiro, 2001, p. 82 (1. edição de 1940).

¹⁸ Reproduzido dos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 50.

levantei casas à maior parte dos povoadores; dei aos lavradores terras, sementes e instrumentos de agricultura. A alguns ajudei com gado proporcionado às suas famílias; a todos sustentei com mantimentos de farinha e carne e dei materiais para casas. Assisti com justiça natural a seus muitos litígios; ajustei muitas diferenças, para não chegarem a ser contenciosas: tratei os povoadores com benevolência, protegi os mais pobres e cuidei na conservação de todos; e para pôr na ordem e sossego das povoações antigas, que formei no Porto e Estreito daquele Domínio, que em breve tempo se fizeram consideráveis; expedi muitas ordens e publiquei vários bandos, pela observância dos quais fui inflexível, o que pareceria duro só àqueles, que pela dissolução de seus costumes, não couberam nas diferentes terras, donde saíram. Com as levas, que Vossa Excelência ao mesmo tempo mandou das Minas, Rio de Janeiro, S. Paulo e Santos com alguns presos da Bahia, e com um destacamento da Colônia e todos os que se achavam das Praças do Brasil naquele Domínio, formei o casco do Regimento de Dragões, a que a 5 de janeiro de 1739 vieram guarnecer os oficiais com o seu Coronel Diogo Osório Cardoso.

Para a economia, disciplina e conservação deste corpo e para a pronta defesa de toda a surpresa na Fortificação do Estreito, fiz seus quartéis de 120 palmos cada um, em linha paralela ao parapeito e em frente das golas dos baluartes, meios baluartes e redutos, desde as águas do Rio Grande até as da Mangueira; 3 quartéis para os oficiais de Infantaria e 2 para os de Artilharia; uma pequena casa de pólvora e para cômodo da mais gente, arrecadação da Fazenda Real e expediente de tudo o que era preciso a um estabelecimento novo, fiz uma Vedoria e Casa para o comissário de mostras, de 70 palmos; casa para o Governo; outra para o Coronel de Dragões; outra para o Sargento-mor; fiz um corpo da guarda da 100 palmos, um armazém, um Hospital e uma casa para o tesoureiro e oficiais de carpinteiros, cada um de 150 palmos. No Porto comecei uma igreja, em que já se tinham celebrado os ofícios divinos, de 92 palmos de comprimento, incluído cruzeiro e capela-mor e 40 de largo; um corpo de guarda de

34 palmos; 4 quartéis pequenos para os soldados; um armazém para a courama de 105 palmos; uma ferraria, uma casa para o armeiro e um armazém da parte do norte. No Forte de S. Miguel, em Taim, Albardão e Mangueira, quartéis para os oficiais e soldados de suas guarnições. Nas estâncias reais de Tororitama e Bogerú, casas para os maiores, peões e domadores, que tratam das cavalcadas e vacaria; e todos os sobreditos quartéis, armazéns e mais obras de pau a pique e barro; e as dos oficiais assoalhadas e forradas. Pelo que pertence às fortificações, cobri, à prova de bateria, a do Estreito, que achei em simples estacada, e só com 8 flancos e metade de uma face cheios, na larga extensão de 2 grandes baluartes, 2 meios baluartes, 2 redutos, 3 cortinas e 2 ramais; abri o fosso, sendo o dos ditos ramais de água, no comprimento de 80 braças e 3 1/2 de largo: construí plataforma e dispus as canhoneiras de forma, que ficassem os tiros mutuamente cruzados; desmontei um outeiro, que cobria uma chegada ao fosso, na curta distância de 40 palmos. Abati um mato de 935 braças de comprimento e 40 de largo, que ocultava um grande terreno e fazia um seguro aproxe a fortificação. No Forte de S. Miguel fiz os terraplenos e paraquitos e acrescentei flancos, a que no principio não deu lugar o terreno embaraçado de pontas de rocha; e no Passo de Taim, construí um reduto, porque se cegou a ribeira com as areias.

Sendo um dos meus primeiros cuidados, pôr as guardas que o ga-deiro havia determinado e outras que o tempo me mostrou precisas para vedar os passos e entrada daquele vasto Domínio; em forma de sua melhor subsistência e defesa, conservei sempre no Estreito, como fortificação capital, 31 oficiais, 414 soldados e 44 canhões de 1/2 libra até 12; no Forte de S. Miguel, na distância de 50 léguas do Porto, para Oessudoeste, 1 Capitão, 1 Sargento, 27 soldados, 11 canhões de 1/2 libra até 4 e suas munições; no Passo de Chuí, a 2 léguas do dito Forte de S. Miguel, 1 Tenente, 35 Dragões e 150 cavalos; no Passo de Taím, a 15 léguas do Porto para Oessudoeste, 1 Alferes 1 Sargento, 22 soldados, 5 peças de 1/2 libra até 4 e suas munições. No reduto do Albardão, a 14 léguas para o Sudoeste, 1 Ajudante, 1 Sargento, 15 soldados, 3 peças de

1/2 libra até 2 e suas munições. No Passo da Mangueira a 4 léguas para o sudoeste, 1 Alferes, 14 soldados, 2 peças de 3 libras e suas munições. No reduto do Arroio, a 1 légua para o sudoeste, 1 Sargento, 8 soldados e 2 peças de 1 libra. No Passo de Tororitama a 3 léguas do Estreito, 1 cabo, 10 soldados dragões e 40 cavalos. No Passo Novo, da mesma distância, 1 cabo, 6 Dragões e 20 cavalos. Na Guarda do Porto, 1 Alferes, 1 Sargento e 35 soldados. E da parte ulterior do Rio Grande tive na sua margem a guarda do Norte, com 1 cabo e 4 soldados. Na Guarda de Viamão, a 50 léguas para o nornoroeste, 1 Tenente, 1 Sargento, 20 Dragões e 80 cavalos. Na Guarda de Tramandaí a 56 léguas para o nordeste do Porto, 1 cabo, 8 Dragões e 40 cavalos. Como para o exercício dos Dragões a 4 ou 5 cavalos cada um, pela falta de grão, com que se mantenham, e para serviço das diferentes guardas daquele Domínio, em distância de muitas léguas umas das outras, comprei 2.216 cavalos mansos e 796 potros. E para que se não continuasse uma grande despesa cada ano, pelas diferentes causas, de que morrem muitos, não tendo cavaliças, aonde se pudesse recolher um tão grande número de animais; comprei 2.288 éguas, para que da sua certa produção se remontasse a cavallhada e ficarem potros, como com efeito ficarão para se transportarem a Capitania das Minas; e importou a despesa de uns e outros animais 11:037\$027 réis. Recolhi do campo 14.151 vacas, por várias ocasiões e preços de 450 réis até 1200 por cabeça e importou a sua despesa, paga aos capatazes de muitas tropas, que fazem as corredorias, 5:908\$340 réis. E deste gado se sustentavam os oficiais de guerra e ordenança, os soldados, sacerdotes, povoadores, peões, índios e toda a mais gente, que pertencia à proteção Real; e remeti para a Fazenda Real desta Praça do Rio de Janeiro, 10.683 couros de touro e vaca, extraídos do dito gado e dos quintos de toda a courama, que os tropeiros fizeram naqueles campos; além de uma grande cópia deles, com que ao princípio, pela falta de todos os meios, se fizeram muitas casas, oficinas, aparelho dos carros, cestos para a condução da terra, laços para a contextura das trincheiras e outras infinitas obras, em que era preciso continuar uma grande despesa; e ficaram na Estância

de Bogeru 3.217 rezes, além da produção de um ano para baixo. Fecundadas as Estâncias e estabelecidas as guardas, cuidei na forma em que cada uma havia cumprir com as suas obrigações para a defesa do Domínio, arrecadação da Fazenda Real, economia de armas, fardas, cavalos e disciplinados soldados, para o que fiz um Regimento para a Estância Real de Tororitama a 4 léguas do Estreito, que havia servir para o gado, de que se mantinham todos, que consta de 21 capítulos, em que se mostram as obrigações do maioral, as dos peões e como se deviam cuidar os cavalos do serviço e o gado, que por depósito tivesse, até passar o Rio para a Estância Real de Bogeru, em que se havia conservar para a produção; as cautelas, com que se havia entregar aos vaqueiros o gado que se extravia para os açougues do Estreito e Porto; e a ordem por onde se havia levar em conta ao dito maioral na Vedoria, antes de se lhe fazer o pagamento do seu jornal. O Regimento da Estância de Bogeru a 13 léguas da parte do Norte do Rio Grande, consta de 29 capítulos, que advertem a conservação e divisão das vacas e éguas, das suas produções, dos cavalos mansos, redomões e potros; as suas curas, as obrigações do maioral, peões e domadores, o regime para o sossego, em que todos deviam viver; a economia no gasto do gado para sua manutenção, as cautelas para a arrecadação dos cavalos, que se lhe mandassem dar para diligências, de ir buscar o dinheiro à Ilha de Santa Catarina e outras, e da forma dos recibos e partes, que devia dar e receber.

O Regimento para a Guarda de Tramandaí consta de 20 capítulos, que respeitam o cuidado sobre desertores, passaportes, desordens das Estâncias de Laguna e Viamão, ladrões, economia dos soldados, cavalos, armas e fardas da dita guarda e dos cavalos reiúnos, que ficam contados por todo aquele campo. O Regimento da Guarda do Porto consta de 56 capítulos, em que se compreendem as obrigações dos oficiais e soldados dele, sobre os exercícios, revistas e rondas; o que se deve observar em toda a Marinha e embarcações do Domínio e de outros portos; o exame dos passaportes, para quem houver de sair do dito Porto; o cuidado sobre a courama, as obrigações do Patrão-

-mor, condestável e guardas do Forte e Norte; o sossego e paz em que se devia conservar o Povo e porque da fábrica da courama resultava algum interesse à Fazenda Real, para suprir parte da despesa que se fazia com o Povo e guarnição daquele Domínio, criei um guarda e seus serventes e fiz um Regimento para evitar todo o descaminho, que por muitas partes podia haver nesta mataria, o qual consta de 40 capítulos, que respeitam à fatura, guarda, arrecadação e embarque da courama; as obrigações dos comandantes dos Presídios, dos oficiais de guerra e da ordenança; a administração dos açougues; a incumbência dos vaqueiros e seus moços; e ultimamente a forma das guias, com que a courama deve vir dos Presídios; e a dos livros da receita e despesa para descarga do guarda. Para os Fortes, Redutos, e Passos, passei ordens, segundo os novos casos, que com o curso do tempo sucedido; e para o de S. Miguel, além das ordens, que achei do Brigadeiro acrescentei as que pareceram precisas e fiz uma instrução para a forma da sua defesa e comunicação com o governo, em caso de sítio e ataque.

E porque previ, que da desordenada e bárbara extração da courama que naqueles campos se fazia, devia naturalmente resultar a total extinção do gado; e por consequência infalível sobrevinha à falta daquele mantimento, para manutenção do Povo, e gente militar, tirei informações das pessoas mais práticas naquela matéria; e sabendo que já não haveria mais que de 10 a 14.000 cabeças, porque vão se comendo no dito campo a carne de touros, de que se fazia a courama, se matavam as vacas, só para se comer a melhor parte e às vezes não mais, que para lhe tirar o leite e fazer outras atrocidades, chamei a Conselho e com o parecer uniforme de todos os oficiais proibi, a 22 de dezembro de 1738, as corredorias de toda a campanha e passei ordem para que se postassem 3 guardas de Dragões, encomendados a um cabo, que as visitasse continuamente na distância de 22 léguas, nas quais não havia entrada, pela costa da grande Lagoa de Mirim e que se desse mantimento a todos os que cursassem as ditas campanhas, para irem e virem às guardas de Chuí e Forte de S. Miguel; o que se executou enquanto não larguei interinamente aquele governo.

Igual cuidado pus na condução que os homens de negócio queriam fazer de cavalcadas, para a Capitania das Minas, pela Serra dos Tapes, em direitura á Vila da Curitiba, da jurisdição da Cidade e Capitania de S. Paulo, do que dando a V.Exa. conta, me ordenou tirasse de direitos de cada cabeça, exceto vacas e éguas, 10 tostões; mas porque ao tempo, em que chegou esta resolução, se achavam os tropeiros prontos a subir a serra e sem dinheiro algum, ajustei em conselho, que V. Exa. aprovou, pagarem-se os ditos direitos na Curitiba aos oficiais da Fazenda Real da Praça de Santos, nada se lhe abaterem nos subsídios que recebe desta Praça do Rio de Janeiro e dei a forma das cartas de guia e certidões, que deviam levar e a do registro da Guarda de Viamão, na entrada da dita Serra dos Tapes e de tal modo acautelei nas cartas precatórias ao Governo de Santos, os desvios, que os cavalos e os direitos podiam ter, que se deviam cobrar daqueles com que saiam do Rio Grande, sem mais recurso, que a V. Exa. e entrando 5.551 potros e 838 bestas muares, importaram os seus direitos 6:439\$000 réis.

Ao 1º de janeiro de 1738, 20 dias depois de tomar o governo, me chegaram notícias do Governador da Colônia Antônio Pedro de Vasconcelos, de que os inimigos formavam um corpo de 2.500 castelhanos e 5.000 tapes, para me fazerem evacuar o Domínio do Rio Grande e sendo 22 do dito mês recebi uma carta do Governador de Buenos Aires D. Miguel de Salzedo, na qual me requeria, protestava e ameaçava, de que desalojaria do Forte de S. Miguel a sua guarnição com as Tropas, que comandava; se não passassem logo ordens, para se lhe entregar o dito Forte e não cessasse o trabalho de todas as obras da fortificação, que se fazia, com cuja notícia chamei a mim o maior cuidado para pôr em estado de defesa, não só o Forte de S. Miguel, mas todas as mais fortificações de campanha, que se não fechavam inteiramente o Domínio, ao menos poderiam demorar a sua marcha e nesta ocasião superou o trabalho as forças da pouca gente, com que naquele princípio me achava. Pelo que respeita ao despacho e audiência a um grande número de requerimentos e litígios que se criaram com o negócio e extração da courama daquele Domínio, fui tão assíduo, que nem

doente e sangrado faltei mais que um dia e por nenhuma de minhas enfermidades, ainda com o notório perigo de vida, tomei cama.

Entre outros livros que mandei fazer para o expediente e clareza do serviço e Fazenda Real foi um das entradas das embarcações, que foram para aquele Domínio, no qual se lançava a invocação do navio, o nome do Mestre, o porto donde saía e a carga que levava, e sendo d'El-Rei se acusava esta inteiramente no livro da receita do tesoureiro; até o 10 de outubro de 1740 tinham entrado 66 sumacas, bergantins, balandras e galeras. Também mandei fazer listas separadas para cada forte, reduto e passo, para regularidade do serviço, facilidade dos assentos e conservação das armas, desembaraçando as listas antigas, formadas por destacamentos de todas as Praças do Brasil, em que havia mil confusões, pelas diversas companhias de que os destacamentos se formaram e dos particulares, que se fizeram no Rio da Prata.

Na minha casa não entrou presente, nem coisa alguma, que não fosse comprada, nem fiz ou entrei em negócio, por mim ou por interposta pessoa e se contra esta integridade V. Exa. tiver dúvida, mas que seja por testemunho falso, que se me impusesse, estou pela voz pública, porque não tenho outro documento por ora. Não castiguei com pena de polé ou galés, sem tirar as devassas dos criminosos e as sentenças, com que proporcionei estas penas, foram fundadas sempre pelos Regimentos e Ordenanças militares do Reino e remeti para a Auditoria Geral do Rio de Janeiro, com os seus processos, todos os culpados, a quem me pareceu, não alcançava a minha jurisdição para as suas proporcionadas penas. Distribuí com tal cautela os socorros de dinheiro, que V. Exa. mandou sempre com liberal mão para aquele Domínio, que a primeira aplicação que eu fazia dele, era para pagamento dos soldos e a segunda para compra do gado e satisfação de oficiais mecânicos e para o vencimento de faxinas e fardas, mandava tomar aos soldados a fazenda que tivesse o tesoureiro ou aos mercadores, que a dessem à sua convenção e agrado e lhes passava letras sobre a Fazenda Real do Rio de Janeiro.

Para a contínua condução de madeiras para todas as casas, quartéis e fortificações, fiz uma falua grande, além de muitas canoas, para diferentes serviços do Domínio e para que na passagem do Rio a nado e mais de uma légua de largo, não morresse a grande quantidade de cavalos, éguas e vacas, que ao princípio se perderiam, assim dos da Fazenda Real, como dos particulares, fiz uma grande barca, com que se seguiu para sempre a fazenda de todos, pagando-se de cada cabeça 1 tostão para se não fazer despesa de marinheiros e patrão pela de Sua Majestade. Acudi a várias embarcações, que se perderam, umas dentro do Rio Grande por um extraordinário temporal, com que todas deram à costa e destas livres uma d'El-Rey e uma sumaca particular e das que naufragaram na Barra e a algumas léguas ao norte dela, salvei com a diligência de gente, carros e mais petrechos necessários muitas fazendas, que sem o socorro de Sua Majestade perderiam os seus vassalos.

Mandando-me V. Exa. dizer o quanto S. M. queria que se fizesse amizade com os bárbaros minuanos e se tratassem com tal prudência e modo, que eles se reduzissem à nossa Santa Fé e amizade do Estado e que eu assim o executasse; pus tanto cuidado que vindo até o Estreito por conselho do Coronel Cristóvão Pereira, os tratei e fiz presentes, pela Fazenda Real, proporcionados aos seus usos e em nome de S. M. dei a um a nomeação e o bastão de Capitão e o Padre Fr. Sebastião de Milão, pôde reduzir uma mulher e seus filhos, com o marido (por contrato temporal) ao grêmio da Igreja; o que tudo junto com a dissimulação de faltas leves, exato castigo de crimes graves, inflexibilidade de penas por transgressão de bandos; sem descompor o nascimento ou estado de cada um, ensinando o serviço de praça fechada e trabalho de fortificações, dando-lhes exemplo com a minha contínua assistência a tudo, fazendo por tempestuosas noites a minha ronda efetiva e ainda que por horas incertas, esperando o dia na muralha e sobretudo dando a V. Exa. individuais contas, do que se passou e havia naquele Domínio e executando pontualissimamente as ordens de V. Exa. me deu a felicidade de conservar o dito Domínio sem alteração, até o entregar a

22 de dezembro de 1740 ao Coronel de Dragões Diogo Osório Cardoso,
com as ordens, que havia recebido de Vossa Excelência.

A REVOLTA DOS DRAGÕES

Desde a fundação da Colônia do Sacramento, as relações entre Portugal e Espanha no que tange à região platina foram extremamente conturbadas, não havendo a intenção lusa de desistir da manutenção de uma posse territorial naquela estratégica e rica porção territorial e, por outro lado, uma constante pressão hispânica para promover a expulsão dos lusitanos. Em tal contexto que se daria o projeto português de ocupação das terras fronteiriças entre o Brasil e o Vice-Reino do Prata, buscando tanto ocupar tal região em termos de colonização, tendo em vista os princípios em torno do *uti possidetis* que começavam a ganhar corpo, quanto para mantê-la guarnecida militarmente, servindo a nova conquista como uma ponta de lança em relação às pretensões lusas em direção ao Prata.

Nesse quadro, a atuação do Regimento de Dragões constituiu um processo tão antigo quanto os primórdios da povoação portuguesa em terras sul-rio-grandenses, à época da fundação do Presídio Jesus-Maria-José. Os dragões constituíam tropas especiais que atuavam tanto como cavalaria quanto como infantaria, significando um elemento estratégico essencial na fortificação daquelas fronteiras em disputa entre lusos e hispânicos. Eles vieram, num primeiro momento, para servir na Colônia do Sacramento, o que se tornou irrealizável na década de trinta do século dezoito, de modo que foram deslocados para a povoação que se formava no Rio Grande. Estiveram diretamente ligados aos primeiros

comandantes militares, José da Silva Paes, André Ribeiro Coutinho e Diogo Osório Cardoso.

Os habitantes originais do povoado, fossem civis ou militares, sofreram grande quantidade de revezes, tendo de enfrentar as intempéries, as muito incipientes estruturas urbanas, as amplas dificuldades de acesso e a falta de abastecimento e de assistência de parte da Coroa, sendo, muitas vezes, abandonados à própria sorte. Nesse ambiente, gerou-se um clima de insatisfação crescente, a qual culminaria com a deflagração de um movimento rebelde conhecido como Revolta dos Dragões, iniciado a 5 de janeiro de 1742. Os agentes promotores da sedição refletiram nesse ato a precária situação vivida pelo conjunto da população que apoiou o movimento. As principais reclamações dos soldados estavam ligadas aos atrasos de soldos, falta de fardamentos, precariedade de gêneros alimentícios, maus tratos de parte dos superiores, controle individual absoluto, castigos corporais e não cumprimento de promessas feitas anteriormente. As reivindicações dos rebeldes podem ser traduzidas através de uma representação escrita pelos militares e que constitui uma verdadeira exposição de seus motivos.

Mesmo rebelados e controlando as posições oficiais, os amotinados buscaram manter a rotina de vida e as funções públicas e militares do povoado em plena execução. A partir da revolta, o comandante Diogo Osório Cardoso buscou contornar a situação e, de modo a apaziguar os ânimos, prometeu aos sediciosos que seus intentos seriam levados em conta e que eles receberiam o perdão das autoridades. A aceitação do comandante militar aos termos dos rebeldes só ocorreria tendo em vista a completa falta de alternativas para tomar outro tipo de providência. A continuidade do movimento chegou a fazer com que o fundador e primeiro comandante, Silva Paes, viesse até o Rio Grande, com a função de aplacar as manifestações rebeldes. Como o brigadeiro não trouxe nem os soldos nem os mantimentos devidos, a rebelião prosseguiu. Foi com dificuldades que Silva Paes negociou com os rebeldes, até que chegasse o que era devido, mas que, mesmo

assim, só o foi feito em uma terça parte. A intensificação da revolta tornou-se iminente, surgindo até a possibilidade, por parte de alguns, de quebra de fidelidade e colocação dos serviços à disposição da Espanha. A pacificação apenas ocorreria a partir do momento em que os líderes do motim aceitaram as promessas de que logo receberiam os atrasados, além de ficar-lhes garantido o completo perdão por parte das autoridades reais.

O fim da revolta deveu-se muito mais à total falta de condições da Coroa Lusa de tomar providências enérgicas, esmagando os rebeldes, ainda mais por tratar-se dos perigos e dos jogos de interesse envolvidos naquela região em litígio. O perdão aos rebelados foi ratificado por Gomes Freire de Andrada e esteve limitado a questões circunstanciais que visavam suavizar brandamente o tratamento para com os soldados, sendo as concessões obtidas pelos amotinados normalmente circunscritas às condições e disponibilidades financeiras das autoridades centrais e à manutenção de determinadas formas de controle sobre os militares, visando, essencialmente, a redução dos riscos de deserção. Ainda assim, a deflagração de tal movimento bem serve para demonstrar as amplas dificuldades vivenciadas pelos primeiros colonizadores do Rio Grande do Sul e os dois documentos transcritos a seguir¹⁹ refletem os elementos constitutivos essenciais da revolta social original sul-rio-grandense, ocorrida na sua porção territorial mais antiga, a qual daria origem à cidade do Rio Grande²⁰.

¹⁹ Textos citados por: PIAZZA, Walter F. *O Brigadeiro José da Silva Paes: estruturador do Brasil Meridional*. Florianópolis: Editora da UFSC; FCC Edições; Rio Grande: Editora da FURG, 1988. p. 146-149.

²⁰ A respeito da Revolta dos Dragões e da ação de tal regimento no Rio Grande do Sul, ver: ALVES, Francisco das Neves. *O mito do dragão gaúcho*. Rio Grande: FURG, 2004; e ALVES, Francisco das Neves. Uma revolta militar e social no alvorecer do Rio Grande do Sul. In: POSSAMAI, Paulo César. *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora da UFPEL, 2010. p. 33-51.

Registro de representação que fez o Corpo de Dragões ao Governador Diogo Osório Cardoso

Senhor Coronel Governador, representam a V.Sa., com o mais profundo respeito, os soldados dragões do seu Regimento e guarnição deste estabelecimento, todos em um corpo, não ser o seu ânimo usurpar, nem perturbar a jurisdição real, nem fazer sublevações contra a fé pública e serviço de S.M. e suas reais ordens, que veneram e protestam guardar, como obedientes e leais vassalos, para a defesa da sua Coroa e Estado, até perder a mesma vida, como têm mostrado neste estabelecimento desde seu princípio; sofrendo, não só a falta de socorro e fardas, mas por muitas vezes a de pão de munição e outros inconvenientes que ordinariamente experimentam na criação de novas povoações.

Mas que obrigados da consternação das estreitas ordens e rigorosos castigos com que se acham oprimidos, sem o desafio de poderem sair dos portões para fora, não só até onde lhe é permitido pelo capítulo 209 das Novas Ordenanças, mas ainda deles vir do Estreito ao Porto sem licença dos seus oficiais, sendo na mesma praça, em distâncias de pouco mais de meia légua, com a pena de prisão e severo castigo.

Nem poder ter cavalos e arreios seus, tornando-se-lhes por perdido e prendendo todo o que se achasse montado, das ave-marias por diante, com a pensão de às oito horas da noite se recolherem aos quartéis, fechando-se-lhes as portas, tirando-se-lhes as chaves, e passando-se-lhes mostra pela manhã, às ave-marias e meia noite, cujas ordens severamente eram executadas pelos sargentos das Companhias e com mais paixão pelo Sargento João Nogueira Beja, com prisões e pancadas que os maltratavam, contra o Regimento das Ordens Gerais do Sargento-mor, capítulo 26, não se lhe admitindo a sua queixa contra o disposto no Regimento, capítulo 26, nem outro algum requerimento tanto assim que:

Faltando pão de munição, pela pouca prevenção que houve, se mandaram dar a cada soldado quinze espigas de milho para quinze dias e uma abóbora para outros tantos, segurando-se-lhe na frente

do Regimento que, em chegando farinhas, se lhes inteiraria tudo sem desconto, se lhe faltou inteiramente, e, querendo entrar neste requerimento, não só se não admitiu, mas se passaram ordens para se dar com um pau a morrer no que falasse nisso.

Vendo-se despidos e em suma miséria com a falta de pagamentos e fardas, impossibilitados para poderem continuar no serviço, fizeram requerimento se lhe mandasse pagar as fardas que se lhe deviam pelo preço das de infantaria, até se determinar as de dragões, e também se lhe não admitiu.

Tendo-se usurpado o pão de munição de muitos soldados que se acham destacados, que querendo entrar neste requerimento, se lhe não admitiu.

Concedendo o Brigadeiro José da Silva Paes, estando comandando este estabelecimento, que alguns soldados desses outros por si, que ficassem servindo nele, e eles irem servir às suas praças, depois de se lhe aceitar e sentar praça, se lhe não deu cumprimento, e ficaram servindo uns e outros.

Da mesma sorte, têm vindo do Rio de Janeiro alguns soldados, já com a praça, para ficarem nesta por outros que nela se acham, e estes irem servir àquela; e havendo alguns despachos do Exmo. Sr. General Gomes Freire de Andrada, para se lhe remeterem outros para as suas praças, com a mesma obrigação ou sem ela, se lhe não deferiu.

Que tendo se remetido da Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro toda a previdência de dietas para o Hospital, se divertiram para outras partes, faltando à assistência e caridade dos doentes, por cuja causa notoriamente padecem misérias excessivas.

Que havendo suspeita de algum soldado querer desertar, sem prova legal, o passaram a pau pelos cabos-de-esquadra, na frente do Regimento, de onde iam para o Hospital, e depois os têm em rigorosas prisões e galés.

Escandalizados também de serem maltratados com palavras injuriosas, acutilados como sucedeu ao Cabo-de-esquadra José da Costa Vasconcelos, ficando aleijado das mãos, e aos soldados João Vaz da

Silva e Antônio Soeiro, ficando também um de um pé, e outro de uma mão, estes por mandado do Alferes Antônio José da Gama Lobo, e afrontados, como sucedeu ao Soldado Inácio da Costa, sendo chamado à casa do Capitão Tomás Luís Osório, donde a portas fechadas, por dois mascarados, com sacos de areia e calabrotes foi tão maltratado que o levaram para o Hospital; na mesma forma, o Alferes Rodrigo de Mendonça Furtado, que comandava a Guarda do Porto, mandou abordar ao Soldado Infante Cristóvão de Albuquerque, rodeados de soldados com baionetas caladas, ao Soldado Sebastião Rodrigues Pina, fechando-o no Corpo da Guarda, e com um pau lhe fez o mesmo; todas estas por razões particulares.

E dando-se mais crédito às mentiras de um negro, que à verdade de um soldado, foram presos e castigados, como sucedeu na véspera que este Corpo pôs em execução deitar de si o jugo com que se achava.

Vendo-se ultrajados, sem desafoço algum, passando excessivas misérias em que os tem posto a falta de vinte meses de soldos e três anos de fardas, desenganados de que por outro caminho não eram atendidos, tomaram resolução de separarem em um Corpo da Obediência deste Governo e seus oficiais, elegendo entre si outros, e um comandante, tanto para continuar o serviço, assim de guardas e rondas para a defesa do estabelecimento, como para, debaixo da obediência deles, se evitarem roubos, violências e outros distúrbios que pudessem acontecer aos moradores, como até aqui se tem observado, sem alterar novidade alguma no que toca a faxinas e mais disposições pertencentes à jurisdição real, até lhe satisfazer inteiramente, assim soldos como fardas vencidas, franqueando-lhe poderem andar nos seus cavalos, não só dentro desta praça, mas fora dela, na forma que lhe é permitido pelas Novas Ordenanças.

Que possam ter canoas para pescar e buscar toda a mais conveniência nas vizinhanças desta povoação, nos dias que forem isentos do serviço, sem mais obrigação que a de dar parte e obediência a seus oficiais.

Que isentem das mostras e de serem recolhidos aos quartéis os que com seu procedimento não derem ocasião a isso, praticando-se com eles o que se pratica nas mais praças do Brasil, para suavizar outros descômodos que padecem nesta.

Que se dê cumprimento aos despachos do Brigadeiro José da Silva Paes, dados no tempo da sua comandância, e execução das ordens do Exmo. Sr. General a respeito das licenças e de darem outros por si, por se não desanimarem e para que possam servir com mais gosto.

Que os que constar, por certidão do cirurgião e dos seus oficiais, terem queixas graves para continuar o serviço e necessitem de mais eficazes remédios dos que se acham nesta povoação, se remetam ao Rio de Janeiro, antes que fiquem incuráveis, para nele tratarem da sua saúde, com obrigação de se restituírem à sua praça.

Que os doentes do Hospital se lhes assista com mais caridade, na forma das ordens do Exmo. Sr. General e S.M. e não se divirtam para outra parte as dietas que se remetem para este fim.

Que não sejam castigados, como até aqui, pela leve presunção de quererem desertar, sem evidente prova.

Em nome do mesmo Corpo, por crédito dele e honra da nação, requerem e pedem que os que desertarem, roubarem, ferirem, causarem distúrbios e faltarem às suas obrigações, sejam logo punidos e castigados severamente, conforme a gravidade das suas culpas e as Novas Ordenanças.

E que desta resolução que tomaram, obrigados da miséria e consternação em que se achavam, ou se lhe dê o nome de tumulto e levantamento (o que não é), ou de excesso, lhe conceda V. Sa., como Governador deste estabelecimento, em nome de S.M., o perdão de todas as forças que se praticam em semelhantes casos, para que em tempo algum possam ser castigados nem punidos por semelhante culpa, nem por outra qualquer em que nesta ocasião tenham incorrido, sem embargo dos capítulos da Novas Ordenanças ou outra qualquer lei e com esta representação, ficando o traslado dela e do perdão registrado na Vedoria e a cópia dada por traslado na mão do comandante do dito

Corpo, se dê conta ao Exmo. Sr. General, para que se digne assiná-lo e ratificá-lo em nome do dito Sr., e, publicado ao som de caixas e fixado nos lugares públicos desta povoação, possam sem temor restituir-se à obediência de seus oficiais, depois de confirmado e ratificado pelo dito Sr., e continuar no real serviço com mais gosto, zelo e honra com que desejam empregar-se nele. Porto do Rio Grande de São Pedro, 11 de janeiro de 1742. Francisco de Oliveira e Melo. Francisco José Deserto. José Álvares Teixeira. João Cosme Rabelo. Antônio Pereira da Silva. Agostinho Rodrigues. Gaspar José Segurado. José Ferreira Nobre. Manuel da Costa Porto. Francisco Pinto de Souza. Henrique Gomes da Silva. Pedro de Freitas Guimarães. Cristóvão Mendes Correia. Antônio da Silva Nunes. José Correia. Suplício Antônio de Andrada. Francisco da Silva Coutinho. Sebastião Rodrigues Pina. Inácio da Costa dos Santos. José Gonçalves Ferreira. Manuel Bicudo da Luz. Manuel Dias Vilela. Salvador de Morais Silva. Luís Lopes da Cruz. Antônio Rodrigues. Martinho Pereira Barbosa. Antônio José dos Santos. Manuel Cabral de Távola. Antônio da Costa Soares. Francisco da Costa Colaço. Miguel dos Santos. José Ferreira de Macedo. Manuel Carneiro. José da Silva Rocha. Matias Silveira. João Correia Madri. Manuel Antônio. Manuel Lopes Guimarães. Inácio Correia dos Santos. Sebastião da Silva Ferreira. José Pacheco. José de Souza. Clemente Soares. Paulo Rodrigues. Antônio Gonçalves Passos. José de Araújo. Antônio de Aranda. Inácio Hipólito. Francisco José Xavier. Pedro Vaz de Castilhos. Francisco Xavier Rios. Antônio Ferreira Coutinho. Teotônio da Silva Nogueira. Inácio Cardoso. Inácio Francisco. Pascoal Sardinha. Silvestre de Moura Ribeiro. Despacho. Registre-se na Vedoria e se lhe dê os traslados que pedir. Estreito do Rio Grande de São Pedro, 13 de janeiro de mil setecentos e quarenta e dois. Diogo Osório Cardoso. E eu Cristóvão da Costa Freire. Comissário de Mostras, que o fiz escrever.

Registro da ratificação do perdão que mandou o Exmo. Sr. General Gomes Freire de Andrada ao Corpo de Dragões. Separado. Registrado em 3 de abril de 1742

Gomes Freire de Andrada do Conselho de S.M., Sargento-mor-de-batalha de seus Exércitos, Governador e Capitão-general da Capitania do Rio de Janeiro com o Governo das Minas Gerais, etc. A conta que o Coronel Comandante deste estabelecimento, Diogo Osório Cardoso, me dá do atentado que este Corpo cometeu no dia cinco de janeiro e a representação que o mesmo fez ao dito Coronel, me mostram a desordem e crime cometido em um fato em que, não desatendeu às Ordenanças de S.M., negando obediência aos oficiais pelo mesmo Sr. nomeados, elegendo entre si quem os governasse, mas usurpou o seu real poder e escureceu o crédito na Nação Portuguesa, que em inúmeras ocasiões tem dado estimadíssimas provas de sua constância e fidelidade; e, posto fosse executada esta desordem antes de este Corpo me haver representado (como era obrigado) as faltas e violências que padecia, e não por tão estranho meio como obrou para lhe dar a providência que necessitava.

Atendendo, porém, à regularidade em que se tem depois havido, e à forma em que há continuando o serviço, e a que o dito Coronel lhe prometeu, em nome de S.M., perdão do excesso obrado, lhe confirmo o dito perdão, assim e na mesma forma que pelo seu Coronel foi concedido, do qual o Corpo remeteu cópia ao Exmo. Revmo. Sr. Bispo desta Capitania, que vai junto desta minha determinação, com a qual, esquecendo-me da violência que se executou, espero que daqui em diante dará o Regimento tão repetidas provas de sua fidelidade, que destrua o conceito que nas mais tropas se faz de tão feio acontecimento.

E quanto às mais propostas e às queixas que se tem de alguns oficiais dele, mando primeiramente se faça pagamento com cinquenta mil cruzados de que vão entregues aos dois capitães das embarcações

que se transportam, até donde chegar a dita importância, empenhando a minha palavra de que, logo que na Provedoria da Fazenda Real vá entrando algum rendimento, principalmente da dízima da Alfândega, consignação das tropas, se irão perfazendo os meses que se restarem a dever, de que o Comissário de Mostras me dará conta feito o presente pagamento; e por ser impossível haver fardamento até a chegada da presente frota, com ela será o Corpo, ou fardado, ou pago de dois anos de fardamento, estando certo que sendo-lhes presente a diligência que se fez para esta remessa, se satisfará dela, e da minha inviolável palavra; e, como vai uma tão grande porção de farinha, se dará em espécie o que se dever aos soldados.

Para que o serviço de S.M. continue na regularidade devida se observa o seguinte:

O Coronel Comandante do estabelecimento determinará que os três Corpos de Infantaria, Dragões e Artilharia, tenha seus distintos comandantes e que cada um deles lhe dê conta e represente o preciso ao seu respectivo Corpo. Nos de Infantaria e Artilharia serão comandantes os oficiais mais antigos que neles se acham e no de Dragões o Sargento-mor, para que ao diante, na forma que nesta, nas mais praças e nas do Reino se pratica, fique a ele, Comandante e Governador do estabelecimento, livre o tempo que tanto necessita para o governo da praça e corpos; e advirto aos particulares comandantes de Infantaria, Dragões e Artilharia, me deem conta do que houver dentro em seus respectivos Corpos, tanto da forma em que o serviço de S.M. se continua, como da em que os soldados são tratados e dos meses de pagamento que lhe forem devidos e o mais que entenderem se faz preciso eu seja sabedor, para lhe dar providência.

Ordeno que, na primeira embarcação que vier para este porto, me seja remetido preso o Capitão Tomás Luís Osório; e ao Capitão Antônio Teixeira de Carvalho que, como Comissário de Mostras, tire uma informação de doze ou quinze testemunhas dos fatos que o Corpo representa, e o que o dito Capitão Tomás Luís Osório obrou, e espero

que seja feita a diligência com a imparcialidade e isenção que se faz precisa.

O Alferes Rodrigo de Mendonça será mudado para o Reduto do Albardão, donde ficará até ordem minha, e o Ajudante Miguel Nunes Vidigal se entregará à guarda de que estava encarregado o dito Alferes.

Os dois soldados Inácio da Costa e Sebastião Rodrigues de Pina, que foram por ordem do dito Capitão Tomás Luís Osório maltratados, tendo-lhe conveniência recolher-se a esta praça, lhe concedo o possam fazer na primeira embarcação. O negro do Sargento-mor, causa da última desordem, seja remetido para a Ilha dos Marinheiros por três meses.

Permito que podendo algum soldado ter cavalo próprio, sela e arreios, sem ser de S.M., se sirva dele, não excedendo a saída de mais de uma légua a duas, sem mais armas que a sua espingarda, se for caçador, e para qualquer saída será sempre com licença dos seus oficiais.

Permito possam ter canoas e usar delas na forma que pedem, mas sem velas nas ditas canoas, e as recolherão na Guarda do Porto debaixo da sentinela que nela se acha.

Mando que os soldados que os eu claro procedimento não der causa ao aperto de tantas revistas, se lhe permita o que nelas pedem.

Declaro, havendo permissão minha, concedida para se recolher algum soldado a esta praça, se cumpra, como também os despachos que houver de soldado que haja dado outro por si, como volte para este porto e praça.

Enquanto à licença dos que tiverem queixas graves, com as atestações necessárias me requererão para lhes deferir, pois não é justo tanto em desserviço de S.M. se use de certidões menos verdadeiras e exames menos regulados, sem que eu fique inteiramente satisfeito da sua necessidade, a que atenderei. Mando se emende toda a desordem, se a tem havido, nas dietas e Hospitais, tudo na forma que requerem.

Que se não proceda a castigo grave sem prova, por suspeita de deserção, pois cai infâmia no soldado e sua família quando chega a

ser castigado pelo abominável delito de desertor.

Finalmente ordeno em tudo se observe a justiça e equidade, e grave proceder com que S.M. é servido se disciplinarem as suas tropas, para daqui em diante se veja aborrecida a desordem, se sirva conforme as reais intenções e Ordenanças de S.M.

E porquanto se me afirma que, depois de separado o corpo, se deram algumas baixas, atentado alheio até da imaginação das gentes, mando que logo se dê alta aos soldados que se houverem isentado do real serviço, declarando-lhe que, tendo que requerer, o façam na minha presença.

Tudo o referido mando ao Capitão Antônio Teixeira de Carvalho exponha na frente do Regimento de Dragões depois de os soldados haverem rendido obediência aos seus oficiais e, lida esta minha determinação, publique-se ao som de caixas a ratificação que faço do perdão dado pelo Coronel e tudo se registre nas partes a que tocar, para que inteiramente se observe como determino. Rio de Janeiro a quinze de fevereiro de mil setecentos e quarenta e dois anos. Gomes Freire de Andrada. E eu Cristóvão da Costa Freire, Comissário de Mostras, que o fiz escrever.

O CONTATO COM O ESTRANGEIRO: OS NÁUFRAGOS DO *WAGER*

Logo ao alvorecer do Rio Grande do Sul, os habitantes do jovem povoado tiveram um contato com viajantes estrangeiros que chegaram até a costa sul-rio-grandense. Receios e desconfianças eram a marca registrada naquelas terras de fronteiras movediças, havendo sempre a certeza para os colonos de que o inimigo estava à espreita e muito próximo. Nesse sentido, a presença de estrangeiros despertava plena atenção, gerando uma série de cuidados. A povoação do Rio Grande não chegava ainda a um lustro de existência quando passou pela experiência de visitantes estrangeiros. Eram os náufragos da embarcação britânica *Wager* que estiveram no litoral gaúcho bem à época da Revolta dos Dragões.

A partir de todos os episódios que cercaram o naufrágio daquele navio, foi escrito o livro *Uma viagem aos mares do sul*, redigido pelo artilheiro John Bulkeley e pelo carpinteiro John Cummins²¹. Tratava-se de um verdadeiro diário de viagem, bem típico entre os navegantes de então, que retratou o conjunto de acontecimentos que se desencadearam com os náufragos, apresentando as desventuras por eles vivenciadas desde a saída da Inglaterra, passando pelo naufrágio no extremo-sul da América meridional e a consequente luta pela sobrevivência, pela

²¹ BULKELEY, John & CUMMINS, John. *Uma viagem aos mares do sul nos anos de 1740-1*. Rio de Janeiro: Cia. Brasil Editora, 1936.

árdua empreitada em busca da salvação em um pequeno barco, até a chegada em terras brasileiras, para, daí, poderem retornar a seus lares.

A viagem da frota da qual o *Wager* fazia parte inseriu-se em um contexto de disputas entre os países europeus, tendo em vista a sua expansão colonial. Nessa linha, os grandes conflitos dos séculos XVII e XVIII giravam em torno do acesso e do controle em relação ao comércio internacional. Nessa época, alguns dos países da Europa, não eram somente Estados europeus e sim Estados mundiais, havendo entre eles uma oposição enorme oriunda da luta pela posse do Novo Mundo. A partir de tal pano de fundo desencadearam-se as guerras e as alianças, de modo que, em tal conjuntura, a América estava intrinsecamente atrelada à Europa, tornando-se a mola propulsora de transformações ilimitadas nas estruturas deste continente²².

Nesse complexo sistema de confrontos, a Inglaterra tornava-se o país predominante, tirando excelente proveito das guerras europeias para expandir seus domínios coloniais na América. Ainda no início do século XVIII, a Grã-Bretanha saíra vencedora na Guerra da Sucessão Espanhola, obtendo ganhos territoriais na América e na Europa, notadamente em relação às possessões francesas e espanholas. As vantagens foram também de ordem mercantil, como a obtenção do monopólio no comércio de escravos para as colônias hispânicas e a possibilidade de envio anual de uma embarcação comercial para os maiores portos coloniais espanhóis. Em relação a Portugal, a ascendência britânica já datava do século XVII, desde a restauração lusitana e se consolidara na centúria seguinte, através de perenes pactos comerciais e de aliança. Progressivamente, a Inglaterra ia sobrepujando outros países a caminho de tornar-se uma potência hegemônica.

A expedição britânica na qual estava inserido o *Wager* esteve ligada a um novo conflito hispânico-britânico, na denominada Guerra da Sucessão da Áustria, envolvendo vários dos países europeus. A antiga luta colonial recomeçara e a Inglaterra declarou guerra à Espanha, em

²² KRIPPENDORFF, Ekkehart. *História das relações internacionais*. Lisboa: Antídoto, 1979. p. 90-91.

1739, entrando a França na luta como aliada desta. Em pouco tempo, os acontecimentos ocorridos na Europa acabariam por transformar conflitos preliminares entre as grandes potências marítimas, em uma conflagração mais generalizada, tanto em terra como em mar, a qual se estenderia a outras regiões do globo²³. Tais enfrentamentos se refletiriam inclusive na América do Sul, onde permaneciam as disputas entre portugueses e espanhóis.

Nesse quadro de oposição entre ingleses e hispânicos, partiu, em setembro de 1740, uma frota britânica composta pelos navios *Centurion*, *Anson*, *Gloucester*, *Pearl*, *Seven*, *Trial* e *Wager*, além de dois navios-depósito com destino aos Mares do Sul, via Cabo Horn, a fim de combater os espanhóis naquela região. Assim, para a Grã-Bretanha, aquela expedição representava o combate à rival Espanha e, para os tripulantes, significava também certa possibilidade de ascenso social, uma vez que eles esperavam, a partir dela, se tornarem “imensamente ricos”, de maneira que poderiam, depois de alguns meses, regressar à “Velha Inglaterra” carregados das riquezas dos seus inimigos.

Os autores, na dedicatória do livro ao vice-almirante Edward Vernon e no prefácio, explicavam seus intentos com a publicação daquele diário, devendo o mesmo servir como uma resposta às acusações a eles imputadas. Segundo os marujos-escritores, o motivo principal que os induziu a escrever foi esclarecer a respeito da sua “dignidade de caráter”, a qual teria sido excessivamente manchada por pessoas que, se estavam vivas, deveriam isso, em primeiro lugar, à graça divina e, em segundo, à habilidade e infatigável cuidado daqueles que elaboraram o registro. De acordo com eles, algumas pessoas que tiveram oportunidade de regressar antes deles à Inglaterra, haviam se esforçado para edificar a sua própria glória sobre a ruína da reputação dos dois.

Bulkeley e Cummins destacaram ainda que suas páginas foram escritas em um estilo simples, tipicamente marítimo, não contendo, segundo eles, nem parcialidade, nem preconceitos. Os autores esclareciam também que não possuíam nenhuma aspiração científica, pois

²³ RUDÉ, Georges. *A Europa no século XVIII*. Lisboa: Gradiva, 1988. p. 329.

pretendiam relatar somente aquilo que não podia, de modo nenhum, escapar-lhes ao seu conhecimento. Dessa maneira destacavam que não possuíam nenhuma pretensão de atuar como naturalistas, nem mesmo de constituírem-se em homens de grande cultura. Assim, declaravam que suas palavras seriam calcadas fundamentalmente na afirmação do que consideravam como a verdade, tendo a sua narração sido feita sem a mais leve sombra de preconceito ou malícia e nem mesmo estaria visando favorecer a eles próprios ou aos oficiais a que serviam.

Quanto às esperanças originais daqueles homens do mar de enriquecerem a partir da pilhagem dos inimigos, elas logo viriam a ser frustradas, a partir das amplas dificuldades enfrentadas pelos navios. Um desses contratempos esteve ligado ao constante perigo de encontro com os adversários espanhóis. O *Pearl*, por exemplo, teve de abandonar quatorze toneladas de água e um barco salva-vidas, elementos fundamentais para a sobrevivência no mar, diante de um iminente ataque de belonaves espanholas o qual não chegou a ocorrer. O *Wager*, por sua vez, acabou por perder-se do restante da frota, enfrentando sozinho outra dificuldade representada pelo limitado conhecimento da região no litoral extremo-meridional da América do Sul. Com diversas avarias provocadas pelas intempéries e boa parte da tripulação doente e à beira do motim, a situação foi agravada por repentina mudança de ordens do capitão, resultando em um acidente, no qual o navio acabou por encalhar, em maio de 1741. A partir daí, os distúrbios entre os tripulantes tornaram-se cada vez mais intensos e, tão logo ocorrera o acidente, eles passaram a realizar todo o tipo de saque.

A partir do naufrágio, os tripulantes remanescentes passaram a habitar em uma ilha desolada na costa da Patagônia. Ali os oficiais, a muito custo, tentaram manter a disciplina, chegando o capitão a atirar em um de seus subalternos, já que a instabilidade aumentava com a formação de grupos de desertores e constantes ameaças de complôs. Os náufregos conseguiram sobreviver na ilha através de caça, pesca e constantes investidas aos escombros do navio encalhado, carregando tudo o que fosse possível. Além disso, procuravam negociar com os

índios que foram qualificados como dóceis, devido ao fácil contato, cristão, por terem feito o sinal da cruz, e nômades, tendo em vista seus constantes deslocamentos. De acordo com os narradores, eles teriam chegado a formar ali uma verdadeira “cidade”, na qual já havia dezoito casas. Eles também passaram a trabalhar na construção de uma escuna que lhes permitisse sair da ilha, pois os distúrbios tendiam a crescer mais ainda, tendo em vista a falta de objetivos e o rigor climático, o qual criava cada vez maiores obstáculos à sobrevivência.

As discussões entre os oficiais centraram-se no destino a seguir, se para o norte, com a possibilidade de capturar algum navio pelo caminho, ou para o sul, ultrapassando o Estreito de Magalhães, em direção ao Brasil, de onde o caminho para a Inglaterra ficaria mais facilitado. Para os defensores desta última proposta, o caminho pelo sul seria o melhor, o mais garantido e o mais seguro para o salvamento de todos, chegando a ser redigido um abaixo assinado por oficiais e marinheiros, em agosto de 1741, no intuito de convencer o capitão. Entretanto, era exatamente este oficial o maior defensor do caminho pelo norte, sob o argumento de que a passagem pelo Estreito de Magalhães poderia ser extremamente dificultosa diante das condições em que se encontravam, ainda mais por terem de navegar contra o vento.

As discussões persistiriam até o momento no qual o capitão foi preso, quebrando-se a resistência à proposta de saída pelo sul, a qual era defendida pela maioria. Além dos preparativos materiais para a viagem, os naufragos procuraram realizar certa ordenação organizacional e disciplinar, criando regras para a penosa empreitada que tinham pela frente. Tais regramentos ligavam-se essencialmente aos rumos do comando da nova expedição, uma vez que os oficiais argumentaram que não mais aceitariam decisões unilaterais, como as feitas pelo antigo capitão, o qual, segundo a concepção deles, fora o principal culpado pela situação enfrentada. Além disso, buscavam regularizar a distribuição da alimentação, outra questão crítica àquela altura.

Essas regras, caracterizadas como emergenciais, se compunham de quatro artigos. O primeiro definia a ração de cada tripulante, bem

como previa a punição aos infratores. Nesse sentido, ficava expresso que, como eles não teriam facilidade de cozinhar provisões a bordo da escuna para a terça parte das pessoas que iriam embarcar, seria distribuído a cada um a ração correspondente a doze dias, a qual deveria ser preparada pelo próprio interessado antes da partida. Ficava também determinado que todo aquele que fraudasse ou privasse qualquer outro de parte da sua ração seria, à evidência de prova suficiente, abandonado no primeiro lugar conveniente que fosse encontrado na costa, independentemente de posto ou de pessoa.

O segundo artigo se referia aos tripulantes da lancha, uma pequena embarcação que acompanharia a escuna, a qual seria fundamental para o sucesso da nova viagem. Para aqueles que ocupariam tal barco seria repassada uma semana de ração, para evitar que se separassem da escuna, ato considerado como uma das piores coisas que poderiam acontecer. Ficava estabelecido que a lancha não poderia afastar-se além da distância de um tiro de mosquete, sendo o infrator também condenado ao abandono na costa. O terceiro regulava as relações entre os tripulantes de maneira a impedir distúrbios. Era assim determinado, para evitar mal-entendidos e brigas e suprimir motins, que ninguém ameaçaria a vida de outro, ou realizaria qualquer tipo de violência, sendo também o abandono a condenação do ofensor. Finalmente, o último artigo definia que toda ave, peixe ou artigo de subsistência que fosse encontrado pelo caminho seria igualmente dividido entre todos.

Em outubro de 1741, iniciava uma nova jornada na escuna que foi batizada de *Speedwell*, a qual foi acompanhada de duas embarcações menores. As dificuldades persistiram e recrudesceram na tentativa de ultrapassar o Estreito de Magalhães e chegar ao Brasil. Bulkeley e Cummins relataram os obstáculos que enfrentaram, primeiro no que se referia ao escasso espaço para tantos homens na pequena embarcação, argumentando que estavam tão mal acomodados que a cela de qualquer prisão na Inglaterra seria um palácio se comparada com a situação que enfrentavam. Descreviam também que o mau cheiro que exalava da roupa molhada dos marinheiros tornava nauseabundo

o ar que respiravam, de modo que, para eles, parecia impossível a um homem viver em tais condições. Eles apontavam ainda para a falta de motivação da tripulação, havendo na escuna setenta e duas pessoas, dentre as quais não haveria ao menos seis que fizessem o menor caso de vida, estando, ao contrário, prontos para o motim e a destruição.

Outro problema fundamental enfrentado pelos náufragos estava vinculado à alimentação, pois as rações logo acabaram, havendo a necessidade de constante reabastecimento junto à costa. Como as duas embarcações menores foram perdidas, os deslocamentos à praia ficaram reduzidos à possibilidade de ir a nado, o que nem sempre era possível devido às condições climáticas e pelas próprias precariedades em termos de saúde de parte da tripulação. De acordo com tais contingências, a dieta daqueles navegadores passou a compor-se do que surgisse, variando entre cães, ratos, focas, couro seco ou carne estragada. Em tal ambiente surgiria também um verdadeiro mercado negro de alimentos, no qual, quem possuísse algum dinheiro tentava de todas as maneiras trocá-lo com aqueles que ainda possuíssem alguma reserva de alimento. Com isso, muitos dos tripulantes acabariam por perecer pelo caminho, por causa da fome.

A respeito de tais precariedades, os narradores destacavam que a maior parte das focas que fora levada na embarcação, em virtude da falta de sal para conservá-las, passara a exalar muito mau cheiro. Entretanto, como aquilo era a única reserva que tinham para comer, eram obrigados a fazê-lo, de modo que a sua desgraça era tamanha e fora de qualquer descrição, ao ponto de não possuir outro alimento que não fosse a carne cheia de vermes. Tal quadro caótico só viria a ser amenizado com a chegada nas terras meridionais do Brasil, encaradas como uma grande esperança, sendo expressa pelos marinheiros uma verdadeira visão do paraíso diante daquele incipiente povoado. Esse desembarque deu-se no início de 1742, coincidindo com a Revolta dos Dragões que já havia sido deflagrada.

Nos primeiros dias, os tripulantes viram no Rio Grande a terra da promessa, sendo bem tratados e alimentados, saudando a oportuni-

dade de terem conseguido desembarcar em território pertencente a um povo aliado como era o caso dos portugueses. Em um primeiro momento, os naufragos sequer chegaram a perceber que uma sublevação ocorrera na povoação. Entretanto, com o crescimento da insatisfação e da agitação, eles se deram conta do levante, passando a também sofrer com as dificuldades de alimentação que cercavam a jovem colônia. A partir daí, passaram a reiteradamente insistir nas tratativas para promover o retorno à sua terra natal.

Pelo menos para Bulkeley e Cummins esse intento tornou-se realidade, pois, após o deslocamento para o Rio de Janeiro, conseguiram embarcar para Lisboa, via Salvador, tendo ainda enfrentado dificuldades de relacionamento com autoridades locais e, da capital lusa, partiram para a Inglaterra. Mesmo em seu país os problemas não cessaram, pois as autoridades marítimas britânicas decidiram só tomar alguma decisão quando da chegada de algum dos oficiais da expedição e, enquanto isso não ocorresse, os marinheiros não receberiam nenhum salário e não poderiam empregar-se a serviço da Coroa. Os próprios narradores destacavam que a penúria não tivera fim, esclarecendo que todas as dificuldades relatadas teriam sido de fato experimentadas e, provavelmente, continuariam a sofrer suas consequências, visto que não saberiam o seu destino até o retorno da Capitânia. Dessa forma, descreviam que estavam sem emprego de espécie alguma, sem nada para prover a sua existência ou a das suas famílias, além dos recursos provenientes da venda daquele diário, em um preço pelo qual, talvez, o total jamais haveriam de receber em troca de sua viagem aos Mares do Sul.

A Revolta dos Dragões e o naufrágio do *Wager* constituíram-se em eventos independentes que acabaram por ter um ponto de intersecção no espaço/tempo – Rio Grande, 1742. Ficou assim estabelecido o encontro de representantes de dois “mundos” com certas diferenças entre si. De um lado, a Grã-Bretanha, vivendo um período de amplo crescimento econômico, iniciando o processo que iria levá-la a tornar-se uma potência quase que sem concorrentes. Do outro, Portugal que

buscava algum nível de reerguimento, passado um século de sua restauração, estabelecendo uma recente colônia no sul do Brasil, pouco povoada e com as carências específicas de um estabelecimento em fase de instauração.

Mesmo com tais diferenças, tais acontecimentos têm características em comum, pois apresentavam a mesma natureza em suas origens, ou seja, a expansão e as rivalidades coloniais. Assim, a Revolta dos Dragões dava-se no Rio Grande, ponto estratégico-militar que significava uma ponta de lança do expansionismo lusitano em direção ao Prata, ao passo que, a expedição da qual fazia parte o *Wager* inseria-se no contexto da expansão britânica, estando dentre os seus objetivos a pilhagem de embarcações inimigas. Ainda poderia apresentar-se como elo entre os dois eventos, o fato de ambos os países possuírem um inimigo em comum, ou seja, tanto Portugal quanto a Inglaterra tinham por intento atacar – em termos territoriais, comerciais ou de exploração das riquezas – a Espanha. Além disso, esse inimigo em comum representava também o perigo iminente para ambas as partes, tanto que os naufragos, na situação em que estavam, temiam significativamente qualquer possibilidade de confronto com belonaves espanholas e as autoridades e os colonos luso-brasileiros temiam o constante risco de uma invasão hispânica, ou ainda as possíveis deserções o que, naquela região de posse litigiosa, poderia ser fatal.

Outro ponto que aproximou aqueles dois processos históricos foram as condições sociais tanto dos rebeldes quanto dos naufragos. Ambos vinham de sociedades nas quais as possibilidades de mobilidade social não eram das mais fáceis, com certa vantagem para a britânica em tal quesito, e, dessa forma, um objetivo claro de ambos era a tentativa de algum tipo de ascensão social. Os britânicos declaravam abertamente que pretendiam voltar à Inglaterra cheios de riquezas a partir daquela expedição. Já os soldados e novos colonos que vinham para o Rio Grande, o faziam sob a esperança de ali conseguirem melhores condições de vida e, se possível, até mesmo tornarem-se proprietários de terras.

Dragões e naufragos tiveram ainda em comum as desventuras dos súditos de duas Coroas colonialistas, os quais muitas vezes foram abandonados à própria sorte, à fome e às dificuldades de sustentação. Praticamente entregues às suas próprias condições de sobrevivência, ambos tinham por função absoluta e inquestionável a fidelidade a seus governos, condição perante a qual qualquer deslize seria punido exemplarmente. Somava-se a tais dificuldades a perspectiva pela qual, graças a uma aliança feita entre as duas nações europeias, tanto os revoltosos quanto os marinheiros ainda tiveram de dividir o pouco que tinham.

Assim, o encontro entre rebeldes e naufragos, ocorrido nas adversas condições do Rio Grande em 1742 e registrado historicamente através de *Uma viagem aos mares do sul*, possibilitou um melhor entendimento daqueles microcosmos em particular e, a partir deste, uma compreensão complementar do universo maior do qual ambos faziam parte, vinculado à expansão e às rivalidades coloniais. Esta descrição realizada pelos naufragos do *Wager* constitui uma fonte histórica fundamental para o entendimento dos primeiros tempos na ocupação lusa nas terras sulinas e da própria Revolta dos Dragões, ainda mais tendo em vista a relativa carência de documentos acerca de tal época²⁴.

Tal narração feita pelos ingleses é um dos elementos que permite a análise da Revolta dos Dragões não apenas como um movimento militar e sim como uma manifestação de cunho social, na qual os soldados não atuaram isolados, contando com o apoio do povo, que passava pelas mesmas dificuldades. Dessa maneira, o depoimento dos naufragos do *Wager* fazia referência ao povo como agente dos distúrbios do Rio Grande. Nesse contexto, o povo e a soldadesca da povoação fundiam-se em um só corpo social, na medida em que eram do povo as mulheres, amantes, filhos dos soldados, os quais consti-

²⁴ Texto elaborado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. A Revolta dos Dragões na visão dos naufragos do *Wager*. In: ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique (orgs.). *A cidade do Rio Grande: estudos históricos*. Rio Grande: FURG/SMEC, 1995. p. 34-48.

tuíam juntos a quase totalidade da população²⁵, de modo que a revolta era inspirada pelas necessidades do conjunto de tal contingente humano. Nesse sentido, através de tal obra foi estabelecida uma narração com caráter de testemunha ocular, destacando o conteúdo social da Revolta dos Dragões, abandonado por muito tempo pela historiografia, mas muito bem diagnosticado na descrição dos marujos²⁶.

Os depoimentos de Bulkeley e Cummins tiveram significativa repercussão em sua época, como normalmente aconteceu com muitos dos diários de viagem, vindo a contar com diversas edições que passaram os séculos²⁷. Esta narrativa representa um interesse especial para os brasileiros, uma vez que compreende não poucos informes sobre uma região da qual são por demais escassas as notícias de outras fontes²⁸. Assim, tal registro é da maior valia, constituindo uma fonte não-portuguesa – coisa rara – da história local, proporcionando alguns preciosos esclarecimentos acerca do levante ocorrido no Rio Grande. Desse diário, escrito com o intuito principal de contar a aventura vivida pelo grupo de náufragos, resultaria uma versão impessoal dos acontecimentos locais, nos quais acabou por se manifestar o imenso sacrifício que representou para aqueles pioneiros a manutenção da fortaleza do Rio Grande²⁹. Os trechos a seguir de *Uma viagem aos mares do sul*³⁰ reproduzem as observações dos náufragos do *Wager* quando de sua estada no Rio Grande.

²⁵ QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. *A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822)*. Rio Grande: Editora da FURG, 1987. p. 73.

²⁶ ALVES, Francisco das Neves & NEVES, Hugo Alberto Pereira. *Náufragos e naufrágios no litoral do Rio Grande*. Rio Grande: FURG, 2001. p. 25.

²⁷ BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-rio-grandense (a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul)*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultural, 1973. v. 1. p. 219-222.

²⁸ CARVALHO, Alfredo de. Os náufragos do *Wager* (uma página da história do Presídio do Rio Grande). In: *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul para 1916*. Rio Grande: Livraria Americana, 1915. p. 56.

²⁹ CESAR, Guilhermino. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul (1605-1801)*. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998. p. 112-113.

³⁰ BULKELEY & CUMMINS. p. 147-164.

Quarta-feira, dia 27. Rajadas moderadas de oeste. Navegamos todo o dia rumo norte, não nos afastando da praia mais do comprimento de uma amarra, sobre uma profundidade de três braças. Nada mais temos agora, para manter a vida, que um pouco de água. Ao meio dia fizemos orientação. Latitude $32^{\circ}40'$ sul. Calculo uma distância de 18 léguas para o Rio Grande, que esperamos avistar de manhã.

Quinta-feira, dia 28. Navegamos bem próximo da costa, sondando de meia em meia hora, não desejando entrar a menos de três braças e nem sair a mais de cinco. Assim fizemos toda a noite. Às seis horas da manhã, vimos a abertura do Rio Grande. Mantivemo-nos entre as ondas da barra, sobre uma profundidade, por vezes, de sete pés a meia-maré. Seguimos para nordeste quarta leste, até a foz do rio achar-se bastante ampla, quando voltamos para norte e nor-noroeste, até ficarmos à frente da cidade. Ancoramos na margem leste, em duas braças de profundidade. Daí a pouco veio da praia um barco com um sargento do exército e um soldado. O Tenente, eu, Mr. Cummins, e o capitão Pemberton descemos com eles em terra. O comandante, os oficiais e o povo do lugar receberam-nos de uma maneira muito carinhosa e afável. Imediatamente enviaram aos homens a bordo quatro quartos de carne e dois sacos de pão de farinha. Fomos conduzidos à casa do cirurgião, a habitação mais bonita da localidade, onde fomos recebidos com a máxima hospitalidade. Às quatro horas da tarde, o governador chegou à cidade. Depois de um cuidadoso inquérito sobre as nossas atribulações, e sobre os motivos que nos trouxeram a este porto, desconfiando um pouco que fôssemos inspetores da costa, começou a me examinar, visto o Tenente ter-me apresentado como Piloto. Ele perguntou se havia a bordo algum mapa da costa, e, no caso contrário, como seria possível termos achado a barra, e aventurado num porto tão perigoso como este. Respondi que, quanto a mapas, não havia de nenhuma espécie que fosse; mas que eu tinha, na véspera, feito uma boa observação; que a nossa escuna era de muito pouco calado; que estivemos navegando com a sonda na mão; e que, na contingência

em que nos encontramos, éramos forçados, de qualquer maneira, a nos aventurar. Que, se não tivéssemos visto a abertura antes da noite, teríamos sido compelidos a trazer a embarcação para a praia. Ele examinou também com respeito aos lugares em que tínhamos aportado, desde o cabo St. Maria até este porto, e mais particularmente a respeito do rio da Prata. Ele foi muito gentil no interrogatório da nossa passagem pelo cabo St. Maria, e dos dados de orientação e distância ao longo da costa, de lá até aqui. Quando deu-se inteiramente por satisfeito, abraçou-nos, benzeu-se, a pensar na nossa salvação, que no seu dizer, foi um milagre. Ele ofereceu tudo de que o país dispunha, para aliviar os nossos males. Os doentes foram removidos para o hospital. Levou para sua casa consigo, o Tenente e os Oficiais de terra, e ordenou ao comandante, que visse que o resto dos oficiais e tripulantes não sentissem falta de nada. Antes de sair, informou-nos que os navios de Sua Majestade, o *Severn* e o *Pearl*, encontravam-se no Rio de Janeiro em grande aflição. Que tinham mandado pedir reforços à Inglaterra, e que era esperada em maio ou junho. Disse-nos mais, que seríamos despachados no primeiro navio que passasse por este porto, pois não achava que pudéssemos prosseguir, com segurança, na nossa escuna, além do que, não era possível encontrar no Brasil uma dúzia de marinheiros que se decidissem a atravessar, com ela, a barra, em demanda do Rio de Janeiro. Por conseguinte, mandou trazer para a praia a escuna. É uma maravilha que o povo está vindo, em grande massa, admirar. Faz agora cerca de nove meses que naufragamos do *Wager*, tempo esse, durante o qual não acreditamos que mortal algum tenha sofrido as misérias e dificuldades que encontramos. O dia de hoje pode, com justiça, ser chamado o Dia da nossa Salvação, e sua lembrança deve ser guardada com a máxima gratidão.

Domingo, dia 31. Pouco ou nada digno de nota aconteceu, desde o dia que chegamos, a não ser a maravilhosa mudança no regime da nossa alimentação. Vivemos do que melhor que a terra produz, e temos fartura de tudo. Esta tarde, o governador, o comandante e o

comissário vieram a bordo para ver a nossa pequena *Speedwell*. Ficaram admirados de como trinta pessoas, atualmente vivas, pudessem acomodar-se num barco tão pequeno. Que tivesse contido o número que na partida embarcou conosco, pareceu-lhes espantoso e inacreditável. Não podiam conceber como o piloto no leme pudesse governar sem cair no mar, não havendo quatro polegadas de altura no convés. Disse-lhes que o piloto ficava sentado com os pés firmados na pequena elevação, e mostrei-lhes de que modo nos garantíamos. O governador, depois de passar em revista a escuna, declarou que somos muito mais bem-vindos chegando nas deploráveis condições que fizemos, do que se tivéssemos vindo trazendo conosco todas as riquezas do mundo. Ao mesmo tempo, garantiu-nos que teríamos tudo que o país pudesse fornecer, que nos despacharia para o Rio de Janeiro na primeira oportunidade; e, ordenando ao comandante que todos os nossos desejos fossem imediatamente satisfeitos, retirou-se, augurando-nos felicidades. Tudo o que pudemos fazer para lhe mostrar nossa deferência e respeito foi reunirmo-nos e dar três vivas. No dia seguinte, chegou o governador-brigadeiro da ilha de St. Catarina. Aproximou-se da nossa escuna, e nós lhe demos três vivas. Os soldados da guarnição, tendo seu salário com vinte meses de atraso, pensaram que o Brigadeiro tivesse vindo fazer o pagamento. Quando verificaram que não foi por isso, entraram em grande amotinação. Pedi ao comandante uma casa, visto que a escuna não oferecia agasalho no tempo de chuva, e ele deu uma, próxima da sua, entregando-me a chave. Levei comigo Mr. Cummins, Mr. Jones, Mr. Snow, Mr. Oakley e o tanoeiro. Levamos para nossa nova residência todos os nossos pertencentes. Aí ficamos, enxutos e confortáveis. Embora não tivéssemos cama, acomodamo-nos otimamente. Desde a perda do *Wager*, acostumamo-nos a deitar no chão duro. No momento, julgamo-nos perfeitamente felizes, e sinceramente desejamos que todos que tivessem sobrevivido à perda do navio, pudessem achar-se em boas condições como nós.

Terça-feira, dia 2 de fevereiro. Grande murmuração entre os soldados. Não permitiram que o Brigadeiro voltasse, como era sua intenção fazer esta manhã, enquanto não promettesse remeter o dinheiro, roupa e provisões, e providenciar para que todas as suas queixas fossem atendidas. Só assim consentiram na sua partida. Esta tarde, partiu de volta para Santa Catarina. Pensamos até aqui, que estivessem a postos os verdadeiros oficiais, mas verificamos o nosso engano. Algum tempo, antes de chegarmos aqui, tinha havido uma insurreição entre os soldados. Seus projetos eram contra o governador, mas por suas palavras e promessas de atender às reclamações, ele desviou da sua pessoa a tempestade que ameaçava, podendo assim continuar no seu posto. O mesmo tinha acontecido com o Major e o Comissário. Os soldados destituíram o resto dos oficiais, e substituíram-nos nos postos por indivíduos seus aliados, se bem que fossem, ultimamente, cidadãos civis. mostravam-se imponentes, e não se diferenciavam no vestuário, dos verdadeiros oficiais. Os distúrbios no Rio Grande não são úteis à nossa causa, porque ressentimos das suas consequências. A nossa ração é agora tão diminuta, que mal chega para viver. O povo tem estado, há vários dias sem farinha, que é de que fazem o pão. Dirigimo-nos ao Governador, que nos prometeu abastecer no dia seguinte. Assim fomos buscá-la, o que provocou nova murmuração entre os soldados. Contudo, recebemos uma quantidade de pão, suficiente para nos durar dez dias. O guarda do depósito mostrou-me todo o estoque que havia, o qual, considerando-se o número de pessoas a serem mantidas por ele, era, de fato, muito escasso, e não duraria mais de seis semanas, na base da ração distribuída presentemente. Disse-me que estávamos recebendo da mesma forma que os soldados, e que, quando chegassem mais mantimentos, o que esperava para breve, nossa quota seria aumentada. Acho razoável que, nas circunstâncias, só possamos contar com isso. O Tenente não tendo vindo perto de nós desde a primeira vez que desembarcamos, fomos até a residência do Governador, procurá-lo, a fim de pedir-lhe que envidasse esforços no sentido de sermos despachados o mais cedo possível, considerando o chamado

da necessidade para levarmos o nosso auxílio a bordo dos dois navios em dificuldade no Rio de Janeiro. Respondeu-nos que já tinha falado com o Governador, mas que este não nos podia despachar, enquanto não entrasse outro navio. Disse-lhe que a guarnição estando em falta de provisões, o que nós tínhamos aqui poderia nos levar; mas que, se qualquer acidente viesse a acontecer ao navio de mantimentos que esperavam, iríamos ficar numa situação muito aflitiva, no tocante à alimentação. Prometeu comunicar ao Governador, e nós o deixamos.

Dia 17 de fevereiro. Esta tarde chegaram à guarnição três marinheiros, dizendo que pertenciam a um navio de provisões destinadas para este local, proveniente do Rio de Janeiro. Que tinham partido de lá havia três meses, e que ficaram fora da barra, esperando uma oportunidade para entrar. Como não havia água a bordo, foram obrigados a ancorar dez léguas ao sul deste porto, e uma canoa tinha sido despachada com os três marinheiros, a fim de abastecer de água. O vento, porém, vindo do mar, e com muita força, obrigou o navio a pôr-se ao largo, deixando-os em terra. Deste modo, dirigiram-se para aqui, e julgavam que o navio tivesse ido para St. Catarina. O governador, não ficando satisfeito com a história, tomou-os como espiões, e como tal, prendeu-os. Contudo, dois dias depois, mandou um piloto e dois marinheiros, para a ilha de St. Catarina, a fim de trazerem o navio se, de fato, lá estivesse.

Aproveitei esta oportunidade para mandar, por seu intermédio, uma carta ao Honorável Cap. Murray, comandante do navio de Sua Majestade, o *Pearl*, no Rio de Janeiro, pedindo que fizessem seguir para o Rio no primeiro navio que partisse de St. Catarina. (...)

Sábado, dia 20. Ontem de noite, os três marinheiros que chegaram aqui, e dos quais eu já falei, tentaram fugir num dos barcos grandes, com mais cinco pessoas. Porém foram perseguidos e presos. Tinham a intenção de ir para o Rio da Prata, o vento estando, na ocasião, ao seu favor. Isto mostra claramente que o Governador tinha razão em

suspeitar deles. São agora prisioneiros na Casa da Guarda. Na manhã seguinte, fui procurar o Tenente, a fim de pedir que o Governador nos fornecesse passe cavalos, para que eu, Mr. Cummins e John Young, fôssemos por terra a St. Catarina e S. Francisco, onde não duvidamos encontrar transporte para os navios em aflição no Rio de Janeiro. Disse que era nosso dever apressarmo-nos em seu auxílio, que ele, Tenente, devia, no dia imediato à nossa chegada, sem olhar para despesas, ter despachado um mensageiro especial por terra, de modo que teríamos, a estas horas, certeza de uma condução. O Tenente respondeu que, a princípio, pensou justamente nisso, e que, não obstante lhe custasse cinquenta libras, era impossível ir por terra. Perguntei como então teria vindo aqui o Brigadeiro de St. Catarina, e como daqui, vão pessoas para lá? Quanto à fadiga e desconforto, é, sem dúvida, de se esperar, para quem queira ir, mas, quem sofreu o que nós já sofremos, não pode achar nenhuma privação excessiva. Aqui estamos, às expensas do Rei, nada produzindo, e arriscando-nos, não somente a perder a oportunidade de reembarcarmos em nossos próprios navios, como ainda de nos extraviarmos da Frota, e passar aqui o inverno. Portanto, insisti para que se esforçasse perante o Governador, em conseguir-nos cavalos e guias. Prometeu falar sobre isso ao Governador na mesa do almoço, e sem falta me mandaria a resposta de tarde. Esperei com grande impaciência por essa resposta. Como o Tenente não cumpriu sua promessa, resolvi escrever-lhe esta carta: Senhor. Lamento que me tenha dado a liberdade de lhe dizer que não cumpriu com a sua promessa, de nos informar sobre a resposta do Governador, ao que lhe foi solicitado, que era, irmos, à nossa despesa e custa, em auxílio dos navios de Sua Majestade no Rio de Janeiro. Cumpre-me informar-lhe que, desde este tempo, estamos com falta de provisões, nada absolutamente tendo recebido ontem, e dispondo só de um pequeno peixe por pessoa para dois dias. A causa disso eu acredito ser devida ao Senhor, que se esforça, persuadindo pessoas que confiam em si, em nos deneigrir da maneira mais vil, e parece ignorar as más consequências que poderão advir do desrespeito ao caráter de um homem. Sabemos, e

estamos inteiramente convencidos, pelo que já se passou, de que nada nos será fornecido ou concedido, a não ser por seu intermédio. Eu e Mr. Cummins não lhe pedimos nenhum favor, além de providenciar para a nossa condução aos navios no Rio de Janeiro, onde cada qual deverá prestar conta dos seus atos, e receber a justiça que merece. Se não me engano, disse-me que o que recebemos aqui foi devido à generosidade do Governador e do povo da cidade. Se for esse o caso, devemos, na verdade, estar muito agradecidos. Surpreende-me, Senhor, que não veja a mágoa dos habitantes daqui, e não ouça a murmuração dos soldados, por causa de salários em atraso. Se entrarem em revolta, neste momento, estaremos muito mal colocados. Devo prevenir, Senhor, que a embarcação em que viemos, não está com tanta necessidade de consertos, e se obtiver lona do depósito de velas, poderemos manejá-la, e ficarmos prontos para partir, dentro de dez dias. E se o navio de provisões, que é esperado, chegar antes disso, a nossa escuna estará pronta para serviço do Governador. Se não coubermos todos, iremos em companhia. Suponho que está ao par do roubo praticado no depósito, e do descontentamento entre os soldados; isso deve ocasionar bastante apreensão, sem falar da repetição de distúrbios, quando já não haverá remédio possível. Peço-lhe, Senhor, que nos faça despacharem o mais depressa possível para o serviço de Sua Majestade, a fim de que, também, não percamos a oportunidade de nos reunir aos dois navios e à Frota.

Na manhã seguinte, o Tenente apareceu a cavalo, sendo essa a primeira vez que aparece entre nós, desde que aqui estamos, isto é, há mais de três semanas. Fomos, em sua companhia, à presença do comandante, que nos prometeu que não estaríamos mais em falta de carne fresca e peixe, mas, quanto a pão, não havia mais. William Oram, ajudante de carpinteiro, faleceu hoje no hospital.

Dia 6 de março. Faz vários dias que o povo está agitado, porque o navio não chega, apesar do vento ter estado favorável há mais de três semanas; a escassez de mantimentos em depósito torna-o receoso do

futuro. Resolvemos partir por terra, se o Governador nos der somente um guia. Participamos ao Tenente a nossa resolução. Ele foi comigo e com Mr. Jones à presença do Governador. Obtivemos a licença de ir e a promessa de guia. O Capitão Pemberton, achando-se presente, declarou querer ir conosco, mas o Governador advertiu-lhe que a viagem era muito difícil e penosa, e seria impossível a ele fazer frente às dificuldades. O Capitão respondeu que ele tinha a bordo do navio de Sua Majestade, *Severn*, uma companhia a que lhe chamava o dever, e que estava decidido a, com licença do Governador, juntar o seu destino ao nosso, indo por terra. O Governador disse-nos que, não obstante a falta de víveres no local, tinha tanta estima por um inglês, que, enquanto houvesse qualquer coisa para ele, nós não haveríamos de sentir falta. Muito lhe agradecemos a gentileza das suas palavras. Este Governador, certamente, é um cavalheiro de espírito nobre e generoso, cheio de humanidade e bondade, e, sinceramente, creio que estima os ingleses.

Dia 9 de março. Esta manhã, eu e Mr. Jones fomos para a parte do norte, a fim de tratar seis pessoas para ir conosco a St. Catarina. Enquanto estávamos lá, o Governador recebeu cartas de St. Catarina, que informavam de quatro navios com destino a este porto. À vista dessas notícias, desistimos do nosso propósito. Foi muita sorte não termos partido naquela viagem, antes de ter chegado a notícia. Pois, no dia 19, chegaram do Rio de Janeiro os navios, trazendo a informação que o *Severn* e o *Pearl* haviam largado com destino à ilha de Barbados. Esses navios trouxeram aos soldados, não somente as provisões, mas também um perdão. No dia 20, chegou o Brigadeiro. Pôs em fila todos os soldados, e leu a eles o perdão. Informou-os de que o dinheiro tinha chegado, porém, somente a terça parte do soldo em atraso, sendo que o restante estava a caminho. O dinheiro que tinha recebido seria pago imediatamente, se quisesse aceitar. Todos, porém, de uma só voz, bradaram – “Ou tudo ou nada!” – e grande confusão reinou em seguida. Alguns eram de opinião a passar ao lado do rei da Espanha, outros

começavam a mudar de ideia, e preferiam receber parte do dinheiro. A maioria, porém, insiste em receber o total. Para acalmar esta confusão, o comandante empregou os seus maiores esforços. Davam-lhe mais atenção que ao Brigadeiro, ou mesmo ao Governador. Disseram ao comandante que só eram soldados, quando perceberiam soldo do Rei, e que, todos que fossem pelo Rei, levantassem a mão! “E”, exclamaram, “o nosso comandante, por isso confiamos em que responderá por nós. O que fizer garantiremos com a vida”. Ouvindo isto, o comandante entregou o comando, e pondo ao ombro a carabina, foi tomar, na fila, o lugar de um soldado raso, dizendo: “Uma vez que o Rei foi tão generoso em perdoar, é dever aceitar!” O Brigadeiro ficou tão satisfeito com o procedimento do comandante que correu para ele, e, tomando-o nos braços, abraçou-o com grande entusiasmo. O resto da tropa seguiu o exemplo do ex-comandante, devolvendo os postos aos verdadeiros oficiais. Assim terminaram hoje a sedição e a confusão que reinavam havia algum tempo, tudo voltando à tranquilidade, à disciplina e à ordem. (...)

Domingo, dia 31. Saímos, rumo ao Rio de Janeiro, com vento oeste. Seguimos para sudeste e sueste quarta leste, até ficarmos bem fora da barra. Rumamos então para leste quarta nordeste e les-nordeste, com uma boa rajada e tempo claro. Na preamar não há, na barra, mais do que duas braças e meia de profundidade. No interior, porém, é um ancoradouro muito cômodo para os navios pequenos. A terra é baixa e de natureza arenosa. Existe aqui gado em abundância, excelente peixe de água doce, melões saborosos, muita água, e o melhor leite que jamais provei.

A INVASÃO ESPANHOLA

As tensões bélicas que marcaram a Europa dos Setecentos trariam indelévels consequências para a América, notadamente no que tange às disputas luso-hispânicas em torno da Colônia do Sacramento. Entre as décadas de cinquenta e sessenta do século XVIII se daria a Guerra dos Sete Anos, na qual, mais uma vez, atreladas às suas respectivas política de alianças com ingleses e franceses, Portugal e Espanha estavam em lados opostos do conflito, levando a mais uma leva de enfrentamentos na Banda Oriental e nas terras sul-brasileiras. Os espanhóis mais uma vez sitiaram e se apoderaram da Colônia do Sacramento, mas, desta vez, nem 1763, foram bem mais adiante, avançando em direção às fortificações de Santa Teresa e São Miguel, até invadirem o Povoado do Rio Grande. Ainda que se estivesse caminhado para a paz na Europa e tivesse havido a determinação da devolução das conquistas de guerra, os hispânicos mantiveram o domínio sobre o Rio Grande, onde permaneceram até a sua expulsão, em 1776.

O receio de uma invasão dos espanhóis foi um sentimento coletivo que acompanhou os colonizadores luso-brasileiros do Rio Grande do Sul desde as origens da povoação, entretanto, em 1763, o medo latente se transformaria em pânico generalizado, com a chegada efetiva do inimigo. Notoriamente em superioridade de forças na região, ainda mais pelo acréscimo de contingentes indígenas às suas tropas, os hispânicos vinham levando vantagens nos conflitos até então e, naquele momento,

o avanço foi avassalador em direção às conquistas lusas que ali haviam se estabelecido a um quarto de século.

Além das vantagens bélicas espanholas, ocorreu também uma série de falhas das autoridades governamentais e militares lusitanas. A Vila do Rio Grande estava em péssimas condições defensivas e o governador Elói Madureira chegou a ser instruído com um projeto alternativo de deslocar a administração e os habitantes para o outro lado do canal, saindo da povoação em direção ao Norte, no intuito de elaborar um melhor arcabouço de defesa. Outro plano era reestruturar as fortificações no extremo-sul, sendo para lá enviado um contingente militar comandado por Tomás Luiz Osório para dar conta de tal intento. Foram muitos os desacertos entre o governante e o comandante militar, chegando ao ponto de ficar insustentável a situação.

A tais desacertos se somariam várias indecisões de modo que, com o avanço do inimigo, se desencadearia uma fuga desesperada e um verdadeiro caos em meio aos moradores que não encontraram nenhuma guarida de parte daquelas autoridades que deveriam defendê-los. Ao invés da projetada retirada para o Norte, com calma e ordenação, a qual o governador Madureira não providenciara, o que ocorreu foi uma evasão desenfreada, com os mais poderosos ocupando as poucas embarcações para deslocarem-se para o outro lado da canal. Enquanto isso, o restante da população lutava para conseguir um lugar nos escassos barcos, chegando a oferecer seus pertences para pagar por tal passagem. Houve ainda alguns que se afogaram na tentativa calcada no desespero.

As tropas comandadas por Tomás Osório, por sua vez, além de não terem conseguido progressos na melhor fortificação na fronteira extremo-meridional, diante da visão dos adversários, acabou por sair em debandada, fugindo em direção ao Rio Grande. Já na Vila, os militares aumentaram o ambiente de pânico, roubando, depredando e atentando contra integridade física e moral dos habitantes, não parando nem mesmo diante das autoridades civis, militares e religiosas. Em nome de uma política de terra arrasada, para não deixar nada aos

inimigos, mas também refletindo a penúria em que viviam e a sensação de desamparo por parte da Coroa naquelas longínquas terras, os soldados cometeram todo o tipo de desatino, contribuindo decisivamente para o caos cada vez mais predominante.

O avanço espanhol, sem maior resistência, foi inexorável, resultando na ocupação plena daquelas terras e submissão da parte da população que não conseguiu evadir. A invasão hispânica representaria um momento de inflexão histórica para aquela região extremo-sul brasileira³¹. Por quase três lustros o território ficou nas mãos dos invasores, configurando um avanço que alterava o quadro geopolítico da região. A partir de então se estabeleceria um esforço luso-brasileiro pela reconquista, a qual só viria a se efetivar em 1776, a qual se seguiria um período de recuperação e reconstrução até a consolidação daquele quinhão colonial lusitano.

Há uma vasta documentação sobre a invasão espanhola de abril de 1763 e, na forma de uma amostragem exemplificativa, foram selecionados cinco documentos transcritos a seguir³². O primeiro docu-

³¹ BARRETO, Abeillard. Tentativas espanholas de domínio no sul do Brasil, 1741-1774. In: *História naval brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha/Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979. v. 2. t. 2. p. 133-213; BARRETO, Abeillard. Fontes para o estudo da história da ocupação espanhola do Rio Grande do Sul (1763-1777). In: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979. v. 2. p. 617-641; BARRETO, Abeillard. A ocupação espanhola do Rio Grande de São Pedro. In: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979. v. 2. p. 643-657; MONTEIRO, Jonatas da Costa Rego. A dominação espanhola no Rio Grande do Sul (1763-1777). In: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979. v. 4. p. 13-141; e RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Os espanhóis no Rio Grande. In: *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul para 1896*. Rio Grande: Livraria Americana, 1895. p. 219-236.

³² Documentação publicada por: MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *Dominação espanhola no Rio Grande do Sul (1763-1777): primeira parte - a invasão espanhola -*

mento demonstra as incertezas quanto à continuidade dos conflitos, aguardando-se as decisões diplomáticas na Europa e revela as rivalidades entre o governante e o comandante encarregado da fortificação do extremo-sul, tão maléficas à defesa do território. O segundo apresenta a recomendação ao governador para a evasão em direção ao Norte, pela incapacidade defensiva da Vila, trazendo instruções para a retirada projetada e organizada, dando prioridade ao “povo”, além de dar alguns breves indícios quanto à promoção de uma política de terra arrasada. O terceiro confere ao comandante Tomás Luiz Osório a guarda da fronteira e, se necessário, uma saída organizada em direção ao Rio Grande e daí para o Norte, exatamente o contrário do que realmente aconteceu. O quarto traz em si uma desesperada tentativa dos oficiais entrincheirados de eximir-se de qualquer culpa, destacando que se preparavam para a resistência, mas, tendo em vista a deserção e evasão dos soldados, só lhes restara, como última instância, optar pela retirada. Já o quinto traduz um ato desesperado do governador, um dos primeiros a abandonar seu posto, praticando um misto de busca de acalmar os soldados em debandada do extremo-sul, com a política de terra arrasada de não deixar nada para o inimigo, o que só serviria para agravar ainda mais as tensões e os medos.

Instrução que deve seguir o Sr. coronel de Dragões Tomás Luiz Osório

Com a maior brevidade e com a menor novidade que for possível, por se não alvoroçarem os índios tapes, que estão nesse quartel, saíra V. Sa. dele, deixando ao seu sargento-mor com o número de cem dragões os mais práticos desse país, com o capitão Francisco Pinto Bandeira, um tenente, um alferes e um furriel, e com o resto marchará V. Sa. para o quartel do Rio Grande, por terra, a não ter embarcações prontas para o fazer pelo rio e como em Torotama há cavalaria gorda, e em estado de serviço, não tirará V. Sa., sem grande necessidade da

1763 -. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército, 1935. p. 104-111.

cavalhada que temos nesse Presídio, mais que a precisa para montar na marcha, se a fizer por terra.

Ao sargento-mor ordeno o que deve obrar, tanto no reparo dessa fortaleza, como no mais que respeita à defesa desse partido e barreira e mudança dos índios.

O novo governador do Rio Grande, pelo último aviso, que me faz, sei o deplorável estado em que se acha, pois os cirurgiões desconfiam possa vencer as moléstias que o têm atacado no último fim. Se o dito governador houver falecido ou falecer, V. Sa. se encarregará do governo, e com a experiência nos tem dado a ver, que ao presente para a defesa se faz mais precisa e útil a residência de V. Sa. em São Miguel ou Chuí, sendo o governador morto, V. Sa. se encarregue do governo, enquanto não dou outra providência, e continue com brevidade a sua marcha para a fronteira com todos os oficiais e soldados do seu regimento, pois é certo quanto maior número de cavalaria tivermos nela, tanto mais defendida e segura se conservará a Povoação do Rio Grande, donde a dificuldade da entrada pelo mar defende as muitas famílias estabelecidas. No terreno que mede daquela Vila até Chuí; é o antemural a tropa e a fortificação que fizemos no sítio da Angostura, só essa nos poderão livrar o golpe; e como na guarda do Chuí se não pode fazer defesa, que cubra o dito terreno, de nos fortificarmos na dita Angostura tiraremos o bem da nossa conservação. E posto que iremos ganhar aquele importante passo sem a certeza de estar rota a guerra entre as duas Coroas, é uma infração do tratado, que ultimamente se nos tem mandado guardar com a observância do que estava em prática antes do Tratado de Limites, contudo ajustará V. Sa. com o governador ou com o capitão de infantaria, que ficar inteiramente comandando no Rio Grande, e com o provedor da Fazenda Real, a maior e breve remessa de cal e tijolo que se puder adiantar, cuja remessa V. Sa., para que se acomode na parte que mais chegada possa à dita Angostura, mas sempre reservada da vista da patrulha castelhana, que mensalmente vem correr aquela campanha, como também é indispen-

sável fazer faxinas o mais perto que se possa, para nos cobrirmos de pronto.

Logo que nos chegue alguma notícias da nossa Corte, ou da nossa neutralidade ou da guerra com Castela e França, sem perder tempo, expeço embarcação à Ilha de Santa Catarina, e daquele governador, pelas paradas, chegaram à V. Sa. as minhas cartas e a certeza das reais determinações.

Das peças de campanha de que nos servimos nas passadas, mando recolher a esta cidade as quatro feitas no reinado do Sr. D. João V: das seis deixará V. Sa. três para ajudarem a defesa das que há nessa tranqueira, e as outras, que V. Sa. achar mais a propósito as leve em sua companhia para as ter na nova barreira ou em S. Miguel, como melhor lhe parecer, e do Rio Grande se podem tirar as mais que forem necessárias para aquela fronteira.

Como no Rio Grande há carpinteiros do trem, adiante V. Sa. madeiras, não só para essa, mas para a mais artilharia que se entender montar-se, tanto na parte do Chuí, como na tranqueira, que tenho mandado fazer no Rio Grande na parte em que está o hospital. Quando residi dessa parte, formei duas companhias de cavalaria dos moradores das estâncias até o Chuí, não só nestas, mas, havendo homens, como há cavalos, V. Sa. formará mais as para que houver número, sendo o de sessenta cavalos cada uma companhia, pondo-lhes por oficiais as pessoas mais ativas, e podendo ser nobres, que houver no distrito das companhias, a de que era capitão Felix José, mandei passar patente ao tenente da mesma Antônio José Pereira.

As ordenanças de pé fará V. Sa. regular para que se conservem em estado de defender as suas casas, e famílias e, em tudo o que toca a sua formatura, entrará V. Sa. no caso de haver falecido o governador, que sendo vivo, lhe tocará a economia e regularidade do que lhe diz respeito, como da Vila do Rio Grande e suas dependências, o que não obstante, no que for em defesa ou fortificação da Angostura da parte do Chuí, se V. Sa. não concordar com o seu parecer, declaro V. Sa. execute, tanto na trincheira, como na disposição da guarda

companhia, o que entender mais próprio e conveniente, por ser certo que a experiência de V. Sa. e o muito que há falado essa companhia, faz provável que outras experiências lhe ditam os projetos que põem em prática.

Felix José fica a partir para a Ilha de Santa Catarina, e leva todo o dinheiro que me é possível remeter, tanto para esse, como para os mais presídios, e continuarei com quanto caiba na minha diligência.

V. Sa. nessa ocasião fará recolher ao corpo todos os soldados que se acham pelas estâncias, guardas de cavalcadas e registros, mandando o provedor por nestes, fiéis capazes, que devem ser pagos pela provedoria da Fazenda Real o que lhes for arbitrado, e nas demais partes suprirão alguns peões com capatazes, os que forem da aprovação de V. Sa. e dos provedores da Fazenda Real.

É preciso venham para serem sem demora consertadas as armas que estiverem inúteis, para se dar breve providência, como relação do estado de todo. Nesta ocasião me serve de grande alívio a certeza de que V. Sa. conhece o gênio dos nossos inimigos e as vantagens com que numa partes nos oprimem, e as em que a nossa disposição, atividade, valor e fidelidade as avantajamos.

Nas embarcações que se fiam expedindo, direi o que convier e o que mais ocorrer.

Rio de Janeiro, a 10 de maio de 1762.

Conde de Bobadela

Carta da Junta Administrativa do Rio de Janeiro ao coronel Elói Madureira, em 1763

Em outra carta remetemos a V. Sa. a relação dos gêneros que desta para essa Provedoria se expedem na presente ocasião e declaramos que pela embarcação do Sena que fica pronta a fazer a vela deste Porto para a Ilha de Santa Catarina remetemos 30.000 cruzados para o pagamento dessas tropas, ficando na nossa lembrança repetirmos semelhante ou mais avultadas remessas nas subseqüentes ocasiões, pois

bem compreendemos que na presente conjuntura devem ser prontos os pagamentos e também que são indispensáveis as despesas.

Prevenimos porém a V. Sa. o seguinte é que como essa povoação do Rio Grande de São Pedro com razão se julga não ser defendida por ser um lugar aberto, neste caso mandará V. Sa. quanto antes passar o que tem nela ao lado do Norte e também todas as minhas munições de pólvora e balas e ainda as de boca de sobresselente, porque dado o acaso de entrarem nela, os castelhanos se não utilizem do que aí há pertencente à Fazenda Real, pois o forte de estacada que se erigiu nessa Vila não parece obra suficiente para nele se conservar coisa alguma não só pela matéria da sua construção, mas pelo terreno incapaz dessa Vila em que é erigida e assim deve demolir logo que passar o povo ao outro lado, para que não digam os inimigos nos seus manifestos que ganharam uma fortaleza.

Da parte do Norte mandará V. Sa. cavalgar as peças que se podem montar nas carretas que há ou sobre carros dos moradores com a sua trincheira por diante para disputar ao inimigo o passo daquele largo rio e da mesma sorte deitar partidas pelas praias daquele lado até a barra para embaraçar qualquer desembarque que intentem fazer em algumas canoas e estas peças devem estar montadas antecipadamente porque na próxima ocasião não poderá haver tempo para o fazer.

A passagem do povo se deve fazer no tempo que tiver os inimigos ganhado Angostura e para a passagem deste deve haver embarcações prontas com guarda suficiente para se passar ao lado do Norte, cujas notícias poderão ser antecipadas pelos avisos do dito Coronel, sendo a tropa a última que passe.

Devem adiantar-se alguns ranchos da parte do Norte para recolher os gêneros da Fazenda Real, outros para os soldados e casa para o hospital. Deve dispor-se tudo de forma que sendo caso de entrar o inimigo nessa Povoação não ache coisa de que se possa utilizar, havendo maior cuidado em que lhe não fique embarcação de casta alguma.

A companhia de ordenança de Cevallos que pede o coronel Tomás Luiz, caso que não tenha marchado, o deve fazer logo e já terá marchado como se entende do Rio Grande para o Chuí a outra companhia de aventureiros que veio de Santos e também supomos nessa Vila outra companhia que da mesma Praça de Santos havia mandado o Ex. Sr. Conde que Deus haja marchar para essa Vila com seus oficiais competentes.

Da parte do Norte se deve fazer a maior oposição ao inimigo, caso não imaginado de intentarem a passagem a qual lhe será impossível por falta de embarcação e pela grande largueza do Rio.

Deve V. Sa. por embarcações prontas para conduzir a artilharia e munições do passo do rio São Miguel e se esta for armada com alguns pedreiros será muito melhor. Todas estas prevenções adiantamos à V. Sa. para o caso de que os nossos inimigos venham com forças superiores a atacarmos na Angostura de forma que lhe não possamos rebater como esperamos.

V. Sa. estará sobre o país e conforme forem os eventos das nossas armas assim se regulará V. Sa., à vista da nossa presente instrução que não obriga que V. Sa. se ate a ela quando os sucessos lhe ditarem mais ou menos prevenções, o que tudo fiamos da experiência e valor de V. Sa. Deus guarde a V. Sa. Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1763. F. F.

Senhor governador Inácio Elói de Madureira.

Carta da Junta Administrativa ao coronel Tomás Luiz Osório, em 1763

Recebemos a carta de V. Sa. de 14 de dezembro do ano próximo passado a que se nos oferece dizer que foi certíssima a infeliz notícia da entrega da Praça da Colônia não por causa do levantamento como noticiaram a V. Sa., mas porque o seu governador, o brigadeiro Vicente da Silva da Fonseca, depois de vinte e dois dias de ataque, em que só teve a perda de dezessete pessoas, a quis capitular e render.

Ao governador do Rio Grande escrevemos as cartas de que remetemos à V. Sa. a cópia inclusa e no seu contexto verá V. Sa. que mandamos 30.000 cruzados para o pagamento da tropa e outras precisas despesas que se tiveram feito com esta nova fortificação.

A respeito dela deve V. Sa. antecipadamente, pelas suas partidas avançadas, examinar se o inimigo marcha ao Rio Grande e a força com que o faz para poder inferir se as suas são suficientes até fazer oposição, porque, sendo mui desiguais, seria temeridade em uma campanha expor sem vantagem a perder toda a tropa do seu comando, e esta averiguação também lhe deve servir para poder retirar a tempo a artilharia e munições por se não expor a perdê-las ou já encaminhando-as ao passo do rio Taim ou ao do rio São Miguel, por donde podem baixar embarcadas ou por donde julgar mais fácil e seguro.

Entendendo V. Sa. que a força do inimigo se pode fazer oposição e esta nova fortaleza pode embaraçar as entradas do país, por essa parte estando esta em estado de defesa, a deve guarnecer e sustentar, porém com advertência de que o inimigo lhe não possa cortar os socorros de que há de carecer pois este o poderá impedir ao mesmo tempo por junto da Fortaleza de São Miguel e por São Gonçalo, por donde se faz preciso trazer espias e partidas que avisem dos movimentos daquelas campanhas, sem embargo de que não consideramos aos espanhóis forças suficientes para as poderem despartir em tão largas distâncias, salvo se a estas partes vierem os índios das Missões.

Porém, assentando V. Sa. com os seus oficiais em conselho que é impossível resistir à força do inimigo, será prudente acordo o retirar-se para conservar a sua tropa, para não deixar ou morta ou prisioneira e o mesmo destino poderá seguir a que guarnece o Forte de São Miguel, porque sendo os inimigos senhores da campanha, também a guarnição deste, cortaram os socorros não só por terra, mas ainda os que lhe podem vir pela Lagoa Mirim, pondo no sangradouro de Turotama quem os embarcasse no rio de São Miguel.

Deve V. Sa. dar de todas as suas resoluções repetidos avisos ao governador do Rio Grande, para poder tomar a tempo as justas medidas

sobre o que presentemente se lhe determina.

A sua retirada deve ser com todas aquelas cautelas que costumam acreditar os oficiais que comandam semelhantes ocasiões e se o inimigo o seguir pelo caminho do rio Taim, como mais trilhado ainda no passo dele, procurará V. Sa. fazer-lhe o dano que puder e que poderão ter uso as peças de amiudar com que puder marchar, porém, procurando examinar se vem algum corpo pelo caminho da Praça, ou dos pântanos, donde seguirá uma partida para o avisar de toda a novidade para puder acertar nas suas medidas.

Ultimamente, não podendo V. Sa. embarçar a entrada do inimigo, continuará a sua retirada até a Vila do Rio Grande, da qual passará ao lado do Norte, para defender para o que achará embarcações prontas para se transportar.

V. Sa. estará sobre o país e conforme forem os eventos das nossas armas, assim se regulará V. Sa., à vista da nossa presente instrução que não obriga as que V. Sa. se ate a ela quando os sucessos lhe ditarem mais ou menos prevenções, o que tudo fiamos da experiência e valor de V. Sa. Deus guarde a V. Sa. Rio de Janeiro a 16 de janeiro de 1763. F. F.

Senhor coronel Tomás Luiz Osório.

Termo lavrado nas trincheiras de Santa Tereza, em 1763

Nós abaixo-assinados certificamos e confessamos em que chegando os inimigos acampar-se em distância de meia légua desta trincheira, no dia 16 de abril do presente ano, aprisionaram os nossos exploradores a dois que confessaram as forças com que se achava o seu general Dom Pedro de Cevallos, os quais antes não puderam examinar pela cautela em que marchavam o dito general, trazendo uma partida de duzentos homens na sua vanguarda, que mostrava os primeiros exploradores não ter mais ordem do que correr o campo, vendo-a algumas vezes marchar para nós, e retirar-se, constando o exército de dois mil

e quinhentos homens de armas de fogo e quinhentos de lança, vinte peças de artilharia de calibre, doze, dezoito e quatro morteiros. No seguinte dia, 17, marchando o exército se acampou nas baixas de uma lomba, na qual a toda força se entrou a entrincheirar no alto dela, não podendo embarçar aos trabalhadores batidos com o forte fogo de artilharia que com o dia laborou e repetidas descargas de duas peças de amiudar que acompanhavam duzentos homens a pé; não se podendo conservar mais tempo que o de duas horas por marcharem grossos corpos de cavalaria sobre este pequeno batalhão, no dia 18, confirmadas todas aquelas forças, um desertor português, e que na noite do mesmo se montava artilharia na sua trincheira, prontos para atacar com todo o seu poder bombas e balas ardentes, e passarem tudo à espada, havendo o general mandado marchar quinhentos homens para pelos passos de São Miguel nos darem pela retaguarda, ouvindo todas estas notícias o coronel comandante se resolveu a fazer conselho de guerra, chamando os capitães a ele propondo-lhes se seria conveniente fazer uma retirada a fim de salvar a tropa de seu comando, que constava de setecentos homens entre pagos e ordenanças, e não se conformando com os votos se resolveu o coronel que se defendesse a trincheira até a última gota de sangue para o que mandou se observassem as ordens dadas para a defesa delas e que mais como homens tomássemos cavalos para acudir a partes onde a cavalaria inimiga rompesse mais violenta e constando-lhe haver da parte dos soldados algumas formas de desmaio nascido da confissão do mencionado desertor, mandou formar os piquetes de cavalos e de pés e perguntando-lhes se a sua constância era a mesma para perdermos as vidas em defesa da Coroa e pátria, responderam que prontos estavam a esperar os inimigos até a última respiração. Animados todos pelo coronel e oficiais que presentes se achavam, os destacou pelos lugares determinados, onde novamente os dispôs para o esperado ataque, conservados neles, até às nove horas da noite deram parte os oficiais dos piquetes de cavalo de saírem os soldados deles, buscando o caminho do Rio Grande, sem que os pudessem conter, acompanha-

dos de ordenanças de cavalo e de muitos de pés, a quem montavam, saindo ao mesmo tempo mais da parte dos soldados da trincheira de sorte que cortando-se tão somente cento e cinquenta entre os montados e de pé se viu obrigado o coronel a fazer novo conselho de guerra. Neste, se assentou, atendendo ao nenhum remédio e última consternação da defesa da trincheira, que o mesmo nosso engenheiro a condenava perdida por pouco forte, avisou o coronel ao general não se achar com forças para defender. E, por ser verdade todo o conteúdo, o juramos aos Santos Evangelhos e nos assinamos. Trincheira de Santa Teresa, digo Trincheira de Castilhos, 19 de abril de 1763. – Tomás Luiz Osório, Pedro Pereira Chaves, Antônio Rodrigues de Moraes, Simão de Toledo de Almeida, Salvador Fernando Rubim de Moraes, Gaspar José Segurado, João Gomes de Mello, Antônio Borges de Figueiredo, Manoel Vidigal Zambuja, José Rodrigues Campos, Manoel da Cunha e Souza, Joaquim Francisco Homem, Francisco Manoel da Costa e Souza, Bernardo José Guedes Pimentel, José Antônio Cardoso, Inácio de Almeida Pedroso, Luiz Castanho de Moraes Dantas, João de Almeida Pedroso, José Moreira César, Vicente B. de Souza, Francisco Xavier Rendon.

Carta de Madureira para João de Souza Rocha

Senhor João de Souza Rocha, vossa mercê entregará ao alferes de Dragões João Barbosa os panos de linho que aí houver e alagem e mais algumas coisas que haja e possa servir para esta tropa que se acha nua e esta minha ordem servirá de descarga para vossa mercê porque soldados vêm nus e os inimigos se podem utilizar do que não devem. Mande-me vossa mercê também toda a farinha que puder e que tiver nesses armazéns para a acudir a esta pobreza. Guarde Deus a vossa mercê muitos anos. Guarda do Norte, 22 de abril de 1763.

A farinha venha na sacaria que houver. *Inácio Elói de Madureira.*

RECONQUISTA PORTUGUESA DA BARRA DO RIO GRANDE

Durante 13 anos, entre 1763 e 1776, a Vila do Rio Grande de São Pedro foi controlada pelos espanhóis. Fundada em nome da Coroa Portuguesa, Rio Grande teve sua ocupação questionada por hispano-platinos desde os primórdios e transformou-se num dos espaços de conflito luso-espanhol no século XVIII. Em 1763 ocorreu a ocupação espanhola da Vila que foi retomada pelos portugueses em 1776. Os dois eventos consistem em momentos exponenciais e dramáticos que definiram o projeto civilizatório luso-brasileiro no Rio Grande do Sul. A manutenção da presença espanhola poderia ter lançado a atual fronteira com o Uruguai (no Chuí), pelo menos duzentos quilômetros ao norte. A ocupação espanhola e todas as atuações épicas ligadas à retomada portuguesa constituem episódios de destaque no cenário da história militar brasileira e nos desdobramentos geopolíticos de constituição do Brasil nação. O avanço das tropas espanholas sobre as fortificações de Santa Teresa e São Miguel, teve como resultado a derrocada da estratégia lusitana em deter um possível ataque do Governador Pedro de Cevallos (de Buenos Aires) à Vila do Rio Grande. A rendição e também fuga dos soldados portugueses do forte de Santa Teresa (no atual Uruguai) trouxeram a esta Vila, cenas de pânico e desespero. A retirada dos moradores, de 20 a 24 de abril, foi desas-

trosa³³. No porto havia apenas duas embarcações pequenas e algumas canoas, totalmente insuficientes para a transferência de armamentos, mercadorias e centenas de pessoas; a travessia da Barra do Rio Grande era longa e dificultada pela ação adversa dos ventos. Muitas pessoas ficaram refém dos espanhóis e realocadas em áreas fora do centro da Vila, como no Carreiros e no Povo Novo. Com a ocupação espanhola em Rio Grande e também em parte de São José do Norte, a sede do governo português foi estabelecida na Capela de Viamão, onde se instalou também a Câmara da Vila do Rio Grande de São Pedro (com os vereadores que escaparam), que manteve esta denominação até a transferência oficial da capital para Porto Alegre, em julho de 1773.

Já em 1767, os portugueses retomam São José do Norte mas fracassam na tentativa de desembarque em Rio Grande. A partir de 1774, um grande contingente militar é organizado para a retomada da Vila do Rio Grande a partir das fortificações que são construídas na margem norte da Barra do Rio Grande. A operação militar envolve mais de quatro mil luso-brasileiros que atacam as fortificações espanholas defendidas por cerca de mil e seiscentos homens. O cenário estava constituído por 14 fortificações lusitanas e espanholas. Era madrugada do dia 1º de abril de 1776, quando os portugueses liderados por Heinrich Böhn, promovem o maior desembarque anfíbio da história brasileira, provocando a derrota espanhola e reocupam Rio Grande, restabelecendo nos anos seguintes o povoamento civil e o incremento portuário. Porém, a administração do Rio Grande do Sul lusitano não volta mais para a Vila do Rio Grande, sendo exercida em Porto Alegre. O engenheiro militar Sebastião Betâmio (1780), em vão, argumentava pelo restabelecimento da capital nesta localidade. Ele insistia que fossem consideradas as utilidades que se seguem de ser ali a capital do continente, somente pela proximidade da Barra, e sem atender às mais que resultam aos

³³ Conforme Guilhermino César, “os armazéns reais foram assaltados, a igreja despida de seus paramentos e objetos sagrados, enquanto a soldadesca embriagada só pensava em fugir, nas poucas canoas existentes, para se porem a salvo nas barrancas de São José do Norte”. In: *História do Rio Grande do Sul*. 2ª ed., Porto Alegre: Globo, 1980.

povos vizinhos, que são já em grande número. Deveria ser empregado todo o cuidado na conservação e aumento da Vila. “Se deve trabalhar por todos os meios que parecerem conducentes para o seu estabelecimento, povoação, aumento e cultura”³⁴.

Além de seu papel militar, nas duas últimas décadas do século XVIII, Rio Grande passou a ter um papel fundamental no comércio de escoamento de produtos ligados ao gado: charque, couro, sebo e crina. O Porto assume função essencial para a nascente economia da Capitania do Rio Grande de São Pedro, sendo também o ponto de chegada dos produtos vindos de outras localidades brasileiras e de manufaturados europeus e norte-americanos.

A garantia da navegação luso-brasileira na Barra do Rio Grande só foi possível pela reconquista deste espaço ocupado pelos espanhóis. Foi a conjuntura em que a história do Rio Grande do Sul começou a ser escrita na perspectiva de um projeto lusitano e brasileiro que se estende até o presente. A perspectiva do comandante das operações do Exército do Sul, Böhn, estão preservados em seus escritos na contemporaneidade dos acontecimentos. Outra fonte historiográfica que será reproduzida é do cirurgião-mor Francisco Ferreira de Souza que deixou aguçadas informações do conflito militar e sobre a população da região.

JOHANN HEIRICH BÖHN

O Tenente-General Johann Heinrich Böhn (1708-1783) nasceu na cidade de Bremen, Alemanha. Böhn governou militarmente Bremen, a serviço da Inglaterra, em 1764, como coronel e barão. Quando tinha 57 anos de idade, foi contratado para atuar no Exército de Portugal, como assessor militar do Marquês de Pombal. Chegou ao Brasil em 05 de outubro de 1767. Desembarcou no Rio de Janeiro em companhia de

³⁴ BETAMIO, Sebastião. Notícia particular do Continente do Rio Grande do Sul (1780). In: FREITAS, Décio. *Capitalismo Pastoril*. Porto Alegre: EST, 1980.

sua esposa, Agnes Judith Sibilly von Dinklage, que faleceu por volta de 1775.

Böhn foi encarregado das funções de Inspetor Geral; Comandante e Administrador de todas as Tropas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia do Vice-Reino do Brasil. Tinha como seu superior imediato o Vice-Rei. Sua missão inicial no Brasil era introduzir a doutrina militar de seu mestre, o Conde de Lippe, já aplicada em Portugal, que visava uniformizar e unificar o exército colonial do Brasil.

Em 1774, Böhn deixa o Rio de Janeiro para assumir a organização e o comando do Exército do Sul. Sua missão era expulsar os espanhóis do Rio Grande do Sul, a partir das bases estabelecidas em São José do Norte, Porto Alegre e Rio Pardo. Os espanhóis dominavam parcialmente há 13 anos o Rio Grande do Sul a partir de bases na Vila do Rio Grande; em Santa Tecla, próximo a Bagé; e em São Martinho, próximo de onde hoje se localiza a cidade de Santa Maria.

A ação de Böhn, comandando o Exército do Sul, resultou na reconquista e expulsão dos espanhóis do Forte de São Martinho (1º de outubro de 1775), do Forte de Santa Tecla (27 de março de 1776) e da Vila de Rio Grande (1º de abril de 1776). Estes combates contribuíram para o destino e configuração das fronteiras meridionais do Brasil. Estes limites começaram a se concretizar com a assinatura, em 1º de outubro de 1777, do Tratado de Santo Ildefonso, pelo qual a Ilha de Santa Catarina foi reintegrada ao território português, e a Colônia de Sacramento (no atual Uruguai) passou definitivamente para a posse dos espanhóis. Este acordo assegurou a paz no sul do Brasil até 1801.

Após sua ação vitoriosa no Sul, ele retorna para o Rio de Janeiro, onde vive por mais quatro anos. Em 1782, uma queda de cavalo – que sofreu quando fazia seus exercícios de equitação – deixa sua saúde comprometida. Um ano depois falece. Seu corpo foi sepultado no Convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro.

Böhn deixou registrado em francês suas observações sobre os acontecimentos desse período e foram publicados na língua original nos anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do

Rio Grande em 1979. Em 1996, o Cel. Claudio Moreira Bento publicou as memórias de Böhn (1774-1779), em português e com inúmeras notas explicativas. O início deste relato demonstra um narrador analítico que buscou caracterizar o enfrentamento histórico:

As diferenças que subsistiram há muito tempo entre as Cortes de Lisboa e Madri, a respeito de suas possessões na América, os ciúmes comerciais e vários atritos, que não me dizem respeito, haviam de tal forma corroído os espíritos dos Soberanos e de seus governos que um adoçamento deste ódio, já nacional, uma reconciliação entre ambos parecia difícil. A disputa principal localizava-se na extremidade sul do Brasil, onde este confina com o governo espanhol de Buenos Aires.³⁵

A conquista espanhola da Vila do Rio Grande sofreu um revés decisivo em abril de 1776 quando o Exército do Sul, comandado pelo Tenente-General Johann Heinrich Böhn, reconquistou para a Vila para os portugueses. Acontecimentos de grandes dimensões para o período como a arregimentação de mais de 4.000 soldados no atual município de São José do Norte com o objetivo de retomar a Vila, desdobrou-se em ataque terrestre e em combate naval. O diário e as cartas deixadas pelo comandante Böhn é uma das principais fontes para investigar o período.

Na Vila do Rio Grande o efetivo de militares espanhóis era de cerca de 1.500 homens de terra, possuindo ainda 8 navios e vários fortes estendidos ao longo do canal: Forte da Vila (Jesus-Maria-José), Ladino, Mangueira, Triunfo, Trindade, Novo, Mosquito e Barra. Os luso-brasileiros possuíam um efetivo de terra e mar de 4.385 homens e 12 navios, com fortificações no canal do Norte.

O ataque começou às três horas da madrugada do dia 1 de abril de 1776 e buscava anular a resistência dos fortes espanhóis e invadir a Vila do Rio Grande fazendo um grande número de prisioneiros.

³⁵ BENTO, Claudio Moreira. *A Guerra da Restauração*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996, p. 41.

Os espanhóis são derrotados no ataque aos fortes e preferem uma rápida retirada na madrugada do dia 2, promovendo incêndios, levando todo o gado e cavalaria, impedindo desta forma, que as tropas luso-brasileiras os perseguissem em sua fuga. Na tarde do dia 2 os portugueses reconquistavam a Vila do Rio Grande.

Porém, a tensão continua acompanhando os relatos posteriores de Böhm pois a reação espanhola não tardaria e as tropas portuguesas estavam muito desgastadas com a ação militar. Em meio aos festejos da retomada portuguesa da Vila do Rio Grande – que ficou sob o controle da Espanha entre 1763 e 1776 –, ocorreu no dia 7 de abril de 1776, uma missa solene na Igreja de São Pedro onde os militares luso-brasileiros confraternizaram a vitória obtida frente aos espanhóis. O General Böhm mandou perseguir os retirantes espanhóis até as proximidades do Forte de Santa Teresa quando recebeu ordens de Portugal para cessar as hostilidades. A retomada da Vila não significou tranquilidade entre militares e civis, pois em meio a armistícios frágeis os movimentos militares belicosos buscavam novas ações. Os espanhóis voltavam o seu olhar para a Ilha de Santa Catarina e novamente para a Vila do Rio Grande no ano de 1777.

Com a real cédula de 8 de agosto de 1776, o monarca espanhol Carlos III criou o Vice-Reinado do Rio da Prata (atuais Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia e também o Rio Grande do Sul). A Coroa espanhola não aceitava a presença lusitana no Rio Grande do Sul e também em Santa Catarina, buscando apoderar-se do Brasil meridional. O monarca encarregou esta missão ao então Vice-Rei e capitão-general das Províncias do Rio da Prata D. Pedro de Cevallos (1715-1778), que já fora o comandante geral da invasão espanhola ocorrida em 1763. Cevallos partiu da cidade espanhola de Cádiz no comando da maior expedição já enviada pelos espanhóis contra a presença portuguesa na América composta de mais de cem navios e pelo menos dez mil homens. O plano era controlar Santa Catarina, a Vila do Rio Grande e a Colônia do Sacramento. Os fortes da Ilha de Santa Catarina renderam-se sem resistência fazendo com que o exército de Böhm ficasse isolado nas

possessões lusas do Rio Grande do Sul. Por terra, o general espanhol Juan Jose Vertiz marchou com suas tropas para o forte de Santa Teresa para posterior avanço terrestre sobre Rio Grande. Em resposta, os portugueses reforçaram a sua presença militar na fronteira de Rio Pardo, em Torres, na Barra do Rio Grande e no Chuí.

O plano espanhol idealizado por Cevallos era de que Vertiz partiria de Santa Teresa para atacar a Vila do Rio Grande por terra, enquanto a esquadra naval desembarcaria em algum ponto da Barra do Rio Grande. Entretanto, quando Cevallos estava ao largo da Barra do Rio Grande para promover a nova invasão, forte ventos dispersaram os navios de guerra que preparavam-se para o ataque (gravura de um navio de guerra espanhol do século XVIII). O mau tempo salvou Rio Grande de uma nova invasão castelhana. Com a dispersão da frota, os navios se reencontraram na altura de Castilhos (litoral norte do Uruguai). Cevallos decidiu lançar suas forças sobre a Colônia do Sacramento. Com a Colônia cercada, o comandante lusitano Francisco da Rocha entregou a posição em 31 de maio de 1777, e três dias depois, os espanhóis iniciaram a demolição parcial da fortaleza.

Vertiz permaneceu próximo da fortaleza de Santa Teresa esperando ordens para atacar por terra Rio Grande. Porém, com a queda do primeiro ministro Marquês de Pombal em decorrência da morte do rei de Portugal D. José I subiu ao trono a sua filha D. Maria I que assinou o Tratado de Santo Ildefonso (1º de outubro de 1777) trazendo o armistício para a região platina. Este Tratado demonstrou a exaustão lusitana nos conflitos com os espanhóis e frente ao descompasso luso na disputa pela hegemonia europeia. Com ele foram criados os campos neutrais que fundamentam-se no estabelecimento de uma área deserta entre as Lagoa Mangueira e Mirim e a costa marítima.

Na proposta atual, o enfoque está nas cartas escritas pelo comandante das Tropas do Sul Johann Heinrich Böhn ao Vice-Rei Marquês do Lavradio que possibilitam refletir sobre os desafios de restabelecer a ocupação urbana e a defesa militar da Vila do Rio Grande nos primeiros dias que seguiram a retomada do dia 1º de abril. Um local

abandonado às pressas pelos espanhóis, em grande parte destruído e infestado por ratos foi o cenário encontrado. Böhn, assim observou estes episódios, que serão aqui reproduzidos apenas no relato diretamente ligado a retomada da Vila do Rio Grande. Portanto, o objeto são as cartas escritas entre o dia 1º de abril de 1776 até o início do mês de junho do mesmo ano.

“Memórias relativas à expedição do Rio Grande (do Sul) da qual fui encarregado pelo Rei D. José I, de 1774 ao final de 1779, contendo (51) cartas que escrevi ao Marquês de Lavradio, Vice-Rei do Brasil”.³⁶

Abril, 1º (Dia do ataque a Vila do Rio Grande). A primeira parte foi executada pontualmente e, com a ajuda de Deus, sem grandes perdas nem desordens, apesar da multidão de pequenos barcos e da largura deste rio. Antes do amanhecer, nossos granadeiros já eram senhores dos objetivos – os dois fortes. O do Mosquito foi tomado em primeiro lugar. Ali perdemos 2 granadeiros de Estremoz e um artilheiro e tivemos oito feridos. Os espanhóis tiveram três mortos, 11 feridos e 16 prisioneiros. Os restantes escaparam. Entre os feridos encontravam-se o capitão-comandante, um tenente e dois cadetes. O Brigadeiro Chichorro teve, após saltado em terra, uma contusão na coxa direita, consequência de um tiro partido de um dos navios espanhóis que fugiam; mas sem perigo.

Na tomada da Trindade só tivemos um soldado do Regimento de Moura, ligeiramente ferido. Os espanhóis tiveram 1 morto e 14 feridos, entre os quais o capitão-comandante e somente 2 prisioneiros; o restante escapou. O Tenente Joaquim Gomes fez uma série de tiros de canhão sobre o Forte da Mangueira, de tal forma que, apavorada, a guarnição do forte evacuou antes de 8 horas e se retirou, passando do Forte da Mangueira para a Vila de São Pedro.

³⁶ BENTO, Claudio Moreira. *A Guerra da Restauração*, op. cit.

A Esquadra espanhola vendo-se entre dois fortes, antes seus protectores, agora seus inimigos, não esperou o dia raiar. Cortou seus cabos e se pôs à vela antes que se pudesse ver as coisas. Procurou salvar-se pela fuga. Mas foi tão infeliz que três de seus melhores navios se perderam num banco de areia, pouco abaixo de seu Forte da Barra. Tentaram afastar-se demais de nossas baterias do Lagamar e da Nova, que não ficaram inertes. Eles salvaram, contudo, as guarnições. Os outros escaparam, embora houvesse muito pouco vento. Há uma corveta que tinham na embocadura da Mangueira eles puseram fogo, assim com a nossa sumaca que se encontrava no fundo daquela enseada.

Faltando vento à nossa Esquadra, ela não pode velejar, senão quando os espanhóis já estavam bem longe. Não tendo nenhuma esperança de os alcançar, nem ordem de sair ao seu encalce, o Comandante mandou lançar âncoras perto da Mangueira. Alguns projéteis lançados do Forte do Ladino tinham danificado levemente nossos navios. Aí tivemos um artilheiro morto e 2 marinheiros feridos.

Estando eu a caminho do Lagamar, encontrei o cadete José Faustino, do Regimento de Estremos, que o Brigadeiro Chichorro me mandara, com a participação do acontecimento. Mande-o de volta, em seguida, com ordem ao brigadeiro de mandar tomar logo o Forte do Triunfo. Deste, os espanhóis continuavam a atirar, embora não tivessem alvo. Ordenei que se enviasse ao Mosquito víveres para nossas tropas, assim como ao Trindade, donde já havia recebido parte, antes de me pôr a cavalo. Eu havia ordenado ao coronel que mandasse ocupar o Forte da Mangueira. Os espanhóis atiraram muito de seu Forte da Barra, sem nos causar mal. Mas eles haviam apavorado os condutores das jangadas e os marujos das lanchas. Elas se achavam sobre a margem, sem nenhum homem junto a elas. Custou muito encontrá-los!

Vi os três navios perdidos já sem recurso. Às 6 horas da tarde, de retorno a meu quartel, enviei ao Coronel Texada, na Vila do Rio Grande, o manifesto ditado pela Corte. A ele anexei os motivos de queixa que os espanhóis nos haviam dado recentemente. Viu-se, à

tarde, para os lados da Vila de São Pedro, um grande fogo. Ao pôr do sol viu-se claramente que eles puseram fogo também no Forte do Ladino, apenas acabado. Ele queimou com violência extraordinária. Todo este procedimento mostrava claramente que eles tinham intenção de se retirar. A guarnição do Triunfo se foi também às 5 horas da tarde. Depois da meia-noite, viu-se um grande fogo em seu Forte da Barra, que durou até o amanhecer.

Na manhã de 2, entregaram-me uma carta do Coronel Miguel Texada. Ele me pedia mais tempo para poder retirar-se e uma conferência. Escrevi-lhe logo a resposta, recusando ambas as coisas. Mandeí o Ajudante do Primeiro Regimento do Rio de Janeiro levá-la à Vila. Como não me quisessem acordar durante a noite, só então recebi a comunicação do incêndio do Forte espanhol da Barra. Não duvidando que o tivessem evacuado, corri ao Forte de São Jorge.

O Regimento de Moura e os restos do Estremos e Bragança receberam ordem de se manter prontos, como tinham estado desde o deslocamento dos granadeiros. Todo o mundo ficara de pé durante a noite. Desejavam tomar parte, a despeito do resultado do ataque e do possível destino que os movimentos conduziriam.

2 de abril de 1776: Atravessei o rio em bote. Ao chegar ao Mosquito, às notícias que aí me deram confirmaram a minha opinião de que o Forte da Barra havia sido evacuado. Mandeí tomar armas uma Companhia de Granadeiros e fui direto ao forte, com uma peça de 3 libras. Ordenei ao Brigadeiro Chichorro (que já se encontrava em condições de fazer esta pequena marcha) que me seguisse com o restante de seu Destacamento. Ele deixou uma pequena guarnição no Mosquito e no Triunfo, que ele havia ocupado.

Não encontrei espanhol algum, nem no caminho nem no forte. Ali foi difícil entrar porque uma parte dos quartéis queimava ainda. A casa da pólvora tinha ido pelos ares. As plataformas e as carretas ou rodas das peças meio consumidas, exceto o bastião à esquerda de quem entra, onde o fogo não havia pegado. Fui com o Marechal Funck e o Tenente-Coronel Ribeiro, que tinham vindo comigo, com o Co-

mandante Hardecastle, que veio depois, e com o Major Manuel Soares Coimbra, até a muralha. Mesmo com dificuldade, nela levantamos um mastro com a bandeira portuguesa. Colocamos a peça de 3 sobre o parapeito dando a salva real. Querendo conservar este forte, chamei-o de São José. Dei ordens ao Brigadeiro Chichorro para utilizar as tropas presentes em apagar o fogo.

Mandei vir do Lagamar o Capitão Montanha com operários e ferramentas para desentulhar a praça e salvar o que pudesse. Estando as peças de artilharia todas encravadas, para ali enviei outras. Deixando o Brigadeiro Chichorro como comandante, embarquei na chalupa do Capitão Hardecastle para ver os fortes ao longo da praia. Encontrei, perto do Triunfo, boa quantidade de madeira para a Marinha.

Chegando ao Trindade, aí chegou também o ajudante José Thomas e participou-me que, querendo entregar minha carta ao Coronel Texada, encontrou a Vila evacuada pelos espanhóis. Destes, os últimos se haviam retirado às 10 horas da manhã. Ordenei ao Coronel Veiga que fizesse deslocar as duas Companhias de Granadeiros, de Moura e a sua, com o Major Carneiro, para Mangueira, sem demora. Para lá mandei passar também os barcos que se encontravam perto do Trindade. Escrevi ao acampamento que o Tenente-Coronel Luiz Antonio embarcasse com o restante do Regimento de Bragança e viesse juntar-se ao Coronel Veiga.

Fui também à Mangueira, para verificar a passagem dos granadeiros que, tendo embarcado do outro lado, deviam deslocar-se pelo caminho feito pelos espanhóis, atravessando o pântano, guarnecer o forte e estabelecer-se na Vila. Quis atravessar por água para, a caminho, ver o Ladino. Mas não embarquei senão após ter visto chegarem os primeiros granadeiros do outro lado da Mangueira.

Fiquei bastante surpreso, chegando à Vila de Rio Grande, por não encontrar os granadeiros que eu supunha lá estarem há mais de uma hora, visto que não há, desde o lugar em que pareceram saltar em terra, até o forte, mais de um bom quarto de légua. Mas havia algumas pontes no caminho, que os espanhóis haviam derrubado ao se

retirarem, de modo que eles não chegaram senão após o Sol posto. Assim, durante perto de três horas, não houve para guarda da Vila e do forte mais do que 4 oficiais de terra e 3 de ar, todos armados bem levemente. Entretanto, passeamos pela Vila e dela fizemos fugir os ladrões vindos da vizinhança para o saque. Chegaram desertores melhor armados que nós. Os espanhóis haviam acampado no Forte do Arroio, a poucas léguas. Antes da retirada, eles haviam rolado na água os barris de pólvora e destruído as rodas dos reparos das peças do Forte da Vila com grandes golpes de machado, encravando as peças.

Quando o Major José Manoel Carneiro chegou, atribuí-lhe a guarda do Forte da Vila. Mandeí-o colocar sentinelas nos armazéns e casas importantes da Vila. Deixei ordem ao Coronel Veiga de juntar, na manhã seguinte, estes granadeiros com duas outras companhias e vir assumir o comando da Vila. Meu ajudante-de-ordens, Manoel Marques por ser muito conhecido e aí tendo casa, deixei-o com os granadeiros e vôlei ao acampamento de João Cunha, bem tarde.

Ordenei que no dia seguinte, 3, o Sr. Sebastião Francisco Betâmio, o Ajudante Fonseca, o Comissário Barbosa e dois escreventes passassem, bem cedo, à Vila para cuidar dos interesses do Rei e que nada se perdesse. A 3 tive o que fazer no acampamento. Mandeí passar o resto do Regimento de Estremos, os cavalos de meu quartel e dos Dragões. E escrevi ao Vice-Rei.

Tenho a honra de participar a Vossa Excelência que tendo tudo pronto, nas tropas, na Marinha, para a execução de um plano, que não era conhecido por ninguém além de mim, e o vento se pondo favorável no dia dos anos da Rainha, o que celebrei em meu acampamento, aproveitei esta feliz circunstância de que todos os oficiais principais estavam reunidos em minha casa, sem afetação, para dar a última demão à obra e as ordens oportunas. É me impossível dar à Vossa Excelência ideia da alegria das tropas destinadas à ação e da nobre inveja dos que deviam ficar ainda comigo, o que tomei por um feliz augúrio. Os acontecimentos não destruíram minhas esperanças.

A surpresa foi completa! Nossos granadeiros só foram pressentidos pelos espanhóis quando se aproximaram por terra. A desordem com que uns acudiram e outros fugiram facilitou o golpe-de-mão. Ele teve tão belas passagens, mas teria sido mais brilhante se nossa Esquadra, composta de maneira adequada, tivesse podido aproximar-se da espanhola, que estaria irremediavelmente perdida. Mas, faltando vento, esta brava gente não pôde satisfazer ao desejo que eles testemunharam igualmente de tomar sua revanche do acontecido a 19 de fevereiro.

Nossos granadeiros, assim como seus oficiais, são dignos de todo louvor e estima. Igualmente, seus comandantes. Ouso recomendá-los à proteção de Vossa Excelência. O Major Manuel Soares Coimbra é um oficial não apenas bravo, cheio de zelo e infatigável, mas um homem inteligente como há poucos. Ao Major José Manoel Carneiro, não lhe falta valor, boa vontade e galantaria, conforme ele o demonstrou. Os dois comandantes que o seguiram são tão conhecidos de Vossa Excelência que seria supérfluo fazer-lhe aqui qualquer elogio. O Brigadeiro Chichorro considera-se pago pela perda de seu relógio, que uma bala destruiu no bolso. Mas ele mesmo recebeu apenas contusão leve. Todo o mérito desta ação pertence às tropas.

Não contribui senão com a simplicidade do plano e com o sigilo, antes do momento da execução. Minha vaidade ficou extremamente exacerbada vendo o amor das tropas por mim, a ponto de esquecer que sou estrangeiro. Segui as ordens da Corte, enviando na mesma tarde do dia 1^o, a cópia do Manifesto ao Coronel Texada, que se retirou pelo caminho grande de Taim. O comandante do Forte da Barra retirou-se pelo caminho da praia. É me impossível fazer, a esta altura, um relato mais detalhado, suplicando à Vossa Excelência...

A 4 de abril, parti de meu acampamento para a Vila, para lá fazer os arranjos necessários, pois tudo estava na maior desordem. As casas abertas. Os trastes que alguns lá haviam deixado, expostos ao primeiro que deles lançasse mão. Fiz recolher, não somente o que pertencia ao Rei, mas também o que havia pertencido a particulares, como os barris de vinho e de aguardente, e o sabão, em proveito de Sua Majestade.

A Marinha não ficou inativa, nem a Artilharia. A Infantaria ajudava por toda a parte. Serviu principalmente para limpar as ruas e para queimar tanta carne apodrecida, capaz de espalhar a peste por toda parte. Custou muito encontrar um cavalo na minha primeira saída para o Forte do Arroio. Mandeí colocar uma pequena guarnição e fazer uma relação da Artilharia que lá se achava.

Não encontrei nem cavalo nem bois, no caminho. Mandeí prosseguir adiante o Segundo-Tenente Joaquim de Souza para seguir a pista dos Coronéis Texada e Molina e reunir os animais. Dei, em seguida, a mesma missão a uma quinzena de voluntários que se ofereceram para ir com o Tenente Francisco da Silva de Assunção, dos Auxiliares. Mandeí reparar as pontes do caminho da Mangueira.

Mandeí cantar um *Te Deum* e vir, do outro lado, a Infantaria da Europa e a do Rio de Janeiro com a Companhia de Dragões de Guarda e alguma Artilharia. Por toda parte se trabalhava com alegria, embora faltasse a carne que devia vir do outro lado. Mas, se a substituía por feijão e outras coisas encontradas.

11 de abril de 1776. Havia prometido à Vossa Excelência um relato detalhados dos acontecimentos de 1 de abril e de seus felizes resultados; Mas, tenho estado de tal forma ocupado por aqui, organizando as coisas deste lado do rio, que me tem sido impossível e o será ainda algum tempo. A precipitação com que os espanhóis se foram é incrível. Para assegurar sua retirada, levaram consigo todos os animais, cavalos, carretas e homens e estragaram o caminho. Queimaram a pólvora. Encravaram as peças de Artilharia. Arruinaram os belos reparos, com fogo ou machado. Espalharam os projéteis ou os jogaram à água, como também grande número de barris de pólvora.

Nos armazéns das tropas, achavam-se alguns reparos novos e 300 a 400 armas de Infantaria, assim como cerca de 2.000 pares de sapatos. Deles nossos pobres soldados tem tanta necessidade que estou tentando lhos distribuir. Há também boa provisão de farinha de trigo e alguns víveres, mas pouco de cada espécie. Nos depósitos da Marinha, eles deixaram coisas bem consideráveis: mastros, vergas, velas,

cordame, capas, âncoras, diversas ferramentas, ferro em barras e breu. O hospital é bastante bom, assim como a farmácia. Mas levaram a roupa branca.

Nas ilhas dos Marinheiros e Marçal de Lima, deixaram as ferramentas para cortar a madeira e o começo de uma fábrica de tijolos. O Coronel Molina não teve tempo de carregar seus papéis que remeto pela sumaca Monte. De toda a sua Marinha, salvaram apenas o bergantim do Comandante uma sétia e uma pequena sumaca que aos nossos pareceu uma embarcação incendiária. O Comandante da Esquadra se ocupa, com os outros oficiais, em salvar os três navios espanhóis que ficaram sobre o banco de areia; também, dos dois que eles queimaram na Mangueira, salvar os mastros, antenas, velas, artilharia, assim como salvar as âncoras. Mandeí vir o mestre Manoel Antônio e o encarreguei do armazém. Os oficiais de Artilharia tem tentado desencravar as peças. Procuram as munições de guerra e o que concerne ao assunto. O Sr. Betâmio, com todos os seus subalternos, se ocupa dia e noite em salvar e pôr em segurança tudo o que pertence à sua jurisdição.

Os espanhóis não cuidaram nem um pouco da manutenção das casas da Vila, bastante fracas de construção (de tabique). Assim, estão quase todas ameaçadas de ruína. Estão cheias de imundícies que é difícil acreditar-se que pessoas aí tenham morado. Sem excetuar a do Rei, onde ficou o Coronel Molina e nela fazia bastante gastos. Mandeí alugar, em proveito de Sua Majestade, estas casas desertas a nossos comerciantes e vendedores, a fim de que as limpem e as mantenham.

Estamos admirados de ver tão grande quantidade de ratos, que se tomariam por coelhos. Há carne de gado apodrecida nas casas e ruas, cujo fedor poderia causar a peste. Nomeei o Ajudante José d'Afonseca, Major da Praça, para fazer o policiamento. Quanto às terras, o Coronel Molina delas fez uma tal repartição que será difícilimo regular todas as pretensões.

Tomei a liberdade de, no domingo de Páscoa, mandar cantar o *Te Deum*, nesta igreja, com uma cadeira vazia para Vossa Excelência, colocada no coro. As peças deste forte já desencravadas deram a salva

real, como também a fragata Graça Divina. A Infantaria deu salva festiva. Dei uma pequena festa, conforme pude, sem parar o trabalho.

Recebi, a 2, a notícia de que o Forte de Santa Tecla rendeu-se por capitulação. Embora não seja da maneira como eu quis, estou satisfeito de os espanhóis terem perdido aquele sítio, que foi arrasado. Os originais anexos contam o que lá aconteceu. Espero ver chegar em pouco algumas companhias de Dragões das quais necessito.

Os espanhóis marcham em grandes jornadas para Santa Teresa, fortaleza na qual, dizem, eles trabalham desde algum tempo, nela fazendo grandes gastos. Faça-os espionar discretamente pelo Segundo-Tenente Joaquim de Souza com uma vintena de Dragões. Pretendia preparar-me para tentar desalojar tropas através de sessenta léguas numa região devastada pelo inimigo.

Já se encontra deste lado do rio mais gente a alimentar do que Vossa Excelência possa imaginar. Esta Vila e os seus arredores era um verdadeiro deserto, não se encontrando nem habitantes, nem gado, nem carreta, nem cavalo, nem boi para comer. Os espanhóis levaram tudo! É preciso mandar vir todos os dias a carne do outro lado. Mas os bois não passam a nado, como fizeram os cavalos, um rio tão largo e perigoso como este. Embora tenhamos farinha, faltam padeiros.

Os fortes espanhóis são, ao todo, oito, dos quais sete sobre o rio, desde a Vila até a embocadura. O oitavo, a duas pequenas léguas daqui, é aquele chamado do Arroio.

Sempre achei pernicioso a ideia dos espanhóis terem um tão grande número de fortes; penso que se deverá conservar apenas dois ou três deles e mandar demolir o restante. Trabalha-se já com força na reparação do Forte da Barra, do qual não abro mão.

Suplico à Vossa Excelência que se digne enviar-me o que é necessário para tantos consertos, sobretudo de Artilharia da Marinha. As coisas de que temos urgência são: pólvora, chumbo, lona, brim, pano de linho, óleo de linhaça e folha de flandres, assim como carpinteiros, ferreiros, pedreiros e torneiros. O zelo e o desinteresse que encontro em todos os indivíduos em servir ao Rei não é demais louvar-se. A

amizade que nos une suaviza nossos trabalhos. Os quatro Regimentos de Infantaria e a guarda de Vossa Excelência já estão do lado de cá.

Baseado na permissão de Vossa Excelência, promovi a Segundo-Tenente o Cadete José Faustino. Coloquei nos granadeiros o Segundo-Tenente Balau, ambos do Regimento de Estremos e ótimos rapazes.

Ouso recomendar à respeitável proteção de Vossa Excelência todos os meus camaradas, tanto na Marinha como das tropas de terra. Devo a todos uma dedicação que não mereço, que somente a benevolência com que Vossa Excelência me distingue, faz-me merecedor dela. Queria receber. . . Vila de São Pedro do Rio Grande, 11 de abril de 1776.

Vistos que os espanhóis haviam arruinado totalmente o Forte do Ladino, com fogo determinei ao Major Manoel Soares Coimbra que de lá tirasse a Artilharia. Mesmo com os reparos mais queimados, para serem trazidos para cá. As paliçadas e outras madeiras, que o fogo não tiver atingido, devem ser remetidos, por água, ao Forte de São José da Barra, à disposição do Capitão Montanha. A ele entreguei um plano assinado para a reedificação do forte, ao qual ajuntei um talude.

Escrevi a Porto Alegre determinando que os fornecedores devem enviar gado para Camaquã e para o Sangradouro Mirim.

Ocasionalmente a quantidade de barcos, mandei sair 5, da esquadra do Sr. McDouald, a 21 de abril. A 5, a fragata de Pernambuco e o bergantim do Rei para a Ilha de Santa Catarina. A corveta Penha e as sumacas Monte e Belém, para o Rio de Janeiro, com alguns prisioneiros espanhóis, livros e papéis.

Recebi aviso de que o Major Patrício José da Câmara chegaria a 23, ao Sangradouro Mirim com um destacamento de Dragões. Mande-os atravessar ao Passo da Beca e irem alojar-se nos quartéis dos espanhóis, perto do Porto Novo.

Para lá fui no dia 25. A vista dos homens deu-me tanto prazer, quanto a dos cavalos, desgosto. Mas podiam mover-se e estavam bastante feridos. Havia três cavalos e uma mula para cada homem. E sem as mulas, eles não teriam chegado, creio eu. Foi necessário dar-lhes repouso. Vi o Povo Novo que me agradou por sua regularidade. Fui

até as Paulistas em retorno à Vila, que não é nada perto do primeiro. Percorrendo os arredores deste vilarejo, fui avisado de que a pequena sumaca espanhola, que se salvou a 1 de abril, encontrava-se em grande perigo perto do Estreito. Mandaram o capelão e alguns homens à terra, pedir ajuda. Mas antes que se a pudesse enviar, meteram a sumaca num banco de areia e ali ela encalhou. Os homens, ao todo 64, foram salvos. Logo que cheguei à Vila, enviei o Major Rondon e dois auxiliares ao local para socorrer aqueles miseráveis que morriam de fome, fazê-los prisioneiros e conduzi-los para cá. Determinei que a corveta Vitória se mantivesse pronta para velejar para o Rio de Janeiro com uma parte desta gente.

A 30, recebi cartas do Vice-Rei com ordem para a suspensão das operações e disso dar conhecimento ao Governador de Buenos Aires.

Maio. Dia primeiro – O Major Rondon trouxe os prisioneiros para cá. Deles, 34 foram mandados para bordo da corveta Vitória. O restante para as outras fragatas.

Mandei o Capitão Camillo Maria para o arroio de Baeta. O Tenente de Dragões, Joaquim de Souza, estabeleceu um posto, com os Dragões perto do arroio Taím.

Mandei reformar os cartuchos, regulando a quantidade de pólvora a um terço do peso do projétil. Dei ordem, para isso, ao Major Roberto Rodrigues, assim como de levar de volta ao Lagamar a peça de 36 que o Marechal Funck havia deslocado para o Conceição, em fevereiro deste ano.

Dia sete – Saiu a corveta Vitória e recebi a agradável notícia da chegada do gado dos fornecedores ao Sangradouro Mirim. Mandei entregar a Manoel Fernandes Vieira, um dos principais fornecedores, botes e tudo o que ele pedia.

Dia nove – Enviei o Capitão de Dragões José Carneiro, com minha carta ao governador, a Buenos Aires.

Carta 19, de 10 de maio de 1776. Senhor. Desde minha última carta, de 11 de abril, tenho visitado o Forte do Ladino, onde se

tem dificuldade de chegar. Acho-o de tal forma arruinado, que não há possibilidade de reparação. Só reconstruindo-o novamente!

Os espanhóis descobriram a madeira do parapeito e da muralha por toda parte. Nela derramaram barris de breu, assim como sobre as plataformas e sob os reparos das peças. Quando tudo isso pegou fogo, pareceu-nos o inferno, visto do acampamento de João da Cunha. Mandeí-o demolir pelo Major Manoel Soares Coimbra, dali retirar a Artilharia e remeter as paliçadas ao Forte de São José da Barra. O Capitão Montanha trabalha bem em sua reedificação, segundo o plano que lhe dei. Com as modificações que se vão fazer, creio que ficará melhor do que era. Pelo menos, não poupo nada para isso.

Como os sete navios da Esquadra do Comandante causaram transtorno aqui, fi-los partir, a 5 e a 21 de abril. A fragata de Pernambuco e o bergantim do Rei, para a Ilha de Santa Catarina e a corveta Penha, com as sumacas Belém e Monte, para a capital, com os prisioneiros de guerra espanhóis e um famoso patife da região, chamado Francisco Garcia. Ele roubou o Auditor José Luís, do Primeiro Regimento e, ainda por cima, planejou matá-lo. Na última sumaca segue também livros e papéis encontrados no gabinete do Coronel Molina, que me deixou um tesouro, esquecendo duas cartas topográficas do terreno que vai do Rio Grande ao Chuí, entre o Sangradouro, a Lagoa Mirim e o mar. Elas foram levantadas cuidadosamente e me servem de guia.

Avisado da chegada do Major Patrício com 200 dragões que mandei alojar nos quartéis feitos pelos espanhóis perto do Povo Novo de Torotama, lá fui, dia 25, para vê-los. Encontrei homens muito bem feitos, mas malvestidos. Muitos deles sem botas. Os cavalos, dava pena ver de tão magros e feridos. Ainda meã asseguram que foram escolhidos entre todos os de Rio Pardo. Devido à expedição de Santa Tecla, toda a cavallada do Continente estava arruinada. Era necessário lhes dar repouso, para que as forças lhes voltassem. E, aos homens, tempo para reparar as armas. Encontrei no vilarejo com que alimentar os homens, e nos arredores, bastante e boa pastagem.

Tinha por objetivo, nesta mesma viagem, examinar as pastagens do Sangradouro Mirim (que os espanhóis chamam Rio de São Gonçalo Gazu) e ver os estabelecimentos novos feitos por eles. Estes não querendo que os portugueses morassem próximo à Vila, nem perto do rio, os fizeram sair de suas cabanas e os estabeleceram:

- a maior parte, no Rincão de Torotama, onde fundaram o Povo Novo;

- uma outra parte, ao longo do grande caminho que vai da Vila ao Arroio Taim, e que se chama os Paulistas, devido ao nome do principal colono deste lugar, antes da invasão;

- uma terceira parte, porém menor, perto do Saco da Mangueira;

- por fim os Carreiros, cujo estabelecimento começa a uma légua da cidade.

O vilarejo de Povo Novo é muito bem assentado, suas ruas bem largas, as casas (ou cabanas) vizinhas, sem embarcar-se, uma bela praça no meio e uma segunda praça para a igreja. Quanto às terras que pertencem ao Rei, não haverá dificuldade. Mas não sei o que será das outras que pertencem a pessoas que se retiraram por ocasião da invasão e voltam agora a reclamar seus bens, nos quais se encontram novos colonos.

Uma coisa me surpreende (em vista das despesas feitas para a conservação desta região) é não ouvir falar de nenhum direito ou tributo que estes camponeses tenham pago ao Rei Católico. Eles eram obrigados a trabalhar, de tempos em tempos. Mas o produto de suas terras lhes foi pago a bom preço. O vigário recebe o dízimo, mas o Coronel Molina não tolerava que os humilhassem.

Entretanto, embora os espanhóis não lhes tenham tirado as vacas de leite, nem os bezerros, nem os porcos, nem seu trigo, estes pobres aldeões, não tendo nem bois, nem cavalos, nem mulas, nem carretas, nem homens, tem pouca utilidade no presente. Não se veem senão velhos, mulheres, crianças ou doentes de varíola, que foi epidêmica neste lado do rio.

Encontrava-me no Povo Novo, quando me participaram da Vila que a pequena sumaca espanhola La Colondrina, que escapara a 1 de abril, se encontrava em perigo perto da margem, em frente ao Estreito, sem víveres e sem âncora. O comandante tinha enviado o capelão e alguns marinheiros em sua chalupa pedir socorro. Voltei logo à Vila, para assegurar a captura. Mas a guarnição, amotinada, por se ver na necessidade de comer couro, havia metido a sumaca sobre um banco de areia e se salvara em terra. Mandeí o Major Randon para socorrer aqueles infelizes e os trazer prisioneiros, pois haviam combatido contra nós aqui. Era ao todo 64 praças.

Na corveta Vitória, que partiu a 7 deste mês, chegaram 34 deles a essa capital. Devo, neste ponto, fazer justiça ao Capitão-Tenente José Correa, que a comanda. Ele é um dos brilhantes oficiais do mar que conheço.

A 30 de abril, recebi ordem de Vossa Excelência para suspender as hostilidades. Fiquei bastante satisfeito por não terem chegado um mês antes.

Embora os cavalos da Companhia de Guardas não estejam ainda completamente restabelecidos, a eles juntei outros. Mandeí o Capitão Camillo ao arroio de Baijeta para lá estabelecer um posto. E o farei voltar com os granadeiros do Regimento de Dragões. Neste momento ele só tem 30 dos seus. O Tenente Francisco Pereira está destacado com o restante, tendo estabelecido postos avançados numa e noutra margem. Em conformidade com as ordens, escrevi ao Governador de Buenos Aires para comunicá-las a ele, dia 9. O Capitão José Carneiro levou a carta a Santa Teresa.

Recebi, neste mesmo dia, a agradável notícia da chegada do gado dos fornecedores ao Sangradouro Mirim (Canal São Gonçalo), o que me livrou de uma grande inquietação, pois o gado não quer passar a nado como fazem os bois das carretas. Estes passam ainda que com um pouco de dificuldade. Os outros vão se deixando conduzir. Metem-se em desordem e a maior parte se afoga. É preciso pois mandar vir a carne do outro lado. Nos dias em que sopra o vento oeste, ficamos sem

comer carne. Os negociantes de Porto Alegre pediram-me permissão para passarem as sumacas que vêm do Rio de Janeiro por conta deles, ou de outros lugares, para Porto Alegre. Autorização que só Vossa Excelência lhes pode dar, porque a navegação dos rios pertence ao Soberano, que a cede a particulares estipulando os direitos que devem pagar.

O Rei tem aqui barcas muito apropriadas para esta navegação. As jangadas são o que há de melhor para atravessar pessoas e para ir a todos os lugares, tendo em vista a pequena profundidade que se encontra neste rio. Quando mandei fazer à primeira, o pessoal riu-se à socapa. Logo em seguida, aplaudiram o desempenho dela.

Já não chegam mais desertores, nem condutores de carretas que os espanhóis conduziram à força.

Vendo o pouco efeito que produz o aumento da pólvora nas cargas de canhão, mandei refazer os cartuchos e diminuir a carga a um terço, como antes. O Major Roberto Rodrigues está cuidando disso.

Encarreguei o Major Manoel Soares Coimbra de levantar, conforme puder, as plantas dos fortes espanhóis porque não existe aqui oficial engenheiro que o possa fazer. O Capitão Montanha continua trabalhando no Forte da Barra. O Marechal Funck, indisposto, pede que eu solicite à Vossa Excelência permissão para retirar-se, conforme o bilhete de seu próprio punho, anexo. Ficaria agradecido se Vossa Excelência o favorecesse. O Sr. Betâmio terminou o inventário, que remeto a V. Exa. do que se encontrou nas baterias por nossos granadeiros. Espero que Vossa Excelência se digne determinar o prêmio que essa brava gente receberá.

Anexo, ao mesmo tempo, as listas de artilharia, da munição, das armas, dos víveres, das lojas, como também das bagagens de marinha que os espanhóis deixaram aqui e que salvamos de seus navios e da sumaca Colondrina, naufragada próximo ao Estreito.

Pronto para fechar a presente, recebo a carta de Vossa Excelência, de 22 de abril. Ela me cumula de satisfação e me confunde pelas demonstrações de benevolência por mim e meus camaradas, que por

isso testemunharam o mais vivo reconhecimento. Considerar-me-ia feliz se me fosse permitido fazê-lo, dentro em pouco, de viva voz. Esperando, tenho a honra de... Vila de São Pedro do Rio Grande, 10 de maio de 1776.

Através da confusão de cumprimentos contidos nesta carta, se nota a malícia e a intenção de vilipendiar esta ação; o Vice-Rei dizendo que esperava, dentro em pouco, minhas notícias de Santa Teresa.

A 16, mandei o Major Patrício deslocar-se com 2 duas Companhias para o Arroio Taim, juntar-se ao Segundo-Tenente Joaquim de Sousa e assumir o comando daquele posto.

O Tenente Francisco Pereira, tendo-se desincumbido da missão de reunir o gado dos espanhóis reuniu-se com o restante dos Dragões do Rio de Janeiro ao Capitão Camillo. Mandeí fornecer-lhes dois cavalos por homem.

Encontra-se aqui o Mestre José Barbosa, do Sacramento, para efetuar sondagem e examinar o Sangradouro de Mirim de um extremo a outro.

Os reparos a fazer nas armas aumentaram consideravelmente desde a chegada dos Dragões e com as armas encontradas nos armazéns bem como as dos desertores. Exigem cuidado especial. Decidi estabelecer uma casa onde se pudesse reunir todos os armeiros dos regimentos de Infantaria e aí trabalharem, porque em seus corpos-de-tropas eles produzem pouco mais que nada. Havia escolhido o Capitão Manoel Rodrigues Silvano para dirigi-los. Ao mesmo tempo, pus sob suas ordens todos os condenados a ferros para trabalharem onde poderiam ser úteis. Encontrei nele o talento apropriado para a tarefa.

Estava com obras por toda parte. O grande depósito de farinha ameaçava ruir.

O Capitão Manoel da Cunha dirigia os consertos dos reparos de Artilharia. As forjas deram bastante trabalho.

O Capitão Lourenço Caetano cuidou do carvão e do corte da madeira, tanto para a guarnição como para os outros habitantes, assim como para as construções. Foi também encarregado do conserto da

ponte que aqui serve para a descarga. Foi necessário pranchear quase toda a ponte.

A 18, fui até o arroio de Taim para examinar o posto do Major Patrício José da Câmara e para lá regular tudo. Analisei o terreno de acordo com as cartas geográficas do Coronel Molina e as achei boas em sua espécie. Não se encontra, após afastar-se 6 léguas desta Vila, nem casa nem vestígio de cultura em 50 léguas de caminho até o Chuí.

Como os pobres Dragões me davam pena, mandei fornecer-lhes tendas, coberturas, alguns ponchos, um pouco de aguardente, feijão e sal, sem que isso custasse muito.

Mandei o Brigadeiro Chichorro examinar o posto de Capitão Camillo, perto do arroio de Baijeta; e, ao mesmo tempo, a região, indo e voltando por estradas diferentes. A Companhia de Granadeiros do Regimento de Dragões, deveria acompanhá-lo e ficar junto do Capitão Camillo, ao seu comando.

Aconteceu ao Brigadeiro ainda pior. Após haver passado o arroio a 2 léguas daqui, não encontrou vestígio humano sobre todo o caminho até o posto do Capitão Camillo, nem em sua volta, de lá até a Mangueira.

Enviei para a Barra, cujo paiol se encontrava pronto, pólvora para 100 tiros por peça.

Os ventos de oeste destruíram, no fim do mês, os Fortes da Fronteira e do Patrão-Mor. Causaram muitos danos ao Lagamar e ao Forte da Conceição.

A 26 e 27, nada de carne.

Mandei preparar os destacamentos do Regimento de Estremos, que deviam estar prontos para marchar a primeira ordem.

Chegou uma patrulha espanhola ao posto de Camillo com um salvo-conduto do Coronel Molina. Mandei avisá-los que jamais voltassem, pois seriam tratados como espiões. Escrevi de lá ao Coronel Molina.

A 8, determinei ao Brigadeiro Chichorro deslocar-se com seu Regimento para o Povo Novo, alojar as tropas nos quartéis feitos e deixados

pelos espanhóis. Ao mesmo tempo, devia ajudar-me a governar e policiar o vilarejo.

NB – Como me vi por esta carta do Marquês Vice-Rei encarregado do Governo Civil e Político desta nova conquista, até ordem do Rei, é preciso evitar as emboscadas e mais, armar-se para a defesa.

FRANCISCO FERREIRA DE SOUZA

Francisco Ferreira de Souza era natural do Rio de Janeiro e praticou cirurgia por vários anos. Em 1754 obteve a carta de cirurgia ao submeter-se ao exame na presença do Comissário do cirurgião-mor do Reino³⁷.

Poucas são as informações sobre o cirurgião-mor Francisco Ferreira de Souza. No “Mapa dos nomes, filiações, naturalidades, idades, tempo de serviço e vencimento de soldo por mês dos oficiais do 1º Regimento do Rio de Janeiro”, datado de 1789 e existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, constata-se que Souza ainda estava em exercício neste ano e era filho de Manoel Ferreira de Souza, natural do Rio de Janeiro, 64 anos de idade, 30 anos de serviço e recebia 11\$000 por mês, referente ao soldo dos tenentes. A respeito do autor também consta que foi batizado em 16 de março de 1725.

Se pouco é conhecido de sua biografia, um documento de sua autoria é relevante para entender a ação portuguesa de retomada da Vila do Rio Grande de São Pedro que estava sobre controle espanhol desde 1763: *Descrição à Viagem do Rio Grande... ano 1777*. Esta Descrição narra a visão do autor sobre os movimentos militares entre 1773 e 1776 para retomada da Vila. Junto a este documento manuscrito, Francisco Ferreira de Souza também deixou três planos aquarelados, dos quais destaca-se uma aquarela denominada *Demonstração da Vila de São Pedro do Rio Grande, situado na latitude setentrional de 32 graus*.

³⁷ ABREU, Jean Luiz Neves. *Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.

Para Abeillard Barreto é o mais importante documento iconográfico do século XVIII sobre o Rio Grande do Sul.

Nesta imagem, preservada no Arquivo Distrital de Évora em Portugal, foram representadas as edificações da Vila do Rio Grande após a fuga dos espanhóis a partir do ataque desfechado em primeiro de abril de 1776. Encerrava um período de treze anos de ocupação espanhola da margem sul da Barra do Rio Grande e do controle dos campos da Vacaria Del Mar. A Vila do Rio Grande, instalada em 1751 nos quadros da Coroa Portuguesa, não recebeu benfeitorias civis durante a presença espanhola restringindo-se a uma praça militarizada cercada de baterias e fortes, contando com a presença de mais de dois mil militares. A população civil luso-açoriana foi deslocada para as imediações da Vila, a fim de não representar uma presença perigosa promotora de sublevações e um processo colonizatório civil não foi implementado pelas forças de ocupação.

Souza veio a Rio Grande como cirurgião-mor do Primeiro Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro (atuando nas operações militares no Sul entre dezembro de 1773 a dezembro de 1777, quando retorna ao Rio de Janeiro com o Regimento). Além do relato das atividades militares ele teve um aguçado olhar sobre os cenários culturais e humanos que presenciou. É o autor de uma detalhada aquarela que mostra prédios da Vila do Rio Grande em 1776. Seus escritos trazem de forma pioneira, várias palavras utilizadas pela população açoriana e portuguesa desta região. Estes registros antecedem em 10 anos os do Diário do engenheiro José de Saldanha na região de Santa Maria. Os manuscritos foram publicados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1979: o primeiro narra as atividades militares e correlatas pela reconquista da Vila do Rio Grande; o segundo traz um aguçado olhar sobre os moradores da Restinga de São José do Norte e da Restinga do Rio Grande, em observações culturais e linguísticas pioneiros na região.

Descrição à Viagem do Rio Grande... ano 1777, pelo cirurgião-mor Francisco Ferreira de Souza³⁸.

Em vinte e seis de dezembro de 1773 deu o primeiro Regimento do Rio as boas festas aos amigos com seus pesares, por se apartarem uns das suas casas, outros dos seus divertimentos e outros das suas famílias e suposto que adoçava este retiro virmos na honrosa companhia do senhor Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, Comandante das Tropas do Sul, pelo seu bom gênio amável, pelas suas virtudes apetecido e pelo ilustre do seu nascimento, respeitado, contudo, o amor da Pátria tem um direito natural sobre as nossas inclinações e seus sentimentos, o que a alma não repugna. (...) No dia dito depois de jantar a tempo que o Regimento se achava pronto no trem em companhia do Esquadrão, nós embarcamos para este Rio Grande e por que já tínhamos abraçado aos amigos, levantamos bandeiras brancas na figura de lenços; e com estes acenos demos nestes sinais aos amigos, aos parentes e as inclinações, os últimos a Deus; da nossa despedida, uns disfarçavam o choro com sorriso e outros com sorriso na boca choravam. Embarcados nas grandes barcas, parece que até as saudades lhes fazia peso; porque as barcas e os embarcados lhes custou a viagem para bordo. (...) No dia quatro de janeiro de 1774 chegamos a Vila de Santa Catarina e metidos todos nós em lanchas uns, em botes outros, saltamos em um destroncado trapiche e suposto que fomos bem recebidos, fomos porém mal hospedados; a terra é pobre, o terreno é montanhoso, é mais abundante de pescado, que de carnes; a Vila está situada em uma meia lomba, as casas mal construídas e os montes quase desertos; plantam pouco e são incertos na cultura, porque aqueles mesmos que um ano plantam o milho, o feijão e a mandioca, no outro cultivam a couve, o cebolinho e juntamente criam dois capados, seis galinhas; encurralam um boi e duas vacas

³⁸ *Anais do Simpósio Comemorativo de Restauração do Rio Grande*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1979, vol. 3.

de cujo leite se sustentam. Saímos de Santa Catarina a 11 de janeiro e chegamos a Laguna no dia 14 por causa dos contrários ventos, foi esta viagem (que é de 12 horas) dilatada; a entrada para este lugar é quando pode ser arriscada, pelo tortuoso Canal da Barra; os mares por causa dos furiosos ventos e dos baixios imediatos do canal, além de soberbos, são muito levantados e as águas quanto pode ser são turvas; a primeira vista de sítio por mar é agradável; porém dentro é fúnebre, triste e melancólico; é muito abundante de pescado, porém a sua maior fartura é de tainhas; a terra é pobre e de lagoas só tem três de mascatarias; está situada em um pântano e é muito combatida de ventos; os que mais reinam são Norte e Sul; as casas logram a natureza de seus habitantes, porque são todas baixas, a melhor e mais alta é a cadeia (talvez porque alguns indivíduos que saem desta casa o vão por de alto), que me obrigou a ajuizar de que este país nos seus primeiros tempos seria o refúgio de facinorosos, coutos dos maus e aposento dos perversos; saímos da Laguna para Garopaba a 18 de janeiro por um terreno arenoso, áspero e impraticável, faltos de águas e estéril, por uma lagoa se vai também da Laguna a Garopaba e este nome de Laguna toma desta lagoa. (...) *Acima de Tramandaí* bate o mar tão furioso, tão violento e tão impetuoso sobre estas desertas praias (tudo por causa de um dilatado baixio, que entra da praia para o mar grosso um quarto de légua pouco mais ou menos, desde as praias de Garopaba até a barra Fronteira do Rio Grande) que os peixes que procuram a terra, as águas os lança a praia. (...) Cinco horas da manhã do outro dia seriam, quando movidas as nossas casas e as vontades obrigadas nos pusemos em jornada e pernoitamos na chamada Vila de Mostardas; consta a dita Vila de uma pequena casa de telha (que é a Capela), uma casa de palha que é a do vigário e outra mais que é a de um peão que tudo para mim é uma palhada. De Mostardas passamos a abarracar na Estância do Tavares. Desta, no dia seguinte, viemos há outro dia a pousar a Capão Comprido; nesse lugar depois de meia noite se tocou rebate falso, a prontidão com que a tropa se a-

chou nos seus respectivos lugares deu prova da obediência, prontidão e atividade com que se empregam no Real Serviço.

Do Capão Comprido no outro dia viemos a pernoitar no Bujurú. No dia seguinte se abarracou a tropa no Capão do Meio e deste no outro dia tomamos por pouso a Freguesia do Estreito, aonde pelas seis horas da tarde nos vimos bem apertados de uma rigorosa chuva de pedras, um tremendo furacão de vento e uma bem furiosa e tremenda trovoadas; as barracas que já estavam levantadas caíram umas e se rasgaram outras; procuramos todos a capela a pedir a Deus misericórdia; tem este lugar a denominação de Estreito, por mediar pouco campo entre uma Lagoa que fica a um lado e o mar grosso do outro. E no dia que se seguia o Sol já sobre os horizontes se deixava ver, nos pusemos em via para a Estância do Tesoureiro e aí descansamos um dia, enquanto a tropa limpava as armas e lavava cada um a sua roupa. No dia dezesseis de fevereiro nos pusemos a caminho para o norte do sul (este Norte não tem Estrela) Fronteira do Rio Grande e como chegamos a ela pelo meio dia em jejum, já trazíamos dois pratos de guisados no corpo, um bom asado do sol e outro ensopado de suor. Todo o campo desde a primeira estância até o Norte (Fronteira do Rio Grande) é arenoso, abundante de peixe por causa de dilatadas lagoas que o cerca. O Norte está estabelecido entre vagantes e dilatados combros e da mesma maneira o Rio Grande; todas as casas deste país estão firmadas sobre areias, as paredes das casas são de lama e os reboques de bosta, com capim por cobertura. Os campos produzem algum trigo; as bestas muares e o gado cornífero tem sua produção; cavalos bons são raros, o comum deles são maus; é superabundante o terreno de infinita mosca, pulgas e bichos (não só dos que entram nos pés, como também de onças e tigres) de cachorros e ratos tão pequenos como de estranhável grandeza (finíssimos ladrões pois carregam para suas cavernas ceroulas, camisas e meias, cuja roupa se tem desenterrado das subterrâneas cavas).

O país é inconstante, desagradável, terrível e insuportável sendo a maior razão a variedade das estações; em todos os países do mundo

são numerados os dias maus e neste são sem número, pois por raridade se contam dois, três até quatro dias bons em um mês: as histórias nos dão relação de dias tormentosos neste país se enchem os algarismos na continuação de tormentas, porque troveja ou chove (algumas vezes tudo ao mesmo tempo) 3, 5, 7, 15 dias e da mesma maneira venta. As casas deste Norte são irregulares e imperfeitas. Os naturais (não todos porém, o comum) tem a mesma natureza do país, é gente ingrata, porca, desagradecida, preguiçosa e ambiciosa; os que tem quatro cavalos, quarenta ou cinquenta vacas (por ser o gado barato) tem o seu equivalente e em cultivar a terra não cuidam: laçar, andar a cavalo, correr, fazer parêlas e arrear, é o destino em que se empregam. Os Ilhéus são os que (por ambiciosos) mais trabalham, que por reduzirem a dinheiro toda a produção da terra e víveres, se sustentam de feijão e abóbora, os vestidos não passam de um ponche, uma camisa grossa e descalços (posto que alguns não deixam de andarem mal calçados) brutaemente passam, brutaemente vivem e brutaemente morrem; as camas constam de um couro e um ponche por abusarem dos lençóis.

Depois de padecermos por algum tempo faltas de sal e de farinhas (logo no primeiro ano) pelo mês de novembro aos 28 do dito chegaram embarcações a Barra (deste Rio Grande) tão abundantes de munício que até hoje não tem havido falta. Os espanhóis fizeram algum fogo as nossas embarcações do seu Forte da Barra e porque observaram que os tiros por elevação eram infrutíferos, suspenderam o desígnio, porém passado algum tempo tornaram ao *sicut erat in principio* como porém, aos seus tiros se havia de corresponder do nosso Forte, experimentaram um tão cruel fogo, que Forte, cortina e qual se demoliu e os espanhóis o forte desampararam. Depois desta ação construíram mais dois Fortes os Espanhóis e nós fizemos o mesmo.

No dia 13 de janeiro de 1775 chegou a Fronteira do Rio Grande o Ilmo. e Exmo. Snr. General em chefe acompanhando o Esquadrão do Ilmo. Exmo. Sr. Marques V. Rey. Em quatro de fevereiro chegaram as Companhias de Moura e Bragança. Em 7 o Parque; em 14 o Regimento

de Chichorro e se abarracarão todos por falta de quartéis imediatos a nós nesta Fronteira. No dia 16 de março chegaram 3 embarcações Reiunas com quatro sumacas de negócio e o amanhecer no dia 18, em razão das continuadas tormentas, deram três a costa para a parte do espanhol com a gente da tripulação salva e uma que ficou das quatro se recolheu para o nosso Lagamar (que é uma meia enseada da Barra para dentro onde as nossas embarcações se ancoram antes de estarmos de posse do Rio Grande).

No dia quatro de abril entraram as nossas embarcações pelo canal acima todas empavesadas, vindo do mar de Guerra Jorge Aldecastre; e o espanhol dos seus fortes nos fizeram muito fogo e das embarcações e dos nossos fortes experimentaram o mesmo, contudo porém entraram sem que perigasse alguém.

Em 15 de abril do dito mês meteram os espanhóis por este rio acima cinco embarcações (das quais uma pegou no banco da Barra e se perdeu) dos nossos fortes se lhe fez fogo bem violento; contudo porém entraram como as nossas, a tempo que o Ilmo. e Exmo. Sr. General em chefe já se achava abarracado no Campo de João da Cunha, com os Regimentos de Chichorro, Bragança e Moura e juntamente o Parque.

Em 19 de fevereiro de 1776 pelas 5 horas e meia da manhã, apareceram nesta Barra do Rio Grande 9 embarcações a vela e fazendo sinal a Capitania com bandeira azul no mastro de proa, encarnada no da ré e branca zarpada no mastro grande, foram subindo pelo Rio acima, e depois de passarem o banco deram todas fundo em distância de meia légua para dentro: os espanhóis botaram bandeira no seu Forte da Barra e nas embarcações atravessando estas no meio do Canal e no mesmo alinhamento em que sempre se tinham conservado: o Nau S. Antônio que ficou de fora se fez imediatamente a vela no bordo do mar. O chefe da esquadra veio ao nosso Forte Português do Lagamar, trazendo consigo as lanchas dos navios da sua Esquadra, as quais se recolheram no Lagamar e o dito chefe voltou para bordo depois de falar com S. Exa. que se achava no dito Forte do Lagamar. O chefe

se passou imediatamente a bordo da chalupa (embarcação de um só pau) largando o comando do seu navio Graça ao Capitão Tenente Federico Hesemberg; e refrescando o vento su-sudeste pelas onze horas da manhã se fizeram todas as embarcações a vela e até a uma da tarde velejaram dando fundo defronte da boca do Lagamar e já a curto tiro da Artilharia do Forte espanhol; sendo o mais motivo de se embarçar o gurupés da Capitania com a Sumaca N. Senhora do Monte, na qual fez um rombo com a unha da âncora na proa, vendo-se as mais obrigadas a esperar pelas ditas, e isto já debaixo das baterias espanholas; sucedeu ao mesmo tempo pegar a fragatinha Glória e a corveta Penha, a primeira perto do baixio de fora e a segunda na ponta do Lagamar (...).

Entramos no dia 8 de abril pela vila do Rio Grande de S. Pedro, dentro da qual achamos cento e trinta e uma casas, das quais 14 de telha e as mais tem a mesma natureza das do Norte (Fronteira do Rio Grande).

Os espanhóis as conservaram como quem não esperavam habitar nelas, por que além de estarem inclinadas a retaguarda umas, estavam outras caídas a vanguarda, tão mal empalhadas, tão mal escoradas, tão velhas e tão caducas, que a força de muletas se conservavam em pé. As que os espanhóis tinham construído, estavam às paredes tão intercaladas de ossos e de lama, que com bem pouca chuva mais pareciam extravagantes esqueletos, que quartéis que davam a ossada. É memorável o insuportável lixo que conservavam os espanhóis nas casas, de cujo corpo exalava um ar tão corrupto, que além de se fazer insuportável, de fato produziu uma geral diarreia, sendo a maior razão, o pouco asseio dos mesmos espanhóis.

Dentro da Vila se conservou a tropa na continuada obrigação militar até o dia 4 de junho, em que destacou para o Povo Novo o Regimento de Chichorro.

No dia 5 de novembro destacou o Regimento de Moura e no dia 7 o Primeiro Regimento do Rio, ambos para o arroio do Pau.

No dia sete ao romper do dia (posto o Regimento em forma com duas peças de campanha) em companhia do Sr. Coronel Manoel Nunes Teixeira Henrique da Silva, deixando a Vila, se encaminharão todos para o Arroio do Pau, onde se achava abarracado o Regimento de Moura e na esquerda dele nos abarracamos. Seriam duas horas do dia quando lá chegamos, bem cansados uns e bem suados outros, pois o sol desse dia tinha produzido um bem intenso calor.

Em um bem excelente campo se abarracou não só o Regimento de Moura, como também o Primeiro Regimento do Rio, pois a este circulava dois arroios, donde no mais intenso calor, sombra de desfolhados e antigos troncos carcomidos entre copados e desconhecidos arbustos, lográvamos a mais fresca e a mais bela sombra, onde cada um divertia suas considerações, seus sentimentos e seus pesares.

Dava pasto ao espírito a diversa natureza dos gênios, que neste retiro se achavam, por cujo princípio se fazia agradável este acampamento, porque uns inclinando-se ao jogo das cartas se divertiam no reverzine; e porque muitas vezes se sacava o valete, repunha o bolo, o que tinha o cavalo de copas, que com estes pinotes dava suas quedas à algibeira; outros, que se inclinavam ao jogo da manilha caíam muitas vezes na burrada e a força dos seus coices pagavam dez; muito se divertiam no campo da glória e passavam todo o tempo em riso, pela felicidade do dado uns saltavam a ponte, outro logo voavam e os mais infelizes se metiam na cadeia, que para sair dela pagavam duas vezes, uns porque passavam o pássaro lá se introduziam na estalagem, outros porque chegavam ao caranguejo, tornavam para trás; aqui o riso era incessante, alguns caíram no poço e ficaram qual caçamba sem corda, outros passando o pássaro, se adiantaram tanto que ficaram na barca e caído qual outro Ícaro nas águas, acharam-se na morte, onde por fim aí ficaram; alguns tiveram sua pena no purgatório, outros que escaparam dele, subiram a Glória, onde logrando o bolo se concluíu o jogo; nada se oferecia nestes mesmos trabalhos, que não convertessem em divertimento, ainda quando se nos representavam diversos ranchos, uns com o saltério lá toavam o mais peregrino e saudoso minueto,

outros com a viola a modinha nova, o curioso com o seu livro francês nos dava notícias, o moderno com o livro italiano recitava a boa ópera, pois até o tolo com as suas asneiras tinha lugar as suas parvoíces, porque uma eram jocosas, outras engraçadas e outras discretas.

Neste estado de incerteza em que vive um militar, veio por ordem para que nos retirássemos para o Forte da Barra do Rio Grande e logo nesse mesmo dia pelas 9 horas da manhã saiu do abarracamento a Companhia de Granadeiros do Primeiro Regimento e às três horas da tarde um subalterno, dois oficiais inferiores e setenta soldados se puseram em marcha, e se dirigiram ao dito Forte, onde se achava o Regimento de Bragança

O Sr. Coronel (hoje Brigadeiro) que se achava destacado nesta Barra do Rio Grande o Sr. Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara se passou com o Regimento (menos a Companhia dos Granadeiros, que se achava destacada no Forte da Vila) para o norte da Fronteira do Rio Grande e se abarracar no Guarda Mor.

No dia cinco de dezembro saiu o Primeiro Regimento do arroio do Pau (menos as duas Companhias que já se tinham antecipado) por uns desertos campos, sem barracas, para a Barra do Rio Grande e sem mais mantimentos, que dois pratos de farinha e se pondo a tropa em marcha nos fomos prolongando por um tão cruel campo, tão áspero, tão desabrido e tão inundado, que a tropa que ia de pé passava os charcos com água até os peitos, com as armas e com as patronas a cabeça; e com uma tolerância risonha tomaram esta jornada como por divertimento de seus males, sem sentimentos e dureza do espírito, além do pouco carretame que se deu para condução da tropa, que obrigou a muitos soldados, que unidos alugassem carretas para conduzir a palamenta, pois se fazia duro, impraticável e penoso, com tão intenso calor (como do meio dia para a tarde) caminha um soldado, com um machado, uma machadinha, uma pá, uma picareta e uma marmita, por uns campos incultos, silvestres e espinhosos, descalços, e viemos a pernoitas na Estância da Mangueira, onde passaram a noite, não só os oficiais, com também os soldados deitados no campo

sem mais outro colchão que a terra, sem mais outra cobertura que o céu e sem mais mantimentos que a farinha, a qual já estava toda ensopada pela lama (sem dúvida desnecessária) que só comeu quem trouxe alforje, e foi esta a primeira vez em que os vi de lã preta.

Ao amanhecer do dia seguinte em jejum não só os oficiais, como igualmente os soldados, nos pusemos em jornada e seguindo viagem pelo campo com a natureza do dia antecedente, chegamos a Barra do Rio Grande pelas duas horas da tarde (na quadra mais quente do ano) onde nos aquartelamos dentro de duas cabanas em toda a sua construção, neste retiro que tem de distância da Vila e léguas, estamos como incomunicáveis, porque, os mesmo que nos vemos hoje, são os mesmos que nos visitamos amanhã; aqui estamos sofrendo os rigorosos calores da estação mais quente e os mais insuportáveis ventos da sua quadra, que quando são furiosos, até nos priva do sustento, porque, pondo-se o mar levantado, as soberbas ondas encapeladas, tanto embaraça vir a carne, como se fazer a pescaria.

É indizível a tolerância das estações (as mais insuportáveis) debaixo de barracas; o sofrimento (o mais humilde) na falta de mantimentos e necessários; a sujeição (a mais pronta, a mais cega e a mais obediente) na continuação de excessivos trabalhos, que suportou o Primeiro Regimento do Rio, em uma praia deserta, por dez meses uns e por um ano outros, em continuada faxina, rotos, nus e descalços, na construção de três fortes, o da Barra, Pontal e outro mais (São Jorge) em cujo tempo desde o mês de junho (do primeiro ano) até o mês de novembro temperaram o comer com água salgada (Por falta de sal que a tropa se o queria comprova por um exorbitantíssimo preço à sua custa) e sustentaram-se por tempo de 3 meses de carne cozida, com carne assada, servindo e suprimindo esta a falta de farinha ou pão, sem que nenhum se queixasse, antes todos se faziam ver aos superiores alegres, constantes e satisfeitos; os que estavam fora deste emprego trabalhavam, no mais calamitoso inverno, em cortas capim para se cobrir um novo hospital, que de novo se levantava, de cujo serviço saíram alguns tão enfermos que pereceram, ao que se opôs o cirurgião-mor

do Primeiro Regimento (a quem tocava a inspeção desta tropa e toda a mais que havia) com requerimentos a tão letífero serviço; pois nenhum outro Regimento tem sido mais tencionado, com faxinas, mais constrangido, em cortes de madeira, mais trabalhado em outros mais empregos; por cuja razão todo o louvor e todo o agradecimento, é limitado a tão robusta tropa, tão obediente e tão constante, *non solum ventatem, sed magis, atque magis*.

Descrição à Viagem do Rio Grande... ano 1777, pelo cirurgião-mor Francisco Ferreira de Souza (segunda parte)³⁹.

Como a maior parte dos habitantes deste continente são insulanos ou ilhéus, os termos, os costumes, os vestuários são grosseiros e pela mesma ordem de grosseria criam seus filhos.

Esta notícia que relato não é com a intenção de satirizar costumes menos polidos de sua gente grosseira, que não tem obrigação de ser civilizada. E sim querer dar uma exata notícia, como também temos de outros países incultos.

Primeiro vestuário com que as mulheres vão ao templo são mantéu e saia. Os homens, o seu uso comum é andarem em vestia, poucos de capote e os mais usam de um pano aberto pelo meio, a que chamam poncho, pela qual abertura metem a cabeça e também lhes serve de cobertor na cama ou xale.

Usam mais os homens de bota de pano grosso ou picote, com os pés descalços, esporas grandes e chapéus da mesma natureza, com uma fita de cor ou preta e rodeada a capa.

As mulheres são muito grosseira (como também os homens) trazem as camisas mui sujas e de ordinário de estopa posto que poucas

³⁹ *Anais do Simpósio Comemorativo de Restauração do Rio Grande*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1979, vol. 3. Reproduzido pro Abeillard Barreto do Manuscrito da Biblioteca Eborense.

de linho grosso; os corpos são mui mal feitos, só sabem falar de éguas, potrancas, cavalos, laço, bois e bolas.

As saias são de baeta e por sapatos (calçam) tamancos, por cuja razão tem os pés disformes e grandes, os dedos mal compostos, suposto que os das mãos são também grosseiros e as unhas muito sujas.

Tanto os homens, como as mulheres, tem grande paixão pelo tabaco, como igualmente por uma erva chamada mate, da qual usam dela grosseiramente pisada em um porongo, ou cuia com esta bebida por almoço além de mais que dela usam em todo o dia.

Os meninos logo de tenra idade aprendem a laçar cachorros, quando maiores terneiro e quando homens potros, potrancas, éguas, cavalos, quer domésticos quer xucros.

A ler e escrever se não empregam, pois todo o destino é laçar, é arrear e bolear.

Os naturais descendentes dos europeus são civilizados, atentos e briosos, as mulheres são compostas e honestas, trajam à maneira das cidades polidas, são claras, com cabelos louros, faces rubicundas, bem falantes e asseadas”.

O PORTO DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL: AS POTENCIALIDADES ECONÔMICAS DA COLÔNIA

Desde o século XVII, ganhando ainda mais corpo a partir da centúria seguinte, foram diversas as narrativas de cronistas descrevendo alguns aspectos e/ou acerca das potencialidades das terras gaúchas como possível espaço para a colonização. Dentre elas, podem ser destacadas as dos padres Jerônimo Rodrigues (1605-7), Antônio Vieira (1626), Luís Pessoa (1658) e Simão de Vasconcelos (1663), as quais se somaram as de Manuel Jordão da Silva (1698), Domingos da Filgueira (1703), Francisco Ribeiro (1704), Manuel Gonçalves de Aguiar (1721) e Francisco de Brito Peixoto (1725), isto para referenciar as que antecederam a ocupação efetiva lusa a partir de 1737.

Tais crônicas apontavam o Rio Grande do Sul como um lugar de significativa viabilidade para o projeto colonial, havendo tanto atrativos de ordem econômica quanto utilidade estratégica em relação ao projeto platino português. A partir da fundação do Rio Grande, em fevereiro de 1737, desencadeando a colonização sulina em nome da Coroa lusitana, as narrativas avolumaram-se, notadamente as da lavra dos portugueses que assumiam seus direitos sobre a região. Entretanto, cronistas de outras nacionalidades também descreveram aquele

território sul-brasileiro e as primeiras vivências dos novos colonizadores, durante as etapas da formação e afirmação da colônia, passando pela crise da invasão hispânica e o esforço pela reconquista, até a consolidação definitiva da posse lusitana. Um destes cronistas foi o Conde de Liniers, que apresentou um relato sobre o contexto rio-grandense-do-sul já ao final do século XVIII.

O Conde Jacques-Louis Henri de Liniers⁴⁰ foi um nobre francês que atuou intensamente nas cortes de seu país e das duas nações ibéricas, bem como nas possessões coloniais hispânica e lusa. Suas atividades em tais lugares advinham do intrincado momento nas relações internacionais daquela virada do século XVIII para o XX, agitadas a partir da Revolução Francesa e as transformações a partir dela desencadeadas. Na França chegou a ser nomeado coronel do exército, embora sem atuações no campo militar. A partir da deflagração revolucionária, viajou pela Europa, inclusive para a Espanha, de onde viria para o continente americano. Intentou vários empreendimentos comerciais e industriais, sem maior sucesso, perdendo, inclusive parte da riqueza de origem familiar.

Considerado como um verdadeiro aventureiro, o nobre francês foi um admirador de Napoleão, a quem procurou servir em várias oportunidades. Veio em fins dos Setecentos para Buenos Aires, recomendado para estabelecer uma fábrica de gelatina e pastilhas de carne no Rio da Prata. Em 1790, era coronel a serviço da Espanha e foi enviado a Lisboa para estabelecer contatos com a política portuguesa, dadas suas relações com Rodrigo de Sousa Coutinho, político e diplomata de marcante atuação junto à Coroa lusa, na época do processo histórico que levaria à transmigração da Família Real para o Brasil e com o qual Liniers manteve profícuas conversações.

⁴⁰ Informações sobre o personagem obtidas a partir de: BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-rio-grandense (a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul)*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultural, 1976. v. 2. p. 826-827.

Seu irmão ocupou importantes cargos na administração colonial hispânica na América e, quando transferida a corte lusitana para o Rio de Janeiro, articulou espionagens a serviço daquele, principalmente com relação às aspirações de Carlota Joaquina em relação ao governo do Vice-Reino do Prata, em plena agitação da era napoleônica. Liniers dedicou-se ao contrabando, ao tráfico negreiro e a tudo quanto pudesse significar-lhe resultados pecuniários, mas possuía ideias lúcidas sobre o comércio, a indústria e a política de então. Elaborou uma memória sobre o governo, comércio e plano de defesa do Vice-Reino do Prata. Teceu algumas considerações sobre a importância do Porto de Maldonado e a probabilidade de uma tentativa inglesa contra tal divisão administrativa hispânica, prevendo os meios de defesa. E chegou a trabalhar junto ao governo francês em um plano de ataque contra o Brasil, para tanto, sugeria como solução alternativa atacar o Rio Grande, desde Maldonado, estabelecendo uma colônia francesa que fosse desde o Porto de São Pedro a outro mais ao norte, estendendo-se a oeste até Mato Grosso, em uma profundidade de 300 léguas.

A respeito das terras gaúchas, Liniers apresentou, em 1798, uma *Memória sobre o Porto de S. Pedro do Rio Grande do Sul*⁴¹, dedicada exatamente ao político português de suas relações, Rodrigo de Sousa Coutinho. Em tal Memória, o nobre francês apontava para as potencialidades econômicas e estratégicas do Rio Grande, em especial nas relações com os planos lusos no Prata. Seus projetos econômicos estavam vinculados fundamentalmente à pecuária, mas também à agricultura, à indústria e ao extrativismo. Buscava demonstrar um amplo conhecimento de causa, afirmando que tinha significativa experiência para administrar um empreendimento colonial.

Intentando demonstrar suas convicções em relação ao projeto, Liniers chegava a ventilar a possibilidade de deslocamento definitivo, levando a família e empregando suas posses na região sulina. Para

⁴¹ LINIERS, Conde de. *Memória sobre o Porto de S. Pedro do Rio Grande do Sul* – 1798. In: *Boletim do Centro Rio-Grandense de Estudos Históricos*. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense. v. 3. p. 3-7.

levar em frente as atividades planeadas solicitava concessões como a naturalização, a manutenção de seu cargo de coronel, uma casa conveniente e instrumentos para estabelecer suas iniciativas fabris. Propunha-se a amealhar mão-de-obra qualificada para atuar no Rio Grande, imaginando que a nova colônia poderia vir a constituir-se em uma exportadora de sabão. Apontava para todas as possibilidades de exploração que o gado poderia proporcionar e considerava que suas ideias, uma vez concretizadas, poderiam ser lucrativas para a Coroa e facilitariam a fixação humana no povoado. Ainda que não tenha conseguido a execução de seus planos, os registros do nobre francês davam uma perspectiva clara das potencialidades sul-rio-grandenses que já anunciavam um processo que se consolidaria no século seguinte, com a transformação do Porto do Rio Grande no principal entreposto comercial da produção pecuário-charqueadora sulina. A Memória da lavra de Liniers encontra-se transcrita na sequência.

O Estabelecimento do Rio Grande deve interessar Portugal pelo dobro do respeito de ser uma colônia cujas produções são essenciais às necessidades da metrópole, e por ser a sua posição mui importante em política, como limítrofe das possessões espanholas sobre o Rio da Prata.

As produções que dali se podem tirar em abundância e com pouca demora são couros, sabão, linho, cânhamo, lãs, tabuletas de caldo e carnes salgadas. Podem estabelecer alguns engenhos de açúcar a um grau ao norte do Rio; enfim também ali se pode fabricar biscoitos de mar, que dura muitos anos, e que não custaria mais de 2.800 até 3.200 reis o quintal. A pesca da baleia e do lobo marinho deveria ser animada e é notável que as nações do norte da Europa e da América venham a estas regiões do sul exercer este ramo de indústria tão desprezado pelos legítimos proprietários destas paragens.

Os espanhóis por um prejuízo absurdo não fazem uso dos jumentos, do que resulta que estes animais (excessivamente multiplicados) se vendem a um preço tão baixo que o seu couro preparado viria a custar pouco mais de dois tostões; dizem ser o couro dos jumentos sujeito a

avariar-se no mar, porém este inconveniente se poderia prevenir, curtindo o couro na América; esta precaução seria também vantajosa a todas as outras espécies de pele, porque os couros curtidos não são sujeitos a serem comidos pelos insetos, ocupam um espaço três vezes menor e diminuem de peso na mesma proporção.

O sabão de muito boa qualidade pode vir a ser nesta colônia um ramo interessante das rendas reais, pois que o governo pode comprá-lo na América a razão de 65 réis o arrátel, as pequenas embarcações da Marinha Real o transportariam para o Rio de Janeiro, de onde poderia ser conduzido para a Europa sobre naus de Sua Majestade ou sobre navios mercantes e, neste último caso, pagando Sua Majestade o frete a razão de dez mil réis o tonel, o sabão viria a custar na Europa a 70 réis o arrátel, do que se vê que se vendendo ao público a seis vinténs (que é o preço dos contrabandistas) chegar-se-ia por uma parte a aniquilar-se o contrabando sobre este objeto, e por outra o governo ganharia pelo menos meio tostão em cada arrátel; e em consequência destes princípios (e da consumação aparente do sabão no Reino) o Estado ganharia sobre este artigo uma renda de um milhão de cruzados e os vassalos seriam aliviados de um cêntimo sobre o preço atual do sabão.

A utilidade do linho-cânhamo está tão demonstrada que é supérfluo dizer coisa alguma sobre este artigo; observarei somente que este gênero poderia também fazer parte das rendas reais por ser útil à marinha mercante e, deste modo, ganhar o desembolso da sua própria consumação; e, no caso de ficar ainda algum resto, haveria certeza de lhe dar boa saída na Espanha, porque esta última potência compra anualmente 37 milhões de reais (3.700.000 cruzados) de linho-cânhamo ao estrangeiro.

As carnes podem ser salgadas de três modos; as carnes em salmoura; salgadas secas e carnes fumegadas; os espanhóis não sabem fazer senão as salgadas secas; para os outros modos de salgar a carne seria necessário fazer vir oficiais da Irlanda e de Hamburgo; as salgas secas são de um grande gasto em todas as Ilhas das Antilhas.

V. Exa. conhece as tabuletas comuns de caldo, que eu fabriquei na América; as que lhe foram apresentadas eram feitas havia mais de dois anos, e estiveram cinco meses no mar. Eu fico por fiador de que elas duraram cinco anos, e poderei vendê-las ao governo a seis tostões o arrátel, se Sua Majestade quiser comprar-me todas as que eu puder fabricar em cinco anos. As tabuletas inglesas se vendem a dez xelins a libra, elas são menos substanciais porque são adulteradas pela goma de peixe e, além disso, são feitas da pior qualidade de carnes, assim o rebate é quase de dois terços e na verdade o governo poderia também nesta parte ganhar o seu consumo, fazendo vender no estrangeiro pela via dos cônsules o resto destas tabuletas com benefício de metade.

As lãs são de um comprimento e de uma elasticidade notável nesta região da América, e os carneiros estão ali tão prodigiosamente multiplicados, e conseqüentemente são tão baratos, que algum cuidado sobre estes animais, e principalmente tendo cautela de os tosquiarem todos os anos, e de lavar os carneiros no tempo da tosquia bastariam para elevar este ramo de exportação ao mais alto grau de prosperidade.

O artigo do biscoito dependeria do estado da agricultura nos arredores do Rio Grande; quando ao padeiro que o fabrica, ele reside em Buenos Aires, e eu faria diligência com que ele viesse ao Rio Grande.

V. Exa. pode ver que, exceto este último artigo e o do linho-cânhamo, todos os outros vêm de uma mesma origem que é a abundância dos gados; porque as suas peles fornecem couros e lãs; a sua carne, as salgas e as tabuletas de caldo; e a sua gordura, o sabão; nada aqui há que seja especulativo ou exagerado, e operações bem dirigidas podem consideravelmente aumentar as rendas do Estado e os bens dos particulares. O governo não necessita fazer grandes adiantamentos de dinheiro; esta colônia, vindo a ser rica, populosa e forte, formará uma barreira muito necessária na época pouco distante da subversão das colônias espanholas e seria então, nesta época, que eu servirei de maior utilidade a Portugal.

Há bastante tempo que eu me aplico ao estudo e a reflexão sobre os interesses do comércio e sobre os meios da prosperidade das colônias.

O ministério francês tinha concebido grandes esperanças dos meus conhecimentos nesta parte, quando quis confiar-me o cuidado de reparar três tentativas infrutuosas que se tinham feito no estabelecimento de uma colônia em Madagascar, e eu estava destinado a conduzir e a dirigir uma grande povoação para esta ilha, e para as Ilhas Comores, em consequência de um plano que eu fiz adotar, quando a revolução veio deitar por terra a um tempo a este projeto e à monarquia.

A experiência e os conhecimentos locais retificaram depois as minhas ideias, e iluminaram a minha teoria, e é nestas circunstâncias (e sem pedir coisa alguma exclusiva) que eu ofereço o consagrar os meus bens e a minha existência ao serviço de Sua Majestade Fidelíssima.

Tive a honra de dizer à V. Exa. que logo que eu tivesse a decisão do soberano e a admissão do que eu proponho, a minha intenção era chamar para cá minha família, e de transportar para aqui os capitães que nos restam, e que podem montar a cem mil cruzados. Creio não poder dar uma melhor prova da minha lealdade, e do meu desejo de obrar bem, que pondo nas mãos do governo tudo o que tenho de mais precioso no mundo, minha mulher, meus filhos, e os restos da minha fortuna. . . porém, para assegurar a minha sorte e de por-me no caso de servir bem ao Estado (sem sacrificar, nem desprezar a minha fortuna) suplico à V. Exa. de me obter de Sua Majestade as concessões seguintes:

1º - A naturalização; 2º - a agregação das tropas das colônias, ou da marinha de Sua Majestade ao posto de coronel que tinha na França, e que tenho na Espanha; 3º - não pedindo privilégio exclusivo, nem fundos para os diferentes Estabelecimentos que vou formar, suplico à Sua Majestade de me querer dar uma pensão anual de cinco mil cruzados; esta soma é o equivalente do ordenado de um coronel espanhol na América, e é, além disso, o juro vitalício a cinco por cento dos capitais que trago da França e de Portugal.

As minhas funções no Rio Grande devendo ser as de um diretor de colônia e, por assim dizer, de um chefe de oficina em grande seria necessário que Sua Majestade me fizesse dar uma casa conveniente,

e abastecida dos instrumentos necessários para estabelecer no mesmo lugar uma fábrica de sabão, e outra de tabuletas de caldo, esta última teria o título de Fábrica Real; a propriedade pertenceria à Sua Majestade e serviria de modelo às construções de outras do mesmo gênero, que os particulares pudessem fazer. Os instrumentos aqui debaixo da minha direção, que seriam depois facilmente imitados pelos oficiais do Rio de Janeiro, ou do Rio Grande.

O mesmo navio que me transportar para a América poderia transportar também quatro camponeses inteligentes na cultura do linho-cânhamo, além de dois curtidores ingleses. Estes dois oficiais seriam soldados pelo governo até o tempo em que eu pudesse estabelecê-los sobre o terreno (que V. Exa. me disse que me seria concedido) e esta concessão, em que eu pretendo reunir todos os gêneros de exploração, de que o país é suscetível, serviria, assim, como fábrica, de modelo aos habitantes do país.

Tive a honra de dizer à V. Exa. que todos os oficiais de que me servia em Buenos Aires eram portugueses transportados da Colônia do Santíssimo Sacramento ou do seu território: eu tenho quase uma certeza de os poder desinquietar em grande parte, assim como de fazer vir num grande número de artífices que vegetam na colônia espanhola, por pouco que o governo me ajude; estas gentes formarão uma coleção interessante para o novo Estabelecimento.

Quanto aos colonos emigrantes da Ilha de França, Portugal jamais poderia fazer uma aquisição mais preciosa do que esta, porque além de trazerem consigo grossos cabedais, eles nos procurariam também as produções as mais preciosas, quais, as plantas de todas as árvores de especiaria e as canas de açúcar de uma beleza, de um produto muito acima do que nós conhecemos neste gênero; eles trazem consigo os seus escravos escolhidos e, particularmente, os seus chefes de oficina de todas as profissões, que são, por todas as razões, as gentes as mais consideráveis da colônia da Ilha de França. Não pedem senão terreno e naturalização; e não emigram, senão para assegurar a sua tranquilidade e poder professar sossegadamente a religião católica.

Duas famílias chegaram já a Montevideu, e não esperam para fazer vir os seus parentes e amigos, senão o sucesso da negociação de que eu estou encarregado da sua parte junto da Corte da Espanha. Um dos chefes das duas famílias que estão em Montevideu, Mr. Ogorman, se encarregaria das salgas, e com ele faria vir, à sua custa, os oficiais necessários, seria justo assegurar-lhe o fornecimento da Marinha Real.

Eis aqui, Senhor, o que eu creio poder-se fazer de maior utilidade para a prosperidade dos estabelecimentos ao sul do Brasil. Este plano, simples no seu todo, exige poucas despesas na sua execução, e me parece prometer os mais felizes resultados.

Ele deve aumentar a riqueza do Estado, assegurar a tranquilidade da colônia, tornar felizes e ricos os colonos e, conseqüentemente, excitar neles o desejo de conservar a sua propriedade, de desviar dela as inovações que poderiam perturbar-lhe a posse e lhe inspirará o desejo de os defender contra os inimigos, que a quisessem atacar. É finalmente um meio de unir o vassalo ao soberano pelo sentimento de felicidade, que se reconhece dever a uma proteção iluminada e benfeitora. O meu mais vivo desejo é de concorrer com todos os meus meios à perfeição desta bela obra; porei, eu o afirmo toda a minha atividade, e se a ocasião se apresentar, espero desenvolver também a energia de um militar, que não desprezou ainda o estudo da sua arte, e que será animado pelo dobrado motivo da honra e do reconhecimento.

Belém, 12 de julho de 1798.

Ao Ilmo. e Exmo. Sr. D. Rodrigo de Sousa Coutinho

Conde de Liniers



DIRECTORIA

DIRECTOR: ERNESTO RODRIGUES

DIRECTORES-ADJUNTOS: JOSÉ EDUARDO FRANCO
ANA PAULA TAVARES

SECRETÁRIA: LUÍSA MARINHO ANTUNES

VOGAIS: LUÍS DA CUNHA PINHEIRO
PAULA CARREIRA



DIRETORIA

PRESIDENTE: PEDRO ALBERTO TÁVORA BRASIL

VICE-PRESIDENTE: FRANCISCO DAS NEVES ALVES

DIRETOR DE ACERVO: MAURO PÓVOAS

1º SECRETÁRIO: PAULO SOMENSI

2º SECRETÁRIO: LUIZ HENRIQUE TORRES

1º TESOUREIRO: VALDIR BARROCO

2º TESOUREIRO: ROLAND PIRES NICOLA



Conselho Editorial

António Ventura (Universidade de Lisboa)

Carlos Alexandre Baumgarten (PUCRS)

Carlos Carranca (Universidade Lusófona)

Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos (UNISINOS)

Ernesto Rodrigues (Universidade de Lisboa)

Francisco das Neves Alves (FURG)

Francisco Topa (Universidade do Porto)

Isabel Lousada (Universidade Nova de Lisboa)

José Eduardo Franco (CIDH-CLEPUL)

Luiz Henrique Torres (FURG)

Maria Eunice Moreira (PUCRS)

Mauro Nicola Póvoas (FURG)

Vania Pinheiro Chaves (CLEPUL)



**Esta publicação foi financiada por Fundos Nacionais através da
FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do
Projecto “UID/ELT/00077/2013”**



A **Coleção Documentos** tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.



CLEPUL Centro de Estudos
de Línguas e Literaturas
da Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa



FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

